



DEUBERAÇÃO TCE/RJ Nº 277 / 2017

ANEXO II - ITEM 18

O DADANIA

LEI Nº 1129 DE 02 DE JANEIRO DE 2002

Dá nova disposição ao Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama – IBASMA, doravante designado, simplesmente, IBASMA, órgão de concessão de benefícios previdenciários e assistencial e dá outras providências.

APROVA A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA E O EXMº SR. PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

TÍTULOI

DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA, DA ASSISTÊNCIA E DOS SEUS FINS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FORO

Art. 1º - O Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama – IBASMA, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomía financeira e administrativa, criado pela Lei Municipal n.º 460/82, doravante designado, simplesmente, IBASMA, é órgão de concessão de benefícios previdenciários e assistência aos servidores municipais, nos termos desta lei.

Parágrafo Único - Os serviços assistenciais criados serão mantidos, exclusivamente, com recursos específicos, vedada a utilização em qualquer hipótese das contribuições previdenciárias.

- Art. 2° O IBASMA tem por finalidade a concessão a todos os seus segurados e respectivos beneficiários, dos benefícios previdenciários obrigatórios, previstos nesta lei.
- Art. 3º O IBASMA tem sede e foro na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.
- Art. 4° O Sistema de Previdência dos Servidores do Município de Araruama tem por finalidade:
 - i arrecadar, assegurar e administrar os recursos financeiros e outros ativos para o custeio dos proventos de aposentadoria, das pensões e de outros benefícios previstos nesta lei;
 - II conceder a todos os seus segurados e respectivos beneficiários, os



III - promover o bem-estar de todos os seus segurados.

- Art. 5º O IBASMA deverá efetuar os pagamentos dos proventos de aposentadoria, das pensões e de outros benefícios devidos, nos termos da legislação aplicável, a cada um dos regimes de previdência e seus respectivos planos.
- § 1º O Tesouro Municipal é garantidor das obrigações do IBASMA derivadas do dever de custeio dos valores devidos por proventos de aposentadoria, pensões e outros, conforme previsto nesta lei.
- § 2º Ao Município de Araruama compete responder solidariamente pelas obrigações assumidas pelo IBASMA.
- Art. 6º O prazo de duração do IBASMA é indeterminado.

TÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS CATEGORIAS DOS MEMBROS

Art. 7° - O IBASMA tem as seguintes categorias de membros:

I - patrocinadoras;

Il - segurados, ativos e inativos;

III - dependentes.

Parágrafo Único - Os segurados e dependentes não respondem, solidária ou isoladamente, pelos compromissos ou encargos assumidos pelo IBASMA.

Seção I

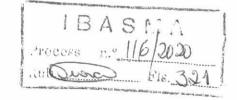
Das Patrocinadoras

Art. 8° - São patrocinadoras, a Prefeitura Municipal de Araruama, a Câmara Municipal de Araruama, o próprio IBASMA e toda Autarquia ou Fundação Municipal de direito público.



Seção II

Dos Segurados



Art. 9º - São segurados do Instituto de Benefícios e Assistência os Servidores Municipais de Araruama - IBASMA, os servidores públicos municipais ativos e inativos:

I - do Poder Executivo Municipal;

II - do Poder Legislativo Municipal;

III - das Autarquias e Fundações do Município.

Seção III

Dos Beneficiários

Art. 10 - São beneficiários:

I – O segurado:

II - Os dependentes do segurado.

Dos Dependentes Previdenciários

Art. 11 - São dependentes dos servidores:

Classe I. O cônjuge, companheiro (a), filhos não emancipados de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos;

Classe II. pais; ou

Classe III. irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

- § 1º Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições.
- § 2º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.
- § 3º Equiparam-se a filhos, nas condições da Classe I, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no § 8º do art. 14, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.
- § 4º O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do servidor mediante apresentação de termo de tutela.
- § 5° Consideram-se dependentes preferenciais os classificados na classe I,
- 8 6º Considera-se companhaira au companhaira



- § 7º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.
- § 8º A dependência econômica das pessoas de que trata a Classe I é presumida e a das demais deverá ser comprovada.

TÍTULO III

DA INSCRIÇÃO

CAPÍTULO I

DA INSCRIÇÃO DO SEGURADO E DEPENDENTE PREVIDENCIÁRIO

Art. 12 - A inscrição no IBASMA é condição essencial à obtenção de qualquer benefício assegurado nesta lei.

Seção I

Da Inscrição do Segurado

Art. 13 - A inscrição do segurado será procedida compulsoriamente pelo órgão ao qual o servidor está vinculado, através do envio de formulário padronizado pelo IBASMA, devidamente acompanhado por cópia da documentação apresentada quando do processo de admissão do servidor, devendo ser requerida a dos dependentes.

Seção II

Da Inscrição de Dependente

- Art. 14 A inscrição dos dependentes legais cabe ao servidor, devendo ser realizada no ato da sua inscrição junto ao órgão, mediante requerimento instruído com a documentação necessária à qualificação individual comprobatória do vínculo jurídico e econômico.
- § 1º O servidor é responsável, civil e criminalmente, pela inscrição de dependentes realizada com base em documentos e informações por ele fornecidos.

A inscrição de dependente decorre da apresentação de:

- I para os dependentes preferenciais:
- a) cônjuge e filhos certidões de casamento e de nascimento;

IBAS

Precess p.º 116

b) companheira ou companheiro - documento de identidade e certidão de casamento com averbação da separação judicial ou divórcio, quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito, se for o caso; e

c) equiparado a filho - certidão judicial de tutela e, em se tratando de enteado, certidão de casamento do servidor e de nascimento do dependente, observado o disposto no § 3º do art. 10;

II - pais - certidão de nascimento do servidor e documentos de identidade dos mesmos; e

III - irmão - certidão de nascimento.

- § 2º A inscrição dos dependentes de que trata a alínea "a" do inciso I do caput será efetuada no IBASMA.
- § 3º Incumbe ao servidor a inscrição do dependente, que deve ser feita, quando possível, no ato da inscrição do servidor.
- § 4º Para comprovação do vínculo e da dependência econômica, conforme o caso, podem ser apresentados os seguintes documentos, observado o disposto nos §§ 7º e 8º deste artigo.

I - certidão de nascimento de filho havido em comum;

II – certidão de casamento religioso;

III - declaração do Imposto de Renda do servidor, em que conste o interessado como seu dependente;

IV – disposições testamentárias;

V – anotação constante na ficha funcional do servidor, feita pelo órgão competente:

VI – declaração especial feita perante tabelião;

VII – prova de mesmo domicílio:

VIII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

IX – procuração ou fiança reciprocamente outorgada:

X - conta bancária conjunta:

XI - registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do servidor;

XII – anotação constante de ficha funcional do servidor;

XIII - apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;

XIV - ficha de tratamento em Instituição de assistência médica, da qual conste o servidor como responsável;

XV - escritura de compra e venda de imóvel pelo servidor em nome de dependente:

XVI – declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um anos; ou

XVII - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

§ 5º - O fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependente deve ser comunicado ao IBASMA, com as provas cabíveis.

C GO O nonidor consider - # - - - 1



1BASMA Process n.º 116/2020

DADANIA

- § 7º Somente será exigida a certidão judicial de adoção quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data da vigência da Lei n.º 8.069, de 1990 ECA.
- § 8º Para a comprovação do vínculo de companheira ou companheiro, os documentos enumerados nos incisos III, IV, V, VI e XII do § 4º constituem, por si só, prova bastante e suficiente, devendo os demais serem considerados em conjunto de no mínimo três, corroborados, quando necessário, medíante justificação administrativa.
- § 9° No caso de pais, irmãos, enteado e tutelado, a prova de dependência econômica será feita por declaração do servidor firmada perante o IBASMA, acompanhada de um dos documentos referidos nos incisos III, V, VI e XIII do § 4°, que constituem, por si só, prova bastante e suficiente, devendo os documentos referidos nos incisos IV, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIV e XV serem considerados em conjunto de no mínimo três, corroborados, quando necessário, por justificação administrativa ou parecer sócio-econômico do Serviço Social do IBASMA.
- § 10° No caso de dependente inválido, para fins de inscrição e concessão de benefício, a invalidez será comprovada mediante exame médico-pericial a cargo da Junta Médica do IBASMA.
- § 11º Deverá ser apresentada declaração de não emancipação, pelo servidor, no ato de inscrição de dependente menor de vinte e um anos referido no art. 11.
- § 12 Para inscrição dos pais ou irmãos, o servidor deverá comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o IBASMA.
- § 13 Os dependentes excluídos de tal condição em razão de lei têm suas inscrições tornadas nulas de pleno direito.
- Art. 15 Ocorrendo falecimento do servidor, sem que tenha sido feita a inscrição do dependente, cabe a este promovê-la, observados os seguintes critérios:
 - I companheiro ou companheira pela comprovação do vínculo, na forma prevista no § 7º do art. 14;
 - II pais pela comprovação de dependência econômica, na forma prevista no § 8º do art. 14;
 - III irmãos pela comprovação de dependência econômica, na forma prevista no § 80º do art. 14 e declaração de não emancipação; e
 - V equiparado a filho pela comprovação de dependência econômica ,
 prova de equiparação e declaração de que não tenha sido emancipado.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só beneficia a companheira ou companheiro, de segurado, se atendida as condições estabelecidas no artigo 8º desta lei.

IBASI

DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NO IBASMA

CAPÍTULO I

DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DE SEGURADO

Art. 16 – Dar-se-á o cancelamento de inscrição de segurado que:

I - vier a falecer:

 II – perder o vinculo funcional com a patrocinadora, na data de desvinculação com a mesma.

Art. 17 – O cancelamento da inscrição do segurado importa na perda dos direitos inerentes a sua condição de segurado.

Art. 18 – Mantém a condição de segurado:

 I – até a decisão condenatória, transitada em julgado, o segurado detido ou recluso; e

 II – enquanto durar o licenciamento, o servidor em licença sem ônus para a patrocinadora.

CAPÍTULO II

DO CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE

Art. 19 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição de dependentes:

 I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

 II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o servidor ou servidora, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III -para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade ou pela emancipação, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral :

- a) pela cessação da invalidez; ou
- b) pelo falecimento.



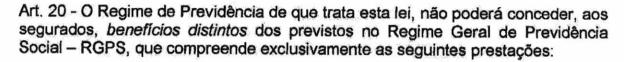
IBAST;

TÍTULO V

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I

DOS BENEFÍCIOS



- I quanto aos segurados :
- a) aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- b) aposentadoria voluntária por idade;
- c) aposentadoria compulsória;
- d) aposentadoria por invalidez;
- e) salário-família;
- f) salário-maternidade:
- g) auxílio-doença;
- h) abono anual.

II - aos dependentes:

- a) pensão;
- b) auxílio-reclusão;
- c) abono anual.

Parágrafo Único - Nenhum benefício previdenciário poderá ser criado, majorado ou estendido, no IBASMA, sem que esteja estabelecida a correspondente fonte de custejo em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

Art. 21 - O direito aos benefícios previdenciários não prescreverá, mas prescreverão as respectivas prestações não pagas nem reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas pelo IBASMA, não se aplicando tal prescrição contra menores, incapazes e ausentes, na forma da lei.

TÍTULO VI

DOS PLANOS DE CUSTEIO E DE APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I

DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 22 - O Plano de Custeio do IBASMA será aprovado, anualmente, pelo Conselho Deliberativo, do mesmo constando, obrigatoriamente, o regime financeiro e os respectivos cálculos etucricio



Parágrafo Único - Independentemente do disposto neste artigo, o Plano de Custeio será revisto, sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do IBASMA.

- Art. 23 O custeio do plano de benefícios será atendido pelas seguintes fontes de receitas:
 - I dotações iniciais ou periódicas e globais das patrocinadoras, fixadas atuarialmente para cada caso, com a finalidade de integralização (ou constituição) do Fundo de Reserva Técnica do IBASMA;
 - II contribuição mensal de cada patrocinadora, mediante o recolhimento de percentual de 6% (seis por cento) da folha de remuneração bruta, de todos os seus servidores, observado o cálculo atuarial já existente que embasou o referido percentual, bem como a correção das alíquotas nos anos subsequentes;
 - III contribuição mensal do servidor ativo, mediante o recolhimento de um percentual de 6% (seis por cento) incidente sobre o total de sua remuneração, observado o cálculo atuarial já existente que embasou o referido percentual, bem como a correção das alíquotas nos anos subsequentes;
 - IV contribuição mensal do servidor inativo, mediante o recolhimento de um percentual incidente sobre o total de seus proventos pagos pelo IBASMA, em conformidade com disposição legal superior;
 - V contribuição mensal do beneficiário pensionista, mediante o recolhimento de um percentual incidente sobre o total de seus proventos de pensão pagos pelo IBASMA, em conformidade com disposição legal superior;
 - VI receitas de aplicações do patrimônio;
 - VII doações, subvenções, legados e outras receitas diversas não previstas nos itens precedentes;
 - VIII o produto da alienação de seus bens.
- Art. 24 Os recolhimentos das contribuições, não só dos segurados, como também das respectivas patrocinadoras, far-se-ão até o 10º (décimo) dia do mês subsequente àquele a que se referirem, juntamente com as demais consignações destinadas ao IBASMA, tudo acompanhado das correspondentes discriminações.

Parágrafo Único – Em caso de inobservância, por parte das patrocinadoras, do prazo estabelecido neste artigo, pagarão as mesmas, ao IBASMA, multa de 02 (dois) por cento sobre o valor do débito, por mês de atraso nos recolhimentos devidos, acrescidos ainda da taxa de manutenção prevista nesta lei.



Art. 25— Não se verificando o recolhimento direto pelo segurado, nos casos previstos nesta lei, ficará o inadimplente sujeito à multa de 3% (três por cento) ao mês ou fração sobre o valor devido.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DA SUA APLICAÇÃO

Art. 26 – O patrimônio do IBASMA é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outra entidade, devendo aplicá-lo, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, em planos que tenham em vista:

I - rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio:

II - garantia dos investimentos:

III - manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados.

TÍTULO VII

DO REGIME FINANCEIRO

CAPÍTULO I

DA DURAÇÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 27 - O exercício financeiro do IBASMA coincide com o ano civil.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO

Art. 28 – O Presidente do IBASMA apresentará ao Conselho Deliberativo, até 31 de março de cada ano, o orçamento- programa para o ano seguinte, justificado com a indicação dos correspondentes planos de trabalho, após a avaliação dos Diretores do IBASMA.

§ 1º - Dentro de 30 (trinta) dias, após a sua apresentação, o Conselho Deliberativo decidirá sobre o orçamento programa.

§ 2º - Para a realização de planos, cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se / nos



Art. 29 - Durante o exercício financeiro, por proposta do Presidente do IBASMA, poderão ser autorizados pelo Conselho Deliberativo créditos adicionais, desde que os interesses do IBASMA exijam e haja recursos disponíveis.

CAPÍTULO III

DOS BALANCETES E DO BALANÇO GERAL

Art. 30 - O IBASMA deverá levantar balancete, ao final de cada mês, e o Balanço Geral, ao término de cada exercício financeiro, que além dos fundos especiais e provisões, o Balanço Geral e os balancetes mensais consignarão as reservas técnicas fixadas, segundo as diretrizes gerais do sistema.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 31 - A prestação de contas do IBASMA e o Balanço Geral do exercício encerrado, acompanhados não só do parecer do Conselho Fiscal, como também das demais peças instrutivas, serão submetidas, até 28 de fevereiro do exercício seguinte, à apreciação do Conselho Deliberativo que, sobre os mesmos, deverá deliberar até 31 de março e, posteriormente, devolverá ao Presidente que a encaminhará ao Executivo Municipal.

TÍTULO VIII

DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CAPÍTULOI

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 32 - São responsáveis pela administração e fiscalização do IBASMA os seguintes órgãos estatutários:

I – Conselho Deliberativo;

II - Presidência:

III – Conselho Fiscal.

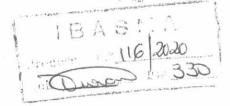
§ 1º - Os integrantes dos colegiados referidos neste artigo, todos nomeados/pol Decreto do Prefeito Municipal, inclusive os suplentes, quando houver deverão apresentar declaração de bens no início e no término do respectivo periodo de

~~~



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA DA CIDADE DE ARARUAMA Gabinete do Prefeito





- § 2º A condição de segurado com, pelo menos 3 (três) anos de efetivo exercício como servidor municipal, é essencial para o exercício de qualquer cargo, nos Conselhos Deliberativo e Fiscal previstos neste artigo.
- § 3º Os cargos comissionados, constantes no Anexo II, excetuando-se o Controlador Interno do IBASMA, serão escolhidos pelo Presidente do IBASMA.
- § 4º Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias, consecutivas, ou 2 (duas) extraordinárias, sem motivo iustificado, a critério do respectivo órgão colegiado.
- § 5º Em caso de vacância de cargo de membro de qualquer dos colegiados referidos neste artigo, o novo titular completará o prazo de gestão do seu antecessor.
- § 6º Em se tratando de término de mandato, o membro do órgão colegiado permanecerá em pleno exercício do respectivo cargo, até a posse do seu sucessor, o qual iniciará novo mandato.
- § 7º Os integrantes dos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, não receberão qualquer tipo de remuneração ou vantagem pecuniária pelo desempenho de suas funções, sendo considerado para todos os fins como exercício de função a bem do serviço público.
- § 8º Os Conselheiros e o Presidente e demais ocupantes de cargo em comissão, não poderão, nessa qualidade efetuar com o IBASMA negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, não sendo responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome do IBASMA, em virtude de ato regular de gestão, respondendo, civil e penalmente, por violação na forma da lei.
- § 9º O disposto no parágrafo anterior não prejudica o direito dos membros dos órgãos colegiados, decorrentes da sua condição de segurados do IBASMA.
- § 10 —São vedadas relações comerciais entre o IBASMA e empresas privadas em que funcione qualquer Conselheiro ou Diretor do IBASMA como diretor, gerente, cotista, acionista majoritário, empregado ou procurador, não se aplicando estas disposições às relações comerciais entre o IBASMA e suas patrocinadoras, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações legais.
- § 11 As regras de funcionamento interno dos órgãos colegiados serão estabelecidas em regimentos internos, apresentados pelo Conselho Deliberativo, através de Decreto do Executivo e serão instrumentos anexos a esta lei.
- § 12 Os regimentos internos deverão observar regras que preservem a transparência, o poder representativo, a democracia das relações internas, as lisuras e isenções das Deliberações.





#### DO CONSELHO DELIBERATIVO

- Art. 33 Ao Conselho Deliberativo, órgão de direção superior e consulta, cabe fixar os objetivos e as políticas administrativa, financeira e previdenciária do IBASMA, e sua ação será desenvolvida pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.
- Art. 34 O Conselho Deliberativo composto de 5 (cinco) membros, à exceção do Presidente do IBASMA, obrigatoriamente, escolhidos entre os servidores efetivos, ativos ou inativos do Município, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a recondução, sendo:
  - I 2 (dois) Conselheiros, indicados pelo Prefeito Municipal, e seus respectivos suplentes;
  - II 1 (um) Conselheiro, indicado pela Câmara Municipal, e seu respectivo suplente;
  - III 1 (um) Conselheiro, indicado pelos órgãos representativos dos Servidores Municipais, escolhido em Assembléia regularmente convocada para este fim, e seu respectivo suplente;
  - IV o Presidente do IBASMA, na qualidade de membro nato, será Presidente do Conselho.
- § 1º O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, deliberando por maioria de votos, fixado em 3 (três) o "quorum" mínimo para a realização de reuniões.
- § 2º O Presidente do Conselho Deliberativo terá o voto de desempate.
- Art. 35 Compete ao Conselho Deliberativo:
  - I deliberar sobre:
    - a) orçamento programa, e suas alterações;
    - b) planos de custeio e de aplicação do patrimônio, e suas revisões;
    - c) a taxa de contribuição mensal, das patrocinadoras e dos segurados;
    - d) os novos planos de seguridade;
    - e) a prestação de contas da Presidência, do Balanço Geral do exercício respectivo e dos balancetes e relatórios mensais;
    - f) a admissão de novas patrocinadoras;
    - g) a aquisição de bens imóveis, bem como baixa e alienação de bens do ativo permanente e constituição de ônus reais sobre os mesmos, quando de valor superior a 30.000 UFIR's.



- h) a edificação em terreno de propriedade do IBASMA;
- a aceitação de doações com encargos;
- j) a estrutura organizacional, quadro de pessoal e respectivo plano de cargos e carreira;
- l)os planos e programas, anuais e plurianuais.
- II julgar os recursos interpostos contra atos do Presidente do IBASMA;
- III determinar a realização de inspeção e auditoria, de qualquer natureza, escolhendo e destituindo auditores;
- IV aprovar a contratação de Instituição Financeira, privada ou pública, que se encarregará da administração da carteira de investimentos do IBASMA, quando for o caso;

V - aprovar o seu Regimento Interno;

VI - resolver os casos omissos desta lei.

# 16/2020 Dusan 332

#### CAPÍTULO III

# DA PRESIDÊNCIA

Art. 36 - O IBASMA será dirigido por seu Presidente, indicado por Ato do Poder Executivo, pelo critério de livre nomeação e exoneração, que representará o Instituto em Juízo ou Administrativamente, cabendo-lhe a execução dos objetivos da Autarquia, consoante a legislação em vigor.

Parágrafo Único - O Presidente deverá ter ilibada reputação e comprovada experiência na área da administração pública ou privada.

- Art. 37 Ao Presidente, além da instrução das matérias sujeitas à deliberação do Conselho Deliberativo, compete:
  - I orientar e acompanhar a execução das atividades do IBASMA;
  - II aprovar manuais e instruções de caráter técnico, operacional ou administrativo;
  - III autorizar a baixa e a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais sobre os mesmos;
  - IV autorizar a assinatura de contratos, acordos ou convênios;
  - V aprovar o Plano de Contas e suas alterações;
  - VI aprovar o seu Regimento Interno;
  - VII prover os cargos em comissão do IBASMA, dispostos no Anexo desta lei, excetuando-se o Controlador Interno, nomeado pelo Chefe o Poder Executivo;



para /os

VIII - expedir Portarias e demais atos necessários ao bom e regular andamento do IBASMA;

 IX - prover os cargos efetivos, a serem criados por lei, em decorrência de aprovação prévia em concurso público de provas e/ou provas e títulos;

X - contratação temporária, para atendimento ao excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal, aplicando-se toda a Legislação Municipal existente referente aos servidores efetivos para efeitos de direitos, deveres e remuneração.

#### Seção I

# Dos Órgãos de Assessoria da Presidência

#### DO CONTROLE INTERNO

Art. 38 — Ao Controle Interno, órgão de controle que assume maior amplitude relativa a administração do instituto, acompanhando o cumprimento das metas previstas nos programas de trabalho, orçamentários, contábil, previdenciários de auditoria, resguardando sua independência de criar a possibilidade para denúncias sobre irregularidades.

Art. 39 – O Controle Interno é composto de 01 (um) membro, sendo responsável pelo sistema de controle, preferencialmente, contabilista e inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, que será denominado de Controlador Interno do IBASMA.

Parágrafo Único - O Controlador Interno, será indicado e nomeado por Ato do Prefeito Municipal, pelo critério da livre nomeação e exoneração.

Art. 40 – Compete ao Controle Interno, o controle das atividades da administração com finalidade de acompanhar:

I - o planejamento e programação;

II - a execução da Lei Orçamentária;

III – o registro de atos e fatos administrativos e/ou contábeis;

 IV – a criação de condições indispensáveis para assegurar a eficácia e eficiência do controle externo;

V – a regularidade à realização das Receitas e Despesas:

VI - o acompanhamento da execução dos orcamentos e projetos:

 VII – a avaliação dos resultados alcançados pelos administradores e verificação dos contratos;

VIII – o acompanhamento das reservas técnicas atuariais

benefícios previdenciários; IX – a Prestação de Contas;

X - a Tomada de Contas;

XI - a Tomada de Contas Especial; e

XII - a Auditoria de Controle Interno.



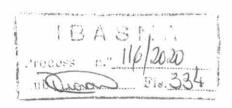
#### DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 41 - A Assessoria Técnica será constituída por 03 (três) membros, cada um com atribuições de assessoria em áreas distintas de apoio a Presidência do IBASMA, a saber: Jurídica, Informática e Coordenação.

Parágrafo Único - O Assessor Técnico responsável pela área jurídica, obrigatoriamente, será Bacharel em Direito com inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil.

#### Seção II

#### DAS DIRETORIAS



Art. 42 - O IBASMA será constituído por quatro Departamentos, a saber:

- 1 Departamento Administrativo:
- II Departamento Financeiro:
- III Departamento de Benefícios e Seguridade:
- IV Departamento Assistencial.

#### **CAPÍTULO IV**

#### DO CONSELHO FISCAL

- Art. 43 Ao Conselho Fiscal, órgão de fiscalização do IBASMA, cabe zelar pela sua gestão econômico financeira e pelo cumprimento das metas atuariais aprovadas.
- Art. 44 O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez, sendo:
  - I O Presidente, indicado pelo Prefeito Municipal, e seu respectivo suplente;
  - II 1 (um) Conselheiro, indicado pela Câmara Municipal e seu respectivo suplente;
  - III 1 (um) Conselheiro, indicado pelos órgãos de representação dos Servidores Municipais, escolhido, em assembléia regularmente convocada para este fim, e seu respectivo suplente, desde que não exerça função dentro do órgão de representação.
- § 1º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela majoria/dos



seus membros, e suas manifestações serão tomadas por maioria de votos fixado o "quorum" mínimo de 02 (dois) membros.

- § 2º Cada membro efetivo terá um suplente, com igual mandato, que o substituirá nos casos de ausência, impedimento, renúncia ou vacância, observado o disposto no "caput" deste artigo.
- § 3° O Presidente do Conselho Fiscal, além do voto pessoal, terá, ainda, o voto de desempate.

#### Art. 45 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II opinar sobre o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras;
- III examinar, a qualquer tempo, livros e demais documentos;
- IV analisar, mensalmente, o balancete e outras demonstrações financeiras;
- V denunciar, ao Conselho Deliberativo, as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;
- VI manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá dispor de assessoramento de contador ou atuário autônomos ou de firma especializada, sem prejuízo de auditoria externa, de caráter obrigatório, observados os critérios legais de contratação e as normas internas do IBASMA, estabelecidas sobre a matéria.

#### TÍTULO IX

#### DO PESSOAL

#### CAPÍTULO I

# DO REGIME E DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL

- Art. 46 Os servidores do IBASMA estão sujeitos as regras do Estatuto dos Servidores do Município de Araruama, sendo-lhes assegurada a remuneração compatível com o Plano de Cargos e Carreiras do Município.
- § 1º Os ocupantes de cargos em comissão farão jus a remuneração prevista na Lei Complementar nº 021, de 18 de abril de 2001 .
- § 2º A remuneração do Controlador Interno do IBASMA será equivalente a do Assessor Técnico



- § 3º As atribuições inerentes aos ocupantes de cargo em comissão, previstos no Anexo II serão fixadas no Regimento Interno do IBASMA.
- Art. 47 A admissão do servidor obedecerá às normas legais de ingresso no serviço público, em geral, de acordo com a Constituição Federal.

#### TÍTULO X



#### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

#### CAPÍTULO I

# DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS

Art. 48 - Caberá interposição de recursos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência oficial do ato:

I – para o Presidente, dos atos dos prepostos ou empregados do IBASMA;
 II – para o Conselho Deliberativo, dos atos do Presidente ou do Controlador Interno:

III - para o Conselho Fiscal, dos atos dos Conselheiros.

#### TÍTULO XI

# DAS ALTERAÇÕES DA LEI

#### CAPÍTULO I

# DOS PROCEDIMENTOS E DAS LIMITAÇÕES

Art. 49 – Esta lei só poderá ser alterada por proposta da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, sujeita à ratificação do Prefeito Municipal e à aprovação da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – As alterações desta lei não poderão:

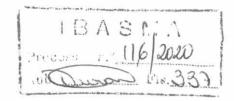
I – contrariar o objetivo previdenciário do IBASMA;

II - reduzir benefícios previdenciários já iniciados, na forma da lei;

III - prejudicar direitos, de qualquer natureza, consignados aos segurados

e beneficiários.





#### TÍTULO XII

#### CAPÍTULO I

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS TRANSITÓRIAS

- Art. 50 É vedado ao IBASMA prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se a qualquer título, ao Município ou a qualquer órgão, filiado ou não ao Sistema de Previdência de que trata esta lei.
- Art. 51 O IBASMA, independentemente de autorização específica, poderá instituir serviços assistenciais, inclusive de assistência à saúde, através de convênios, consórcios, autogestão ou supervisão de planos, desde que essas operações sejam custeadas por contribuições específicas e deverão ser contabilizadas em separado.
- § 1º O Plano de Custeio decorrente desses programas assistenciais, deverá ser determinado por uma Avaliação Atuarial específica, a ser submetida à apreciação do Presidente do IBASMA e dependerá de aprovação do Conselho Deliberativo.
- § 2º No caso da prestação dos serviços assistenciais previstos no "caput" deste artigo, não poderá o IBASMA, em hipótese alguma, utilizar-se de recursos destinados para as Reservas Técnicas para prestação dos benefícios previdenciários estabelecidos nesta lei.
- Art. 52 Em caso de extinção do IBASMA, mediante lei específica, todo o seu patrimônio passará, obrigatoriamente, a integrar o patrimônio do Município de Araruama, que o sucederá em todos os seus direitos e obrigações.
- Art. 53 As normas necessárias ao funcionamento do Sistema Previdenciário de que trata esta lei, assim como, aquelas necessárias para a concessão de benefícios e serviços a serem prestados, serão baixadas pela Presidência, "ad referendum" do Conselho Deliberativo.
- Art. 54 A Prefeitura Municipal de Araruama, a Câmara Municipal de Araruama, o IBASMA, os detentores de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, bem como os contratados para o atendimento ao excepcional interesse público continuarão recolhendo as respectivas contribuições previdenciárias ao IBASMA até eventual decisão judicial em sentido contrário a atualmente em vigor, obtida pela Municipalidade, por seus Poderes e Autarquia, perante a Justiça Federal.





IBASI

Art. 55 – O Regimento Interno de que trata esta lei será elaborado no prazo de 90 (noventa) dias, contados da constituição do Conselho Deliberativo.

Art. 56 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a contar de 1º de novembro de 2001, ficando revogada a Lei Municipal nº 460/82, Decreto Nº 026/96 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2002.

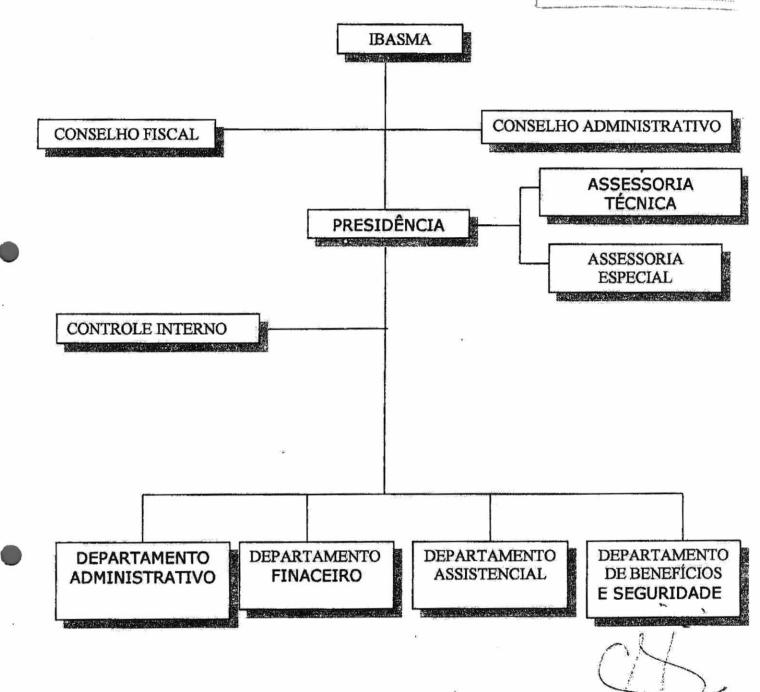
Francisco Ribeiro

"Chiquinho do Atacadão"

Prefeito

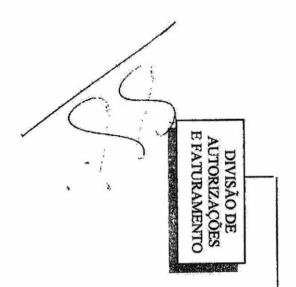
#### ORGANOGRAMA – ANEXO I ESTRUTURA PRESIDÊNCIA

1 B A S N. A 20000 116/2020



116/2020 Succes 11.360 ALMOXARIFADO DIVISÃO DE DIVISÃO DE HUMANOS. RECURSOS **PROTOCOLO** DIVISÃO DE **ADMINISTRATIVO** DEPARTAMENTO DIVISÃO DE COMPRAS E PATRIMONIO DIVISÃO DE ARQUIVO DIVISÃO DE ZELADORIA E TRANSPORTE

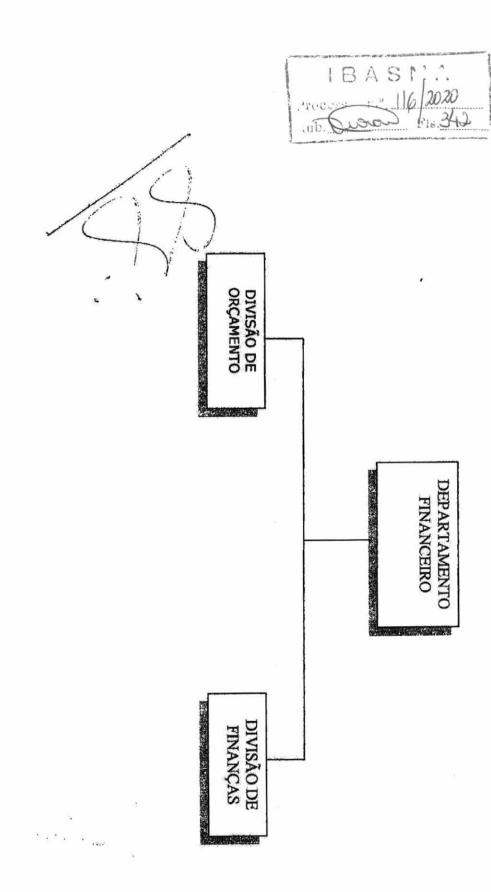
1770



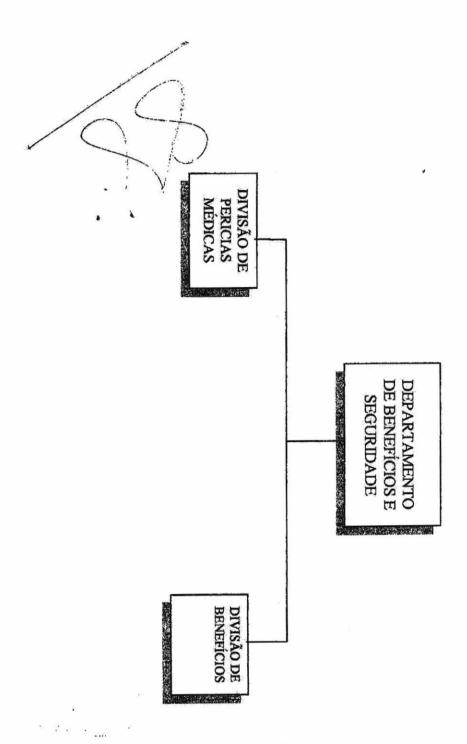
1 B A S 17 1. 10000 r.º 116 2020 10 December 1918 341

> DEPARTAMENTO ASSISTENCIAL

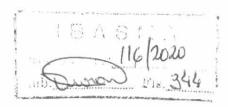
DIVISÃO DE SERVIÇOS







# ANEXO II QUADRO DE LOTAÇÃO



#### - PRESIDENCIA

| Cargos Comissionados | Vagas |
|----------------------|-------|
| PRESIDENTE           | 01    |
| CONTROLADOR INTERNO  | 01    |
| ASSESSORES TÉCNICOS  | 03    |
| ASSESSOR ESPECIAL    | 01    |

#### - DEPARTAMENTOS

# **B.1 - FINANCEIRO**

| Cargos Comissionados | Vagas |
|----------------------|-------|
| DIRETOR              | 01    |
| CHEFE                | 02    |

# B.2 - ADMINISTRATIVO

| Cargos Comissionados | Vagas |
|----------------------|-------|
| DIRETOR              | 01    |
| CHEFE                | 06    |



# B.3 – BENEFÍCIOS E SEGURIDADE

| Cargos Comissionados | Vagas |
|----------------------|-------|
| DIRETOR              | 01    |
| CHEFE                | 02    |

# B.4 - ASSISTENCIAL

| p                    |       |
|----------------------|-------|
| Cargos Comissionados | Vagas |
| DIRETOR              | 01    |
| CHEFE                | 02 f  |

#### ANEXO III



# REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

### CAPÍTULO I

#### DOS BENEFÍCIOS

Art. 1º - As prestações de previdência são:

I – quanto aos segurados :

- a) aposentadoria voluntária;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por invalidez;
- d) Auxílio Doença

II – quanto aos beneficiários:

- a) Pensão;
- b) Auxílio Reclusão

#### CAPÍTULO II

# DA REMUNERAÇÃO E DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA

Art. 2º - Os proventos de aposentadoria podem ser:

- I integrais, correspondentes ao valor da remuneração percebida pelo servidor, conforme o disposto nos artigos constantes neste regulamento;
  - II proporcionais, calculados com base no tempo de contribuição.
- § 1º O tempo de contribuição a que se refere este regulamento será considerado como tempo de serviço para efeito de aposentadoria, conforme dispõe o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20.
- §2º É vedada qualquer forma de contagem de tempo fictício de contribuição em consonância com o disposto no art. 40, § 10 da Constituição Federal.
- Art. 3º As aposentadorias concedidas com proventos proporcionais ao tempo deserviço, serão calculadas tomando-se por base, a seguinte proporção:
  - a) 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano, se servidor do sexo masculino; x
  - b) 1/30 (um trinta avos) por ano, se servidor do sexo feminino ou se professor em função de magistério;

 c) 1/25 (um vinte e cinco avos) por ano, se professora em função de magistério.

Art. 4º — Os proventos de aposentadorias e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Parágrafo único — Para efeito do caput, entende-se como remuneração, o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei municipal.

Art. 5º – Os proventos de aposentadoria, não poderão ser superiores ao subsídio do Prefeito Municipal.

#### CAPÍTULO III

#### DA APOSENTADORIA

Art. 6º — A concessão da aposentadoria dos servidores de que trata este regulamento obedecerá às normas previstas na Constituição da República e aquelas estabelecidas neste regulamento, bem como na Legislação Municipal vigente.

Art. 7º — Após a concessão da aposentadoria, a patrocinadora encaminhará o respectivo processo ao IBASMA para fins de inclusão do servidor na folha de pagamento dos inativos.

#### Seção I

#### Da Aposentadoria Voluntária Integral

Art. 8° – A aposentadoria voluntária será concedida com proventos integrais, ao servidor que tomou posse no município a partir de 16 dezembro de 1998, e que atenda conjuntamente às seguintes condições:

 a) haver completado 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo masculino ou 55 (cinquenta) anos de idade, se do sexo feminino;

b) haver completado 35 (trinta e cinco) ou 30 (trinta) anos de contribuição -aos regimes de previdência, se do sexo masculino ou feminino,
respectivamente;

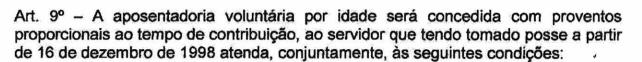
c) haver completado 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;

d) haver completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a concessão da aposentadoria.

Parágrafo único – O servidor que tiver ingressado há menos de 5 (cinco) anos no cargo em que pretende aposentar-se, terá de cumprir o tempo mínimo exigido na alínea "d" deste artigo, ou então terá de requerer sua aposentadoria em outro cargo que tenha ocupado anteriormente por pelo menos 5 (cinco) anos.

#### Seção II

#### Da Aposentadoria Voluntária Proporcional



- a) haver completado 65 (sessenta e cinco) de idade, se do sexo masculino ou 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo feminino;
- b) haver completado 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;
- c) haver completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a concessão da aposentadoria.

Parágrafo único – O servidor que tiver ingressado há menos de 5 (cinco) anos no cargo em que pretende aposentar-se, terá de cumprir o tempo mínimo exigido na alínea "c" deste artigo, ou então terá de requerer sua aposentadoria em outro cargo que tenha ocupado anteriormente por pelo menos 5 (cinco) anos.

#### Seção III

Da Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Serviço e Idade

Art. 10 – A aposentadoria voluntária, com exigência de idade mínima reduzida, será concedida com proventos integrais, ao servidor que tenha cumprido tempo de serviço até o dia 15 de dezembro de 1998 e atenda conjuntamente, às seguintes condições:

- a) haver completado 53 (cinquenta e três) de idade, se do sexo masculino ou 48 (quarenta e oito) anos de idade, se do sexo feminino;
- b) haver completado 35 (trinta e cinco) ou 30 (trinta) anos de contribuição aos regimes de previdência, se do sexo masculino ou feminino, respectivamente;
- c) haver completado 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de vinculação funcional ininterrupta à patrocinadora, na data do requerimento;
- d) haver completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a concessão da aposentadoria.

§ 1º – O servidor que tiver ingressado há menos de 5 (cinco) anos no cargo em que pretende aposentar-se, terá de cumprir o tempo mínimo exigido na alínea "d" deste artigo, ou então terá de requerer sua aposentadoria em outro cargo que tenha ocupado anteriormente por pelo menos 5 (cinco) anos.

§ 2º - O servidor para usufruir da redução da idade mínima exigida, deverá cumprir um tempo adicional de serviço, equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltasse para completar o tempo de serviço requerido para aposentadoria.

#### Seção IV

100000 r. 16 2020 Da Aposentadoria Voluntária Proporcional por Tempo de Serviço e Idade

Art. 11 – A aposentadoria voluntária será concedida com proventos proporcionais, ao servidor que tenha cumprido tempo de serviço até o dia 15 de dezembro de 1998, e atenda ainda, conjuntamente, às seguintes condições:

- a) haver completado 53 (cinqüenta e três) anos de idade, se do sexo masculino ou 48 (quarenta e oito) anos de idade, se do sexo feminino;
- b) haver completado 30 (trinta) ou 25 (vinte e cinco) anos de contribuição aos regimes de previdência, se do sexo masculino ou feminino, respectivamente;
- c) haver completado 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;
- d) haver completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a concessão da aposentadoria.
- § 1º O servidor que tiver ingressado há menos de 5 (cinco) anos no cargo em que pretende aposentar-se, terá de cumprir o tempo mínimo exigido na alínea "d" deste artigo, ou então terá de requerer sua aposentadoria em outro cargo que tenha ocupado anteriormente por pelo menos 5 (cinco) anos.
- § 2º O servidor para usufruir da redução da idade mínima exigida, deverá cumprir um tempo adicional de serviço, equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltasse para completar o tempo de serviço requerido para aposentadoria proporcional.
- Art.12 Os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a 70% (setenta por cento) da remuneração do cargo em que o servidor aposentou-se, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que exceder ao que estabelece a alínea "b" do artigo anterior, podendo completar o máximo de 100%.

#### Seção V

#### Da Aposentadoria Compulsória

Art. 13 - A aposentadoria compulsória será concedida com proventos proporcionais ao tempo de serviço, ao segurado que completar 70 (setenta) anos de idade.

#### Seção VI

Da Aposentadoria Voluntária em Função de Magistério

1 B A S 1.7 A 116 2020

Art. 14 – A aposentadoria voluntária em função de magistério, será concedida com proventos integrais, ao segurado que atenda, conjuntamente, às seguintes condições:

- a) haver completado 55 (cinqüenta e cinco) ou 50 (cinqüenta) anos de idade, se do sexo masculino ou feminino, respectivamente;
- b) haver completado 30 (trinta) ou 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor ou professora, respectivamente;
- c) haver completado 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;
- d) haver completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a concessão da aposentadoria.
- § 1º O servidor que tiver ingressado há menos de 5 (cinco) anos no cargo em que pretende aposentar-se, terá de cumprir o tempo mínimo exigido na alínea "d" deste artigo, ou então terá de requerer sua aposentadoria em outro cargo que tenha ocupado anteriormente por pelo menos 5 (cinco) anos.
- § 2º Entende-se como de efetivo exercício em funções de magistério, a atividade exercida pelo professor ou professora em sala de aula, na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- § 3º O professor, inclusive o universitário, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas sua autarquias e fundações, que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentarse na forma no disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até 15 de dezembro de 1998, contados com acréscimos de 17% (dezessete por cento), se homem, e 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente com o tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

#### Seção VII

#### Da Aposentadoria por Invalidez

- Art. 15 A aposentadoria por invalidez será concedida com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;
- § 1º A aposentadoria de que trata o caput poderá ser revista, a juízo do IBASMA, devendo o segurado submeter-se a nova inspeção por junta médica.
- § 2º A aposentadoria por invalidez, observado o disposto no parágrafo primeiro, será sempre precedida de licença para tratamento de saúde, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo se, antes deste prazo, o IBASMA, através de laudo de junta médica, concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.

#### CAPÍTULO IV





Art. 16 – A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial no caso de morte presumida.

Parágrafo único – Na hipótese de dependente de dois (dois) segurados ou de dependente de segurado que contribua sobre 2 (dois) cargos, a pensão será devida relativamente a cada um deles.

- Art. 17 O valor da pensão por morte corresponderá a totalidade da remuneração de contribuição do servidor falecido, até o limite estabelecido n
- Art. 18 A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente e qualquer inscrição ou habilitação de dependente só produzirá efeito a contar da data de inscrição ou habilitação.
- Art. 19 Os dependentes com direito à referida pensão estão previstos nos incisos do art. 8º desta Lei.
- Art. 20 A pensão por morte será concedida ao conjunto de dependentes do segurado, sendo rateada de acordo com o art. 21 deste regulamento.
- Art. 21 A pensão por morte será paga da seguinte forma:
- I 50% (cinqüenta por cento) para o cônjuge e/ou companheiro(a) e o restante dividido èm partes iguais entre os demais dependentes;
- II em partes iguais entre todos os dependentes, quando não houver cônjuge e/ou companheiro(a);
- III 100% (cem por cento) para o cônjuge e/ou companheiro(a), quando este(s) for(em) o(s) único(s) com direito a pensão.
- Art. 22 O direito a parte da pensão por morte extinguir-se-á quando ocorrer a perda da qualidade de dependente, conforme o disposto nesta Lei.
- Art. 23 Com a extinção da parcela do último beneficiário, extinguir-se-á, também, o pagamento da pensão.

**CAPÍTULO V** 

DOS AUXÍLIOS

Seção I

Do Auxílio-Doença

IBASMA

Art. 24 - O auxílio-doenca será devido ao segurado que, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, em gozo de licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único - Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao IBASMA já portador da doença ou lesão invocada como causa para o benefício. salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doenca ou lesão.

- Art. 25 O auxílio doença será devido ao segurado a contar do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade.
- § 1º Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá às Patrocinadoras pagar ao segurado a sua remuneração, a título de licença para tratamento de saúde.
- § 2º Enquanto o segurado estiver percebendo auxílio-doença o IBASMA ficará responsável pela retenção da respectiva contribuição, permanecendo a patrocinadora obrigada à recolher a partir que lhe compete.
- § 3º O beneficio só será concedido ao segurado, após inspeção por Junta Médica Oficial, no prazo e condições estabelecidas no Estatuto dos Servidores Municipais, cujo laudo médico será encaminhado pela patrocinadora ao IBASMA, conforme se dispuser em regulamento.
- Art. 26 Para efeito desta Lei configura-se acidente em serviço o dano físico ou mental, mediata ou imediatamente, relacionada com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único – Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do

II – sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

- Art. 27 O segurado em percepção do auxílio-doença obriga-se, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames, tratamentos, processos de readaptações profissionais e demais processos prescritos pela Junta Médica Oficial.
- Art. 28 O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente em serviço, consistirá numa renda mensal correspondente a remuneração do seu cargo efetivo.

Art. 29 - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, ser aposentado por invalidez.

Art. 30 - O segurado em gozo de auxílio-doença será considerado pela patrocinadora como licenciado.

#### Seção II



#### Do auxílio-reclusão

- Art. 31 O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte aos dependentes do segurado, desde que a remuneração bruta mensal seja igual ou inferior a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), quando:
- I afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente;
- II em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não pena que não determine a perda do cargo;
- § 1º O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato aquele em que o servidor for posto em liberdade ainda que condicional.
- § 2º No caso de falecimento do servidor detento ou recluso, o auxílio reclusão que estiver sendo pago aos seus dependentes será automaticamente convertido em pensão.
- Art. 32 O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instituído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

#### CAPÍTULO VI

#### DO PAGAMENTO DAS APOSENTADORIAS E DOS BENEFÍCIOS

- Art. 33 As aposentadorias e os benefícios previdenciários serão pagos pelo IBASMA diretamente a quem de direito, salvo em caso de moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção quando então serão pagos a procurador cujo mandato não terá prazo superior a 06 (seis) meses, podendo ser renovado.
- Parágrafo Único O pagamento devido ao servidor ou ao dependente, civilmente incapaz, será feito ao seu representante legal, admitindo-se excepcionalmente, na falta deste, por período não superior a 06 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.
- Art. 34 A critério do IBASMA, a aposentadoria e os benefícios previdenciários poderão ser pagos mediante depósito em conta corrente.
- Art. 35 Será fornecido, mensalmente, ao servidor ou ao beneficiário pensionista, demonstrativo das importâncias recebidas, bem como o valor discriminado de todos os descontos ocorridos na forma do estabelecido no artigo subsequente.
- Art. 36 Poderão ser descontadas diretamente das aposentadorias ou dos benefícios previdenciários:

I – o pagamento de valores efetuados além do legalmente devido;



 II – imposto de renda retido na fonte, ressalvadas as disposições legais em vigor;

III- pensão alimentícia determinada por decisão judicial.

Parágrafo Único - O desconto referido no Inciso II deste artigo, desde que não tenha ocorrido má-fé, será dividido em parcelas mensais de forma a que nunca seja descontada mais de 20% (vinte por cento) da totalidade do valor a ser pago.

Art. 37 - Os proventos da aposentadoria e a remuneração dos pensionistas serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidos aos mesmos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu aposentadoria, na forma da Lei.

Art. 38 - As aposentadorias e os benefícios previstos neste regulamento nunca terão valor inferior a um salário- mínimo.

Art. 39 - Os servidores aposentados e os beneficiários pensionistas terão direito a uma décima terceira prestação paga com base no valor integral da sua aposentadoria ou do valor que percebem a título de pensão, na mesma data em que se consumar o pagamento do décimo terceiro salário aos servidores do quadro ativo.

Art. 40 - Este Regulamento entrará em vigor na data da publicação /desta /Lei, revogadas as disposições em contrário.

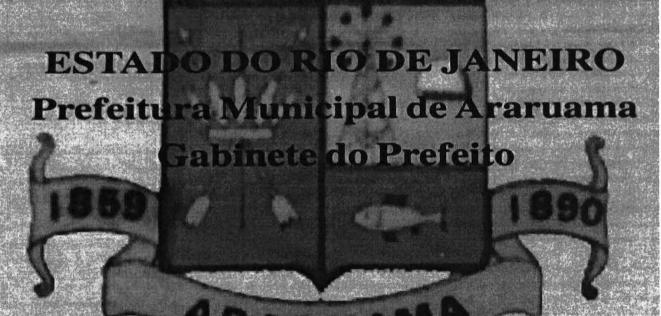
# NOTICIA LOCAL

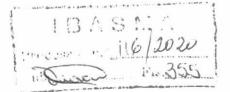
Caderno de Atos Oficiais Prefeitura de Araruama

Araruama (RJ) Sexta - Feira 15 d fevereiro de 2000

Parte Integrante da Edição nº 30

Fundador / Direto Sergio Luiz Cos







# ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Araruama Gabinete do prefeito

#### LEI Nº 1129 DE 02 DE JANEIRO DE 2002.

Dá nova disposição ao Instituto de Beneficios e Assistência aos Servidores Municipais de Areruama -IBASMA, doravante designado, simplesmente, IBASMA, órgão de concessão de beneficios previdenciários e assistencial e dá outras providências.

APROVA A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA E O EXID SR. PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI

#### TITULO

DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA, DA ASSISTÊNCIA E DOS SEUS FINS

#### CAPITULOI

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FORO

Art. 1\* - O Instituto de Beneficios e Assistência eos Servidores Municipals de Araruama - IBASMA, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomía financeira e administrativa, criado pela Lei Municipal n.º 480/82, doravante designado, aimpleamente, IBASMA, é órgão de concessão de beneficios previdenciários e assistência aos servidores municipais, nos termos desta lei.

Parágrafo Único-Os serviços assistenciais criados serão mantidos, exclusivamente, com recursos específicos, vedada a utilização em qualquer hipótesa das contribuições previdenciárias.

Art. 2° O IBASMA tem por finalidade a concessão a todos os seus segurados e respectivos beneficiários, dos beneficios previdenciários obrigatórios, previstos nesta les.

Art. 3° - O IBASMA lem sede e foro na cidade de Areruema. Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4" - O Sistema de Previdência dos Servidores do Município de Aranuma tem por finalidade:

 arrecedar, assegurar e administrar os recursos financeiros e outros ativos para o custelo dos proventos de aposentadoria, das penades e de outros beneficios provistos nesta lei;

 conceder a lodos os seus segurados e respectivos beneficiários, os beneficios previdenciários previstos nesta lei, i

 III - promover o bem estár de todos os seus segurados.

Art. 5° « O IBASMA deverá eleiuar de pagamentos dos proventos de aposentadoria, das pensões a de bulios beneficios devidos, nos termos da legislação aplicavet, a cada um dos regimes da provisência a seus respectivos planos.

§ 1º- O Tesouro Municipal é garantidor das obrigações do IBASMA derivadas do dever de custrio dos valores devidos por proventos de apasentadoria, pensões e outros, conforme previsto nesta let.

§ 2º - Au Municipio de Araruams compete responder solidariamente polas obrigações essumidas pelo BASMA

Art. 69 - O prazo de duração do IBASMA é indeterminado.

#### TÍTULO II

#### DO QUADRO SOCIAL

#### CAPITULOI

#### DAS CATEGORIAS DOS MEMBROS

Ari. 7\* - O IBASMA tem se seguintes categories de membros

- I patrocinadoras;
- Il segurados, ativos e inativos:
- III dependentes.

Parágrato Único - Os segurados e dependentes não respondem, solidária ou isoladamente, pelos compromissos ou encargos assumidos pelo IBASMA

#### SEÇÃOI

#### DAS PATROCINADORAS

Art. 8° × São patrocinadoras, a Prefeitura Municipal de Araruame, a Câmara Municipal de Araruame, e próprio IBASMA e toda Autarquia ou Fundeção Municipal da direito público...

#### SEÇÃO II

#### DOS SEGURADOS

Art. 5° - São segurados do Instituto da Br Assistência os Servidores Municipais de A IBASMA, os servidores públicos municipal tostivos

Lvdo Poder Executivo Municipal;

il - do Poder Législativo Municipal;

III - das Autorquias e Fundações do N

#### Secão III

#### Dos Beneficiários

Art. 10 - São beneficiários:

I - O segurado:

II - Os dependentes do segurado

#### Dos Dependentes Previdenciá

Art. 11 - Bito dependentes dos servidores:

Classe I O cônjuge, companhetre (a), emenopados de qualquer condição, manaros ou inválidos;

Classe II. pale; ou

Clases III. irmão não emancipado, de qualqui mener de 21 anos ou inválido,

§ 1° - Os dependentes de uma mesma classo em igualdade de condições.

§ 2º-A existência de dependente de qualquer doste artigo excluí do direito às prestações os seguintos.

§ 3º - Equiparam-se a filhos, nas condições d mediante declaração escrita do servidor e o comprovada a dependência econômica estabelecida no § 8º do art. 14, o enteado e o estaja cob sua tutola e não possua bera sufici o próprio eustento e educação.

§ 4º- O menor sob tutela somente podera ser sos filhos do servidor mediante apresentação do tutela.

116 2020



separarem.

515/43/5<sub>7</sub>/4

# Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Araruama Gabinete do prefeito

- § 5° Consideram-se dependentes preferenciais os classificados na classe (
- § 8º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o (a) servidor (a).
- § 7º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade femiliar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prote em comum, enquanto não se
- § 8º A dependência econômica das pessoas de que trata a Classe ( é presumida e a das demais deverá ser comprovada.

TÍTULO III

DA INSCRIÇÃO

CAPITULO

#### DA INSCRIÇÃO DO SEGURADO E DEPENDENTE PREVIDENCIÁRIO

Art. 12 - A inemição no IBASMA é condição essencial à obtenção de qualquer beneficio assegurado nesta lei.

#### SEÇÃOI

#### DA INSCRIÇÃO DO SEGURADO

Art. 13 - A inscrição do segurado será procedida compulsoriamente pelo orgão so quel o servidor está vinculado, através do envio de formulário padronizado pelo IBASMA, devidamente acompanhado por cópia da documentação apresentada quando do processo de admissão do servidor, devendo ser requerida a dos dependentes.

#### SEÇÃOII

#### DA INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE

- Art. 14 A inscrição dos dependentes legais cabe ao servidor, devendo ser realizada no ato de sua inscrição junto ao órgão, mediante requerimento instruído com a documentação necessária à qualificação individuel comprobatoria do vinculo jurídico e econômico.
- g 19 O servidor é responsável, civil e criminalmente, pela

inacrição de dependentes realizada com base em documentos e informações por ele fornecidos

- A inscrição de dependente decorre de apresentação de:
  - I para os dependentes preferenciais:
- a) cônjuge e filhos certidões de casamento
  e de nascimento
- b) companheira ou companheiro documento de identidade e certidão de casamento com averbação da separação judicial ou divorcio, quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito, se for o caso; e
- o) equiparado a filho certidão judicial de lutela e, em se tratando de entesdo, certidão de casamento do servidor e de nascimento do dependente, observado o disposto no § 3º do en. 10;
- II pais certidão de nascimento do servidor e documentos de identidade dos mesmos; e
  - III Irmão certidão de nascimento.
- § 2º À inscrição dos dependentes de que trata a alínea \*e\* do inciso I do caput será efetuada no IBASMA.
- § 3º Incumbe ao servidor a inscrição do dependente, que deve ser felta, quando possível, no ato de inscrição do servidor.
- § 4º Para comprovação do vinculo e da dependência sconômica, conforme o caso, podem ser apresentados os seguintes documentos, observado o disposto nos §§ 7º e 6º deste artigo.
- I certidão de nescimento de filho havido em
  - II certidão de casemento religioso;
- III declaração do imposto de Renda do servidor, em que conste o interessado como seu dependente;
  - IV disposições testamentarias;
- V anotação constante na ficha funcional. do servidor, feita pelo órgão competente;
  - VI declaração especial feita perante tabelião
  - VII prova de mesmo domicilio,
- VIII prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida
- IX procuração ou flança reciprocamente outorgada;
  - X conta bancária conjunta;
- XI registro em associação de qualquer naturaza, onde conste o interessado como dependente do servidor.

- XII snotação constante de ficha fur
- XIII apólice de seguro de qual conste o como instituidor do seguro e a pessoa interessa sua beneficiária.
- XIV ficha de tratamento em Institu assistência médica, da qual conste o servid responsável.
- XV secritura de compra e venda de in servidor em nome de depandente.
- XVI declaração de não emancip dependente monor de vinte o um anos, ou
- XVII qualisquer outros que possan convicção do fato a comprovar
- § 8º O feto superveniente que importe em ext Inclusão de dependente deve ser comunicado ao dom es provas cabíveis
- § 8º O servidor casado não poderá realizar a insi companheira
- § 7º Somante será exigida a certidão judicial di quando esta for anterior a 14 de outubro de 1980 vigência da Lei n.º 8.089, de 1990 - ECA.
- § 8º Para a comprovação do vinculo de compar companheiro, os documentos enumerados nos III, IV, VI e XII do § 4º constituem, por el só, prova e suficiente, devendo es demais esrem consider, conjunto de no mínimo três, corroborados, necessário, mediante justificação administrativa
- § 6º No caso de país, irmãos, enteado e tutelado de dependência econômica será feira por declar servidor firmada parante o IBASMA, acompanhad dos documentos referidos nos incisos III, V. VI e. 4º, que constituem, por el só, prove bastante e si devendo as documentos referidos nos incisos IV, IX, XII, XIV e XV serem considerados em cor no mínimo três, corroborados, quando necessi justificação administrativa ou parecer sócio ecido Serviço Social do IBASMA.
- § 10º No caso de dependente invelido, para inscrição e concessão de beneficio, a invalid comprovada mediante exame médico pericia) a s Junia Médica do IBASMA.
- § 115 Deverá ser apresentada declaração





emancipação, pelo servidor, no ato de inacrição de dependente menor de vinte e um anos referido no art. 11.

§ 12 - Para inscrição dos país ou irmãos, o servidor deverá comprover a inexistência de dependentes preferenciale, mediante declaração firmada perente o IBASMA.

§ 13 - Os dependantes excluídos de tal condição em razão de lei têm suas inscrições tornadas nulas de pisno direito

Art. 15 - Ocorrendo felecimento de servidor, sem que tenha sido felta a inscrição do dependente, cabe a este promovêla, observados os seguintes critérios:

I – companheiro ou companheira – pela comprovação de vínculo, na forma prevista no § 7º do art. 14.

 II - pais - pela comprovação de dependência econômica, na forma prevista no § 8º do art. 14;

III – irmãos – pela comprovação de dependência econômica, na forma prevista no \$ 80° do art. 14 e declaração de não emancipação; e

V - equiparado a lilho - pela comprovação de dependência econômica , prova de equiparação e declaração de que não tenha sido emancipado.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só beneficia a companheira ou companheiro, de segurado, se atendida as condições estabelecidas no artigo 8º desta lei.

#### TÍTULOIV

#### DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NO BASMA

#### CAPITULO

DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DE SEGURADO

Art. 16 - Dar-se-á o cancelamento de inscrição de segurado que:

I - vier a falecer

II – perder o vinculo funcional com a patrocinadora,
 na data de desvinculação com a mesma.

Art. 17 — O cancelamento de inscrição do segurado importa na perde dos direitos inerentes a sua condição de segurado.

Art. 18 - Mantém a pondição de segurado; que se segurado

l – até a decisão condenatória, fransitada em julgado, o segurado detido ou recluso, e

II - enquanto durer o licenciamento, o servidor em licença sem ônue para a patrocinadora

# CAPÍTULO II DO CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE

Art. 19 - Dar-se-á o cancelemento da inscrição de dependentes:

I - para o cónjuge, pela separação judicial ou divorcio, enquanto não the for essegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

 il - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com a servidor ou servidora, enquento não lhe for garantida a prestação de alimentos;

lit-para o filho a o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade ou pela emancipação, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral :

- ) pela cessação da invalidez; ou
- b) pelo falecimento.

#### TÍTULO V

#### DO PLANO DE BENEFÍCIOS

#### CAPÍTULOI

#### DOS BENEFÍCIOS

Art. 20 - O Regime de Previdência de que trata esta lei, não poderá conceder, aos segurados, beneficios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que compreende exclusivamente as seguintes prestações:

I - quanto aos segurados

ao sup a) su aposentadoria voluntária por tempo de

#### contribuição;

- b) aposentadoria voluntaria por ida
- c) aposentedoria compulsória;
- d) aposentadoria por invalidez;
- e) salário-tamilla;
- f) salário-maternidade,
- g) suxílio-doença;
- h) abono anual.
- II aos dependentes:
- a) pensão;
- b) auxilio-reclusão;
- c) abono anual.

Parágrafo Único - Nenhum benaficio pravidencia ser criado, majorado ou estendido, no IBASMA esteja estabelecida a correspondente fonte o em conformidade com a Constituição Federal

Art. 21 - O direito aos beneficios previsienciprescreverá, mas prescreverão as respectivas p não pagas nem reclamadas no prizio de 5 toi contados da data em que forem devidas pelonão se aplicando tal prescrição contra incapazas e ausentes, na forma da lei.

#### TÍTULO VI

#### DOS PLANOS DE CUSTEIO E

APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO

#### CAPÍTULO I DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 22 - O Piano de Custeio do IBASMA será anualmente, pelo Conselho Deliberativo, di constando, obrigatoriamente, o regime finanrespectivos cálculos atuariais.

Parágrafo Unico - Independentemente do dispiartigo, o Plano de Custelo será revisto, se ocorrerem eventos determinantes de altera encargos do IBASMA.

Art. 23 - O custeio do plano de beneficios ser pelas seguintes fontes de receitas:

 I - dotações iniciais ou periódicas e gi patrocinadoras, fixadas atuarialmente pare c com a finalidade de integralização (ou consti Fundo de Reserva Técnica do IBASMA:





más ou tracão sobre o valor devido

interesses do IBASMA expam e haja recursos d

(I - contribuição mensal de cada patrocinadora, mediante o recolhimento de percentual de 6% (sels por cento) da fulha de remuneração bruta, de todes os asua servidores, observado o cálculo atuarial já existente que embasou o referido percentual, bem como a correção das aliquotas nos anos subsequentes;

III - contribuição mensal do servidor ativo, mediante o recolhimento de um percentual de 5% (seis por cento) incidente sobre o total de sus remuneração, observado o catculo atuarial já existente que embasou o referido percentual, bem como a correção das aliquotas nos anos subsequentes;

IV - contribuição mensal do servidor inativo, mediante o recolhimento de um percentual incidente sobre o total de seus proventos pagos pelo IBASMA, em conformidade com disposição legal superior;

V = contribuição mensal do beneficiário pensionista mediante o recolhimento de um percentual incidente sobre o total de seus provenios de pensão pagos pelo IBASMA, em conformidade com disposição legal superior;

VI - receitas de aplicações do patrimônio;

VII - doações, subvenções, legados e outras receitas diversas não previstas nos itens precedentes:

VIII - o produto da alienação de seus bens.

Art. 24 - Os recolhimentos das contribuições, não só dos segurados, como também das respectivas patrocinadoras, far-se-ão até o 10º (décimo) dia do más subsequente aquele a que se referirem, juntamente com as demais consignações destinadas ao IBASMA, fudo acompanhado das correspondentes discriminações.

Parágrafo Único - Em caso de inobservância, por parte das patrocinadoras, do prezo estabelecido naste artigo, pagarão as mesmas, ao (BASMA, muita de 02 (dois) por cento sobre o valor do debito, por mês de etraso nos recolhimentos devidos, acrescidos ainda da taxa de manutenção prevista nosta tol.

Art. 25- Não se verificando o recolhimente direto pelo segurado, nos casos previstos nesta lei, ficará o inadimplente sujalle à multa de 3% (três por cento) ao

#### CAPÍTULOII

#### DO PATRIMÔNIO E DA SUA APLICAÇÃO

Art. 28 - O património de IBASMA é autônomo, livre o desvinculado de qualquer outra entidade, devendo aplicálo, conforma diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, em planos que tenham em vista:

- I rentabilidade compativel com os imperativos atuariais do plano de custelo;
  - II garantia dos investimentos;
- III manujenção do poder aquisitivo dos capitais

#### TÍTULO VII

#### DO REGIME FINANCEIRO

#### CAPÍTULOI

#### DA DURAÇÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 27 — O exercício financeiro do IBASMA coincide com o

#### CAPÍTULOII

#### DO ORCAMENTO

Art. 28 - O Presidente do IBASMA apresentará ao Coriselho Deliberativo, eté 31 de março de cade ano, o orgamentoprograma para o ano seguinte, justificado com a indicação dos correspondentes planos de trabalho, após a avallação dos Diretores do IBASMA.

- § 1º Dentro de 30 (trinla) dias, após a sua apresentação, e Conseiho Deliberativo decidirá sobre o orçamento programa.
- § 2º Pare a realização de planos, cuja execução posea exceder um exercício, se despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos asguintes as respectivas provisões.

Ari. 29 — Durante o exercicio financeiro, por proposta do Presidente do IBASMA, poderão ser autorizados pelo Conselho Deliberativo créditos adicionais, desde que os

#### CAPITULOIII

#### DOS BALANCETES E DO BALAI GERAL

Art. 30 - O IBASMA deverá levantar balancete, cada mée, e o Balanço Geral, ao lérminis de cad financeiro, que além des fundos especiels a p Balanço Geral e os balancetes mensais cons reservas técnicas fixadas, segundo as diretri do sistema.

#### CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DE CONTA

Art. 31 - A preetação de contas do IBASMA e Geral do exercício encerrado, acompanhados perecer do Conselho Fiscal, como também d peças instrutivas, serão submetidas, até 28 d do exercício aeguinte, a apresimção do Deliberativo que, sobre os mesmos, deverá d 31 de merço e, posteriormente, devolverá ao que a encaminhará ao Executivo Municipal.

#### . TITULO VIII

#### DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIO

#### CAPITULOI

#### DAS DISPOSIÇÕES COMUN

Art. 32 – São responsáveis pela admin fiscalização do IBASMA os seguintes órgãos e

- I Conselho Deliberativo;
- II Presidência
- III Conselho Fiscal.
- § 1º-Os integrantes dos colegiados referidos n todos namendos por Decreto do Prefeito inclusive os suplentes, quando houver apresenter declaração de bens no inicio e no respectivo período de gestão.
- § 2º A condição de segurado cam, pelo me anos de stativo exercicio como servidor n essencial para a exercicio de qualquer





\$ 3\* - Os cargos comissionados, constantes no Anexo II, exceluando-se o Controlador Interno do IBASMA, serão escolhidos pelo Presidente do IBASMA.

§ 4º - Perdera o mandato o Conselheiro que delxar de mparecer a 3 (très) reunides ordinaries, consecutivas, 60 2 (duas) extraordinárias, sem metivo justificado, a criterio do respectivo orpilo colegiado.

§ 5% - Em caso de vacância de cargo de membro de qualquer dos colegiados referidos neste artigo, o novo litular completara o prazo de gestão do seu entecessor.

§ 6º • Em se tratando de termino de mandato, o membro do digão colegiado permanecerá em pleno exercicio do respectivo cargo, até a posse do seu sucessor, o qual iniciará nove mandale.

§ 7º - Os integrantes dos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, não receberão qualquer tipo de remuneração ou yantagem pecuniaria pelo desempenho de suas lunções, sendo considerado pare todos os fina como exercicio de função a bem do serviço público

§ 6º - Os Conselheiros e o Presidente e demais ocupantes de cargo em comissão, não poderão, nessa qualidade efetuar com o IBASMA negócios de qualquer natureza, direta du indiretamente, não sendo responsáveis pelas obrigações que contratrem em nome do IBASMA, em virtude de ato regular de gestão, respondendo, civil e pensimente, por violação na forma de lei.

g 🗫 - O disposto no paragrate anterior não prejudica o direito dos membros dos órgãos colegiados, decorrentes da sua condição de segurados do IBASMA.

§ 10 – São vedadas relações comerciais entre o IBASMA e empresas privadas em que funcione qualquer Conselheiro ou Oireter de IBASMA como diretor, gerente, cotista, acionista majoritário, empregado ou procurador não se aplicando estas disposições às relações comerciais entre o IBASMA e suas patrocinadoras conforme dispõe a Lei Federal 8 666/93 e suas alterações

§ 11 - As regras de funcionamento interno dos órgãos cologiados serão estabelecidas em regimentos interne apresentados pelo Conselho Deliberativo, stravés de

§ 12 - Os regimentos internos deverão observar regras que preservem a transparência, o poder representativo, e democracia das relações internas, as lisuras e tranções das Deliberações.

#### CAPITULOII

#### DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 33 - Ao Conselho Deliberativo, órgão de direção superior e consulta, cabe fixar os objetivos a as políticas administrativa, financeira e previdenciaria do IBASMA, e sua ação sera desenvolvida pelo estabelecimento de diretrizes o normas gerais de organização, operação e administração.

Art. 34 = O Conselho Deliberativo composte de 5 (cinco) membros, à exceção do Presidente do IBASMA. obrigatoriamente, esculhidos entre os servidores efetivos. ativos ou inativos do Município, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a recondução, sendo:

I - 2 (dois) Conselheiros, indicados pelo Prefeito Municipal, e seus respectivos suplentes:

II – 1 (um) Conselheiro, indicado pela Câmare Municipal, e seu respectivo suplente;

III . 1 (um) Conselheiro, indicado pelos órgãos representativos dos Servidores Municipais, escolhido em Assembléia regularmente convocada para este firm, e seu respectivo suplente:

IV - o Presidente do IBASMA, na qualidade de membro nato, será Presidente do Conselho

§ 1° - O Conselho Deliberativo reunir-se-à, ordinariamente, uma vez por mês ej extraordinariamente, quando convecado pelo seu Presidente ou pela majoria dos seus membros, deliberando por maioria de votos. fixado em 3 (Irês) o "guarum" mínimo para a realização de reunides.

§ 2º - O Presidente de Conselho Deliberativo terá o voto de

Art. 35 - Compete ao Conselho Deliberativo

orçamento - programa, e suas elteraçõ

planes de custalo e de aplicação do pat suas revisões:

a laxa de contribuição mensal, das patro e dos segurados.

os novos planos do seguridade:

e) a prestação de contas da Presidência, do Bala do exercicio respectivo e dos balancetes e mensals

f) e admissão de novas patrocinadores;

p) a aquisição de bens imóveis, bom comi allenação de bens de alive permanente e const ónus reais sobre os mesmos, quando de valor. 30.000 UFIR's.

h) a edificação em terreno de propriedade do II

D a aceitação de dosções com encargos:

j) a estrutura organizacional, quadro de p respectivo plano de cargos e carreira. l)os planos e programas, anuais e plurianuais

II - julgar os recursos interpostos conti Presidente do IBASMA:

Ul - determinar a realização de ins auditoria, de qualquer natureza, escolhendo e d auditores

IV – aprovar a contratação de Instituição A privada ou pública, que se encarregará da adm de carteira de investimentos de IBASMA, quando I

V - aprovar o seu Regimento Interno:

.: VI - resolver os casos omissos desta le

## CAPITULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 36 - O IBASMA será dirigido por seu P indicado por Ato do Poder Executivo, pelo crité nomeação e exoneração, que representará o li Juizo ou Administrativamente, cabendo-ine a dos objetivos da Autarquia, conscante a legivigor.

Paragrafo Único - O Presidente deverá ter ilio e comprovada experiência na área da adm pública ou privada





# ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Araruama GABINETE DO PREFEITO

Art. 37 - Ao Fresidente, alem da instrução das matérias sujettas à deliberação de Consolha Deliberativo, compate:

l - offenter e acompanhar a execução das atividades do IBASMA:

. Il - aprovar mamuale e instruções de carâter técnico; operacional ou ndministrativo)

III - autorizar a baixa e a allenação de bens do ativo permanente e a constituição de ónus reals sobre os mesmos

IV - autorizar a essinatura de contretos, acordos ou convenion:

V - aprover e Plano de Contas e suas alterações:

VI i aprovar o sau Regimento Interno.

VII'- prover os cargos em comissão do IBASMA. dispostos no Anexo II desta lei, excetuando-se o iontrolador Interno, nomeado pelo Chefe do Pader

VIII - expedir Portarias e demais atos necessários ao tiom e regular andamento do IBASMA;

IX - prover os cargos efelivos, a serem criados per lei, em decorrência de aprovação previa em consurso ponico de provas e/ou provas e titulos;

X - contratação temporária para atendimento so excepcional interessa público, nos termos do artigo 37, de Constituição Federal, aplicando se toda a Legislação Monicipal existente referente aos servidores etalivos para efeitos de direitos, deveres e remuneração.

#### SECÃOI

#### DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

#### DO CONTROLE INTERNO

rt. 38 - An Contrale Interno, órgão de controle que assumo maior amplitude relativa a administração do instituto, acompanhando o cumprimento das metas previstas nos programas de trabalho, orçamentários, contabil, providenciários de auditoria, resquardando sua independência de criar a possibilidade para denuncias sobre irregularidades

Art. 39 - O Controle Interno é composto de 01 (um) mambro, sondo responsável pelo sistema de controle. preferencialmente, contabilista e inscrito no Conselhe Regional de Contabilidade do Estado do Filo de Janeiro. que será denominado de Controlador Interno do IBASMA

Paragrato Unico - O Controlador Interno, será indicado e

nomeado por Ato do Prefetto Municipal, pelo criterio da livre nomeação a expreração.

Art. 40 - Compete ao Controle Interno, o controle das atividades da administração com linelidade de acompanhar

I - o clanolamento e omoramecão:

Il - a execução da Lei Orcamentária;

III - o registro de utos e fatos administrativos e/ou contábels.

IV - a criação de condições indispensáveis para assegurar a eficácia e eficiência do controle externo:

V - a regularidade à realização das Receitas e

VI - o acompanhamento da execução dos orçamentos e projetos:

VII - a avallação dos resultados alcançados pelos administradores e verificação des contratos;

VIII - o acompanhamento das reservas técnicas atuarinis, para os beneficios providenciários:

IX - a Prestação de Contas:

X - a Tomada de Contas:

XI - a Tomada de Contas Especial: a

XII - a Auditoria de Controle Interno.

#### DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 41 - A. Assessoria Técnica será constituide por 03 (três) membros, cada um com atribuições de assessoria om áreas distintes de apoio a Presidência de IBASMA, a saber: Jurídica, Informática e Coordenação.

Parágrafo Único - O Assessor Técnico responsável pela área jurídica, obrigatoriamente, será Bacharel em Direito com inscrição delinitive na Ordem dos Advogados do Branil

#### SEÇÃOII

#### DAS DIRETORIAS

Art. 42 - O IBASMA sera constituido por quatro Departementos, a saber

I - Departamento Administrativo

II - Denastamento Finanzairo

III - Departemento de Benelicios e Seguridade.

IV - Departamento Assistencial

#### CAPÍTULOIV

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 43 - Ao:Conselho Fiscal, orgão de fiscaliz IDASMA cabe zelar pela sua gestão econô financelra e pelo cumprimento das metas al aprovadas.

Art. 44 - O Conselho Fiscal è composto de mumbros, com prezo de gestão de 2 (dois) permitida a recondução por uma unica vez send

I - O Presidente, indicado pelo Frefeito Mur sau respectivo suplente:

II - 1 (um) Consolheiro, indicado pela ( Municipal e seu respectivo suplente;

III - 1 (um) Conselheiro, indicado pelos de regresentação dos Servidores Municipals, esculh assembléia regularmente convocado pura este fim respectivo suplente, desde que não exerça função do órgão de representação.

1° - O Conselho Flacal reunic-se-à, ordinarismen vez por mês e, extraordinariamente, quando con pelo seu Presidente ou pela mainria dos seus me e suas manifestações serão tomadas por mais votos fixado a "quorum" mínimo de 02 (dois) mei

9 2º - Cada membro eletivo terá um suplente, o mandato, que o substituira nos casos de au Impedimento, renúncia ou vacância, observado o o no "capul" deste artigo.

§ 37 - O Presidente do Conselho Fiscal, além possoal, lers, ainda, o volo de desempara

Art. 45 - Compete so Conselho Fiscal

I - fiscalizar os atos dos administradore o cumprimento dos seus deverso legais e estatu

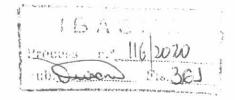
ll « opinar sobre o Balanço Geral p demonstrações financeiras;

III - examinar, a qualquer tempo, tivros e documentos:

IV - analisar, mensulmente, o belancete demonstrações financeiras:

V - denunciar, ao Conselho Deliberat irregularidades verificadas, sugerindo m aanoadoraa

VI - manifestar es sobre assuntos que in aminhados pela Diretoria - Executiva ou pelo C





Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá dispor de assessoramento de contador ou atuário autónomos ou de firma especializada, sem prejuizo de auditoria externa, de caráter obrigatório, observados os critérios legais de contratação e as normes internas do IBASMA, estabelecidas sobre a matéria.

TÍTULOIX

DOPESSOAL

CAPITULOI

# DO REGIME E DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL

Art. 46 - Os servidores do IBASMA estão sujeitos as regras do Estatuto dos Servidores do Município de Araruema, sendo-fres assegurada a remuneração compatível com a Plano de Cargos e Carreiras do Município.

§ 1º - Os ocupantes de cargos em comissão farão jus e remuneração prevista na Lei Comptementar nº 021, de 18 de abril de 2001.

§ 2º - A remuneração do Controlador Intame do IBASMA será equivalente a do Assessor Técnico

§ 3º – As atribuições inerentes aos ocupantes de cargo em comissão, previstos no Anexo II serão fixadas no Regimento Interno do IBASMA.

Art. 47 - A admissão do servidor obsdecerá às normas legais de ingresso no serviço público, em geral, de acordo com a Constituição Federal.

#### TÍTULO X

#### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

#### CAPITULOI

#### DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS

Art. 48 - Caberá interposição de recursos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência oficial do ato:

I - para o Presidente, dos atos dos prepastos qui empregados do IBASMA:

II - para o Conselho Deliberativo, dos atos do Presidente ou do Controlador Interno;

 III - para o Conselho Fiscal, dos atos dos Conselheiros

#### TÍTULO XI

#### DAS ALTERAÇÕES DA LEI

#### CAPÍTULO

#### DOS PROCEDIMENTOS E DAS LIMITAÇÕES

Art. 49 - Esta lei só poderá ser allerada por proposta da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, sujeita à ratificação do Prefeito Municipal e à aprovação da Câmera Municipal.

Parágrafo Único - As alterações desta lei não poderão:

- I contrariar o objetivo previdenciário do IBASMA
- II reduzir beneficios previdenciários já iniciados, na forma da lei;

 III - prejudicar direitos, de qualquer natureza, consignados aos segurados e beneficiários.

#### TÍTULO XII

#### CAPÍTULO

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS TRANSITÓRIAS

Art. 50 - É vedado ao IBASMA presiar flança, aval, aceite ou coobrigar-se a qualquer título, ao Município ou a qualquer orgão, fillado ou não ao Sistema de Pravidência de que trata este lei:

Art. 51 - O (BASMA, independentemente de autorização específica, poderá instituir serviços assistenciais, inclusive de assistência à saúde, através de convenios, consórcios, autogestão ou supervisão de planos, desde que essas operações sejam custadas por contribuições específicas e deverão ser contabilizadas em separado.

§ 1º - O Plano de Custeio decorrenta desses programas assistenciais, deverá ser determinado por uma Avaliação-

Aluarial específica, a ser submetida à ap Presidente do IBASMA e dependerá de ap Conselho Deliberativo.

Atos Oficials Prefeiture

g 2º - No caso da prestação dos serviços previstos no "capur" deste artigo, não poder em hipótese alguma, utilizar-sa de recurso para as Reservas Técnicas para prestação de previdenciários estabelecidos nesta (e).

Art. 62 - Em caso de extinção do IBASMÁ, específica. todo o seu patrimônio obrigatoriamente, a integrar o patrimônio do Araruama, que o sucederá em todos os se obrigações.

Art. 53 - As normas necessárias ao funcio Sistema Providenciário de que trata esta ini, aquelas necessárias para a concessão de serviços a serem prestados, serão bai Presidência, "ad reterendum" do Conselho Art. 54 - A Prefeitura Municipal de Aranuam Municipal de Aranuam Municipal de Aranuam o IBASMA, os detento em comissão de livre nomeação e exoneração os contratados para o atendimento, ao interesse público continuarão recolhendo as contribuições previdenciárias ao IBASMA decisão judicial em sentido contrário a atu vigor, obtida pela Municipalidade, por seu Autarquia, perante a Justiça Federal.

Art. SS - O Regimento Interno de que trata elaborado no prazo de 90 (noventa) días... constituição do Conselho Deliberativo.

Art, 55 — Esta lei entrará em yigor na o publicação, produzindo os seus efeitos a cor novembro de 2001, ficando revogada a Lei / 460/82, Decreto Nº 026/95 e demais dispresontrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de

Francisco Ribeiro
"Chiquinho do Atacadão"
Prefetto



# LEI COMPLEMENTAR Nº 029 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

MODIFICA DIRETORIA DO IBASMA - INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA <u>AOS SERVIDORES</u> MUNICIPAIS DE ARARUAMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARARUAMA

Faço saber que a Câmara Municipal de Araruama aprova e eu sanciono

a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica modificada a estrutura da diretoria do IBASMA — Instituto de Beneficios e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama, que além do presidente e Controlador Geral, criados pela Lei nº 1129 de 02 de janeiro de 2002, passará a contar com um Vice-Presidente, um Coordenador de Assistência e um Coordenador de previdência.

Parágrafo Único — O Vice-presidente, o Coordenador de Assistência e o Coordenador de Previdência serão escolhidos por livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

## Art. 2º - Compete ao Vice-Presidente do IBASMA:

1 – Auxiliar o Presidente em suas atribuições:

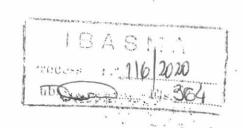
I - Exercer as ambulgates do Fresidente em caso de impedimento do mesmo, producta de precisa i lagento do cursos casos abbilos à vontade de mesmo i pero participat de matariota de cargo, ale que volte o mesmo a energia e a 1,04 a precisa de mesmo à energia e a 1,04 a precisa de masso de presidente.

Am Nº – I sing ete as I statledaturs de Pesigerências

- I = linguing . Againg alliant a execução das atividades do IBASMA no Tie bil - Pile 1: 1 Maintendia presado pelo instituto dos seus beneficiários;
  - Superintender os serviços assistenciais prestada pelo instituto;
- III Zelar pelo bom e fiel cumprimento das obrigações assistenciais do instituto junto aos seus beneficiários;
- IV Desenvolver mecanismo que visem o aprimoramento dos serviços assistenciais prestados pelo instituto aos beneficiários;
- V Representar o Presidente do instituto untos aos seus beneficiarios, no que se refere aos assuntos assisteciais.. Acolhendo crincas sugestões que porventura sejam efetuadas, apreciando-as e levando-as en Frencese per locar e enecuesa, quando fugir-lhe a competência de resolução e mases. Problemas



#### Estado do Rio de Janeiro Prefeitura da Cidade de Araruama Gabinete do Prefeito



Art. 4º - Compete ao Coordenador de Previdência:

1 - Orientar e acompanhar a execução das atividades do IBASMA, no que diz respeito aos benefícios previdenciários prestados pelo instituto aos seus beneficiários;

II – Superimender os serviços previdenciários prestados pelo IBASMA;

III – Zelar pelo bom e fiel cumprimento das obrigações previdenciárias do instituto junto aos seus beneficiários;

IV – Orientar e acompanhar o Presidente no cumprimento das normas de funcionamento do Sistema Previdenciário, bem como de concessão do beneficio previdenciário ao beneficiários.

 V - Desenvolver mecanismos que visem o aprimoramento do atendimento ao beneficiário no que diz respeito às obrigações previdenciárias do instituto.

VI - Representar o presidente do instituto junto aos seus beneficiários, no que se refere aos assuntos previdenciários, acolhendo críticas e sugestões que porventura sejam efetuadas, apreciando-as e levando-as ao Presidente parta resolução e execução, quando fugir-lhe a competência de resolução.

Art. 5º - Os vencimentos dos membros criados pela presente Lei, serão os mesmos estipulados pela Prefeitura Municipal de Araruama para o cargo comissionado de subsecretário.

Art. 6° - Esta Lei entraré em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de janeiro de 2005, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Dezembro de 2004.

Francisco Ribeiro

Prefeire

AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MODIFICA DIRETORIA DO IBASMA -INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA ARABUAMA.

# PREFEITO MUNICIPAL DE ARARUAMA

Faço saber que a Câmara Municipal de Araruama aprova e su sanciono a seguinte Lei:

02 de janeiro de 2002, passará a contar com o Vice-Presidente, um Coordenador de Assistância e um Coordenador de previdência. Araruama, que alem do presidente e Art.1° - Fica modificada a estrutura da diretoria do IBASMA – Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipals de Controlador Geral, criados pela Lei nº 1129 de

Coordenador de previdência serão escolhidos um Coordenador de Assistência e um por livre nomeação e exoneração do Chefe do Parágrafo Único - O Vice-Presidente. Poder Executivo. Art.2" - Compete ao Vice-Presidente do

**BASMA:** 

I- Auxillar o Presidente em suas

em caso de impedimento do mesmo, por força de doença, viagem, ou outros casos alheios à II- Exercer as atribuições do Presidente, vontade do mesmo, ou em caso de vacância do cargo, até que volte o mesmo a exerce-las, ou atribuições;

Art.3" - Compete ao Coordenador de Assistência:

seja, preenchida a vaga de presidente.

1- Orientar e acompanhar a execução das atividades do IBASMA no que diz respeito à assistência preenchida pelo instituto aos seus beneficios;



V. Desenvolver mecanismos que visem o aprimoramento do atendimento ao beneficiário no que diz respetto às obrigações previdenciárias do instituto. beneficiários.

efetuadas, apreciando-as e levando-as ao Presidente parta resolução e execução, quando VI- Representar o presidente do instituto junto aos seus beneficiários, no que se refere aos assuntos previdenciárias; acolhendo críticas e sugestões que porventura sejam fugir-lhe a competência de resolução.

Araruama para o cargo Comissionado de

subsecretário.

Art.6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de janeiro de 2005, revogando-

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2004. se as disposições em contrário.

Superintender os serviços

obrigações do instituto junto aos seus III- Zelar pelo bom e fiel cumprimento das assistências prestada pelo instituto;

IV. Devolver mecanismo que visem o aprimoramento dos serviços assistências prestados pelo instituto aos beneficiários; beneficiários;

resolução e execução, quando fugir-lhe a apreciando-as e levando-as ao Presidente para V- Representar o Presidente do Instituto juntos aos seus beneficiários, no que se refere aos assuntos assistenciais. Acolhendo críticas e sugestões que porventura sejam efetuadas, competência de resolução e desenvolvimento.

Art.4 - Compete ao Coordenador de Previdência:

das atividade do IBASMA, no que diz respelfo aos benefícios prestados pelo instituto aos I- Orientar e acompanhar a execução

seus beneficiários;

III- Zelar pelo bom e fiel cumprimento das II. Superintender os serviços previdenciários prestados pelo IBASMA;

obrigações previdenciárias do instituto junto IV-Orientar e acompanhar o Presidente aos seus beneficiários;

no cumprimento das normas de funcionamento do Sistema Previdenciário, bem como de concessão do benefício previdenciário aos

Art.5° - Os vencimentos dos membros criados pela presente Lei, serão os mesmos estipulados pela Prefeitura Municipal de





#### LEI COMPLEMENTAR N.º 081 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Araruama, e dá outras providências.

(Projeto de Lei Complementar nº 07 de autoria do Poder Executivo)

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Prefeito sanciona a seguinte Lei:

- Art. 1°. A Lei Municipal n°. 1.129, de 02 de janeiro de 2002 passa a vigorar com as seguintes alterações:
- "Art. 22 O plano de custeio do IBASMA será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.
- § 1º O Município de Araruama é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do IBASMA, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- § 2º As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS serão depositadas em contas distintas das contas do Tesouro Municipal.
- § 3º Os recursos referidos no §2º serão aplicados nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme as diretrizes estabelecidas em norma específica do Conselho Monetário Nacional e a Política de Investimentos do IBASMA, vedada a concessão de empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados ou dependentes.
- Art. 23 Em observância irrestrita ao disposto no caput do art. 40 da Constituição Federal, e visando atingir a mais ampla concepção do previsto no art. 249, também da Constituição Federal, ficam instituídas como fontes do plano de custeio do IBASMA, entre outras que poderão ser previstas em Lei posterior, as seguintes receitas:
  - I. Contribuição previdenciária dos Poderes Executivo e Legislativo, Autarquias e fundações Públicas Municipais, equivalente a 20,42% incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores efetivos ativos

 Contribuição previdenciária dos segurados ativos, na razão de 11% (onze por cento) sobre sua remuneração de contribuição;

- III. Contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas na razão de 11% (onze por cento) incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e das pensões concedidas pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS:
- Receitas auferidas com os bens, direitos, ativos municipais incorporados ao patrimônio do IBASMA mediante Lei Municipal;

V. Multas, atualizações monetárias, se houver, e juros moratórios eventualmente recebidos:

VI. Receitas patrimoniais e financeiras;

Process no 116 2020





VII. Doações, legados e subvenções;

VIII. Bens imóveis dominicais de titularidade do Município, de autarquias e fundações públicas municipais;

IX. Créditos devidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, à conta da compensação previdenciária prevista no § 9º, art. 201 da Constituição Federal;

X. Créditos, tributários e não tributários inscritos ou não em dívida ativa do Município de Araruama, de suas autarquias e fundações ou recursos advindos da respectiva liquidação;

XI. Participações societárias de propriedade do Município, de suas autarquias e fundações;

XII. Participações societárias de propriedade de empresas públicas ou sociedades de economia mista do Município, na forma da lei;

XIII. Operação de financiamento, no montante necessário para a complementação do fundo de Reserva Técnica, junto a Instituições Financeiras;

 XIV. Utilização de recursos oriundos do processo de privatização de empresas públicas municipais;

XV. Créditos oriundos de recuperações de contribuições indevidas relativas ao PASEP e outras modalidades instituídas pelo Governo Federal;

XVI. Aportes provenientes de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, cotas de Fundos de Investimentos e Direitos Creditórios - FIDCs, Fundos Imobiliários e Certificados de Direitos Creditórios Imobiliários - CDC-I;

XVII. Renda líquida dos concursos de prognósticos, considerando todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas;

XVIII. Aportes feitos pela Prefeitura na forma de bens, direitos e ativos de qualquer natureza, na forma autorizada pelo art. 249 da Constituição Federal.

XIX. Outras receitas não previstas nos itens precedentes.

- § 1º Constituem também fonte do plano de custeio do IBASMA as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o auxílio-doença e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.
- § 2º Quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, a contribuição prevista no inciso III incidirá apenas sobre a parcela de proventos de aposentadoria e de pensão que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS
- § 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder todos os atos que consagrem a integral obediência ao disposto no artigo 249 da Constituição Federal, objetivando a consecução das receitas dispostas nos incisos deste artigo.
- § 4º Em adição a contribuição definida no inciso I deste artigo, fica criada a taxa administrativa de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor total da remuneração, dos proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Araruama, relativamente ao exercício financeiro anterior."
- Art. 2º Para efeito do Plano de Custeio e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial fica estabelecido que o Município de Araruama, através dos patrocinadores do IBASMA Prefeitura, Câmara dos Vereadores, autarquias e fundações em adição a sua Contribuição Patronal Previdenciária é responsável, obrigatoriamente, pela realização de aportes mensais ao IBASMA.
- § 1º Os valores mensais dos aportes estão definidos na tabela em anexo a esta lei, e deverão, no momento do efetivo pagamento, ser atualizados pelo índice de inflação que compõe a meta atuarial determinada pela política de investimentos do "IBASMA, acrescido de juros

M





equivalentes a 6% ao ano, de 31 de dezembro de 2013 até a data de efetiva realização do aporte. (NR)

- § 2º Os aportes de que trata esse artigo não excederão o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos. O primeiro aporte deverá ser efetuado até 31 de janeiro de 2014.
- § 3º Fica estabelecido que caso haja a realização de aportes em valor superior ao valor definido no §1º deste artigo, o valor excedente aportado poderá ser utilizado na redução do valor dos aportes do mês subsequente".
- Art. 3º As receitas de que trata o art. 23 da Lei Municipal nº. 1.129, de 02 de janeiro de 2002 e o art. 2º desta lei somente poderão ser utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários do IBASMA e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime Previdenciário.
- § 1º A taxa de administração, de que trata o §4º do art. 23 da Lei Municipal nº. 1.129/2002 será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do RPPS.
- § 2º O IBASMA poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.
- § 3º O descumprimento dos critérios fixados neste artigo para a taxa de administração do RPPS representará utilização indevida dos recursos previdenciários.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 030/2005, Lei Complementar nº 033/2005 e Lei Complementar nº 063/2010.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2013

Miguel Jeovani Prefeito 1BAS 11.1 .116 2020 115.368





#### TABELA ANEXA

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 081 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

# Valor dos Aportes da Prefeitura Municipal de Araruama ao IBASMA:

| Ano  | Valor Anual do Aporte | Valor Mensal do Aporte |
|------|-----------------------|------------------------|
| 2014 | 3.000.000,00          | 250.000,00             |
| 2015 | 9.960.000,00          | 830.000,00             |
| 2016 | 12.000.000,00         | 1.000.000,00           |
| 2017 | 14.040.000,00         | 1.170.000,00           |
| 2018 | 15.960.000,00         | 1.330.000,00           |
| 2019 | 18.000.000,00         | 1.500.000,00           |
| 2020 | 20.040.000,00         | 1.670.000,00           |
| 2021 | 20.040.000,00         | 1.670.000,00           |
| 2022 | 18.960.000,00         | 1.580.000,00           |
| 2023 | 18.000.000,00         | 1.500.000,00           |
| 2024 | 17.040.000,00         | 1,420.000,00           |
| 2025 | 15.960.000,00         | 1.330.000,00           |
| 2026 | 15.000.000,00         | 1.250.000,00           |
| 2027 | 14.040.000,00         | 1.170.000,00           |
| 2028 | 12.960.000,00         | 1.080.000,00           |
| 2029 | 12.000.000,00         | 1.000.000,00           |
| 2030 | 11.040.000,00         | 920.000,00             |
| 2031 | 9.960.000,00          | 830.000,00             |
| 2032 | 9.960.000,00          | 830.000,00             |
| 2033 | 9.960.000,00          | 830.000,00             |
| 2034 | 9.000.000,00          | 750.000,00             |
| 2035 | 9.000.000,00          | 750.000,00             |
| 2036 | 9.000.000,00          | 750.000,00             |
| 2037 | 9.000.000,00          | 750.000,00             |
| 2038 | 9.000.000,00          | 750.000,00             |
| 2039 | 9.000.000,00          | 750.000,00             |
| 2040 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2041 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2042 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2043 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2044 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2045 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2046 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2047 | 8.040.000,00          | 670.000,00             |
| 2048 | 8.369.456,45          | 697.454,70             |

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2013

Miguel Jeovani Prefeito 116/2021 369





# LEI COMPLEMENTAR Nº 090 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

| Camera Menicipal de Armana |
|----------------------------|
| Protocolo sob o nº )46     |
| Em 03, 02, 2015            |
| A38.                       |

ALTERA LEI COMPLEMENTAR N° 081, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Projeto de Lei Complementar nº 12 de autoria do Poder Executivo)

Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Prefeito sanciona a seguinte

Lei:

Art. 1°. O §4° do artigo 23 da Lei Municipal nº 1.129 de 02 de janeiro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 081, de 18 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º...

"§ 4º O valor anual da taxa de administração será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração e proventos e pensões pagos aos segurados e dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Araruama, relativamente ao exercício financeiro anterior."

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2014

Miguel Seovani Prefeito 1BAS 11 A 200000 1-116 2020

, its is a transfer

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 090 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 081, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Projeto de Lei Complementar nº 12 de autoria do Poder Executivo)

A Câmara Municipal de Araruama aprova e o Exmo. Sr. Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º . 0 §4º do artigo 23 da Lei Municipal nº 1.129 de 02 de janeiro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 081, de 18 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

A# 10

°§ 4º O valor anual da taxa de administração será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração e proventos e pensões pagos aos segurados e dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Araruama, relativamente ao exercício financeiro anterior."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2014

Miguel Jeovani Prefeito

Journal Lagos Noticia

Data: 30 de dezembro de 2019

Pagina: 06, or comment ville a course

# LEI COMPLEMENTAR Nº 115 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTRACTOR TO SERVICE STATE OF THE SERVICE STATE STATE

2542

26 12 16

ylus.

REVOGA O ARTIGO 2° DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 81 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

(Projeto de Lei Complementar nº 05 de autoria de Todos Vereadores)

O Presidente da Câmara Municipal de Araruama, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER QUE A CÂMARA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1°. Fica revogado o artigo 2° e a Tabela de Valores dos Aportes da Lei Complementar Municipal n° 81 de 18 de dezembro de 2013.

Art. 2°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araruama/RJ, 26 de dezembro de 2016.

Carlos Alberto Siqueira da Silva Presidente

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 115 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Araruama, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER QUE A CÂMARA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLE-

Art. 1º. Fica revogado o artigo 2º e a Tabela de Valores dos Aportes da Lei Complementar Municipal nº 81 de 18 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publica-ção, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araruama/RJ, 26 de dezembro de 2016.

> Carlos Alberto Siqueira da Silva Presidente

Jarral Lagor Noticia Edicap Nº 601 Data: 29 de dezembro de 2016

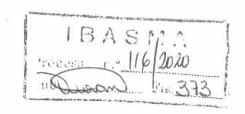
- 101/09/03/03 (2534) (2573) 7

Pagina 16

Carlos Alberta Sigueira da Silva 18 18 10 Bit Alba 19

IBASL





# LEI COMPLEMENTAR Nº 154 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.

Protocolo sob o nº 3993
Liero nº Fls. nº Fls. nº Ass.:

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA E SOBRE O QUADRO GERAL DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA – IBASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

(Projeto de Lei Complementar nº 05 de autoria do Poder Executivo).

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos I e IX do artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Araruama.

FAZ SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA aprovou e ela sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

- Art. 1º Fica alterada e consolidada a estrutura básica organizacional do Instituto de Previdência do Município de Araruama IBASMA, conforme anexo I que acompanha a presente Lei.
- Art. 2º Ficam transformados os atuais cargos de provimento em comissão, anexo II, nos cargos em comissão, na forma do anexo III.
- Parágrafo Único O cargo comissionado de Presidente, previsto nesta estrutura, seguirá a política estabelecida pelo Poder Executivo municipal para fins de remuneração dos Secretários Municipais.
- Art. 3º Fica autorizado o IBASMA a estabelecer, através de Portaria, o seu regimento interno.
- § 1º Serão destinados aos servidores titulares de cargo efetivo do IBASMA, o percentual mínimo de 10% (dez por cento) dos cargos de provimento em comissão, conforme disposto no artigo 37, inciso V da Constituição Federal;
- § 2º Os cargos de Superintendente de Previdência, Chefe de Divisão de Benefícios, Chefe de Divisão de Administração, serão destinados, exclusivamente, aos servidores titulares de cargo efetivo do IBASMA, conforme disposto no parágrafo anterior.

1 Hy 3000





Art. 4° - Até o preenchimento dos cargos de provimento efetivo, instituídos por lei própria que disporá sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do IBASMA, e realizados através de concurso público, fica autorizado o IBASMA a contratar em caráter temporário e, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, pessoal técnico necessário para a manutenção e a continuidade Leis do Trabalho, pessoal técnico necessário para a manutenção e a continuidade de suas atividades operacionais e administrativas, pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, uma única vez.

Parágrafo único - o Presidente do IBASMA estabelecerá em ato próprio, devidamente justificado, a quantidade e a respectiva remuneração dos servidores temporários a serem contratados na forma do caput, bem como a prorrogação do prazo, em caso de necessidade.

Art. 5º – Fica reorganizado, na forma desta Lei, o Quadro Geral de Pessoal do Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, entidade autárquica pública, instituída pela Lei nº 1.129/2002.

Art. 6º - O Quadro Geral de Pessoal do IBASMA compõe-se de um Quadro Permanente e de Quadro em Extinção, de acordo com as disposições e os anexos desta Lei.

Art. 7º – Para efeito desta Lei, a estrutura do Quadro Geral de Pessoal do IBASMA – Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama, baseia-se nos seguintes conceitos:

CARGO - é o conjunto de deveres, responsabilidades, tarefas, atribuições e autoridade atribuídas a um funcionário com posição definida na estrutura organizacional do IBASMA, com denominação própria, matrícula e enquadramento na forma desta Lei;

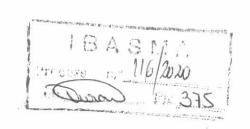
CARREIRA - é o desenvolvimento funcional durante a sua vida profissional;

CATEGORIA - é o enquadramento do funcionário no desenvolvimento de sua carreira de primeira, segunda e terceira, de acordo com o tempo de serviço;

Art. 8º - O Quadro Permanente tem por finalidade compreender os cargos de provimento efetivos, distribuídos por categorias funcionais e escalonados em carreiras, correlacionados com o nível de escolaridade, conforme anexo IV.

10 000

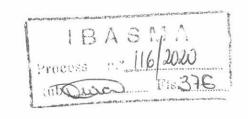




- Art. 9º O ingresso nos cargos do Quadro Permanente do IBASMA, dar-se-á por concurso público de provas ou de provas e títulos e no nível inicial da carreira fixada para a respectiva categoria funcional.
- Art. 10 Os atuais servidores titulares de cargos efetivos do IBASMA, serão enquadrados, através de portaria do Presidente do IBASMA, por transposição no Quadro Permanente, respeitada a linha de concorrência estabelecida no anexo IV desta lei.
- Art. 11 Os servidores públicos do IBASMA ocupantes de cargo efetivo constante do anexo IV, à disposição de qualquer outro órgão, poderão optar expressamente pelo enquadramento no Quadro Permanente instituído por esta lei, desde que retornem ao IBASMA num prazo de 30 (trinta) dias.
- Art. 12 Os destinatários do Quadro em Extinção, que compreende todos os cargos efetivos do IBASMA, excetuando-se aqueles elencados como concorrentes no anexo IV desta lei, permanecerão nos seus respectivos cargos efetivos até a sua vacância, fazendo jus a todo e qualquer abono, reajuste ou aumento concedidos aos servidores municipais em caráter geral.
- Parágrafo único O Presidente do IBASMA providenciará, num prazo de 60 (sessenta) dias, a publicação da relação dos integrantes do Quadro em Extinção do IBASMA, além dos cargos vagos em extinção.
- Art. 13 Ficam definidas as atribuições típicas dos cargos do Quadro Permanente, de acordo com o anexo V.
- Art. 14 Fica estipulada a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, para todo o pessoal do IBASMA.
- Art. 15 Fica vedada a cessão de servidor do IBASMA com ônus para a autarquia.
- Art. 16 Os servidores públicos do Quadro Geral de Pessoal de que trata esta Lei, terão direito ao adicional de tempo de serviço, bem como todo e qualquer abono, reajuste ou aumento concedido aos servidores municipais de Araruama em caráter geral, bem como, seguirão todas as regras e normas estabelecidas no Estatuto do servidor público de Araruama.
- Art. 17 Fica assegurado aos servidores do IBASMA, efetivos ou não, designados para atuar como membros das comissões de trabalho, instituídas no

3





âmbito do IBASMA, por ato do presidente, uma gratificação, correspondente a 5 (cinco) UFISA's.

- § 1º Fica vedado a acumulação da referida gratificação, caso o servidor venha a ser designado em mais de uma comissão de trabalho.
- § 2º A gratificação de que trata o caput deste artigo será paga, mensalmente, enquanto durar os trabalhos da comissão, e que deram causa a sua constituição.
- § 3º No caso das comissões de trabalho, destinadas a realização de licitações de compras e serviços, a gratificação de que trata o caput deste artigo, será paga, da seguinte forma:
- a) Na Comissão Permanente de Licitação CPL, a gratificação será paga, aos membros designados, em caráter permanente, enquanto perdurar essa designação;

b) Na Comissão de Pregão, a gratificação será paga, toda vez que for realizado um certame licitatório, com essa característica, no âmbito do IBASMA.

- Art. 18 Fica o Poder Executivo autorizado a declarar, por proposta da Diretoria Executiva do IBASMA, após aprovação do Conselho de Administração da entidade, a desnecessidade de cargos do Quadro em Extinção, colocando o respectivo ocupante em disponibilidade, na forma do art. 41, parágrafo 3º da Constituição da República, quando o mesmo não estiver exercendo atividades específicas de seu cargo efetivo.
- Art. 19 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes no IBASMA.
- Art. 20 Esta Lei entrará em vigor quarenta e cinco dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 14 de outubro de 2019.

"Lívia de Chiquinho" Prefeita





#### ANEXO I

# CAPÍTULO I

### DA FINALIDADE

Art. 1º - O Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, entidade pública autárquica, criada pela Lei nº.460/1982, posteriormente revogada pela Lei nº 1.129/2002, atualmente vigente, é o órgão gestor do regime próprio de previdência social dos servidores municipais de gestor do regime próprio de previdência social dos servidores municipais de Araruama, que tem a finalidade de gerir todos os assuntos relativos à previdência, Araruama aos segurados e a seus dependentes o amparo e a concessão de benefícios da previdência social.

# CAPÍTULO II

# DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º - O Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, é dotado de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, gozando de todos os benefícios, privilégios, inclusive processuais, e imunidades do Município de Araruama.

Art. 3º - O Tesouro municipal, responde solidariamente pelas obrigações assumidas pelo IBASMA, derivadas do dever de custeio dos valores devidos por proventos de aposentadorias e pensões e outros benefícios Previdenciários.

Art. 4º - O Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, será dirigido por um Presidente, que, na sua ausência, será substituído pelo Superintendente de Previdência.

# CAPÍTULO III

#### **DA ESTRUTURA**

Art. 5º - O Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, terá a seguinte estrutura básica:

# 1 - Órgãos Colegiados:

1.1 - Conselho de Administração (CONSAD)

Townselle





- 1.2 Conselho Fiscal (CONFIS)
- 1.3 Diretoria-Executiva (DIREX)
- 1.4 Comitê de Investimentos (COMINV)

# 2 - Órgãos Executivos

- 2.1 Presidência (PRES)
- 2.1.1 Assessoria Executiva (AXEC)
- 2.1.2 Procuradoria Jurídica (PROJUR)
- 2.1.3 Assessoria de Coordenação de Controle Interno (ASTECOIN)
- 2.2 Diretoria do Departamento de Administração e Finanças (DAFIN)
- 2.2.1 Divisão Financeira (DFI)
- 2.2.2 Divisão de Contabilidade (DCO)
- 2.2.3 Divisão de Controle de Receitas (DCR)
- 2.2.4 Divisão de Administração (DAM)
- 2.2.5 Divisão de Serviços Gerais (DSG)
- 2.2.6 Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
- 2.3 Superintendência de Previdência (SUPREV)
- 2.3.1 Divisão de Benefícios (DBE)
- 2.3.2 Divisão de Projetos Previdenciários (DPP)
- 2.3.3 Divisão de Perícias Médicas (DPM)

# CAPÍTULO IV

# DAS DEFINIÇÕES, COMPETÊNCIAS **FUNCIONAMENTOS DOS ÓRGÃOS**

Art. 6º - Os Órgãos integrantes da estrutura básica do Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA terão as seguintes definições, competências e funcionamentos:

# 1 - ÓRGÃOS COLEGIADOS

# 1.1 - Conselho de Administração (CONSAD)

# I – Definição:

O Conselho de Administração é o órgão de direção superior e consulta, cabendo-lhe fixar os objetivos e a política previdenciária e de

1011 BOOD





investimentos do Instituto de Previdência do Município de Araruama – IBASMA, e sua ação será desenvolvida pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

# II – Competência:

- a) fixar as diretrizes gerais de gestão, investimento e alocação dos recursos;
- b) exercer a supervisão das operações do IBASMA;
- c) examinar e aprovar, anualmente, a avaliação atuarial e o plano de custeio;
- d) deliberar sobre o orçamento-programa e suas alterações;
- e) examinar e aprovar a prestação de contas da Diretoria-Executiva e o balanço geral do exercício respectivo;
- f) deliberar sobre os planos e programas, anuais e plurianuais;
- g) aceitar doações, com ou sem encargos;
- h) julgar os recursos interpostos aos atos do Presidente e da Diretoria-Executiva, bem como as contas anuais e relatórios;
- i) determinar a realização de inspeções e auditagens, de qualquer natureza;
- j) aprovar operações e aplicações de capitais em importância por ele fixado;
- k) aprovar fixação de taxas, contribuições e de preços a serem aplicados nas atividades, programas e serviços;
- l) deliberar sobre a compra e venda de bens imóveis;
- m) autorizar concessão de gratificações, abonos, prêmios a título de bonificação, por proposta da Diretoria-Executiva;
- n) elaborar e aprovar por maioria de seus membros o seu regimento interno, remetendo-o ao Presidente do IBASMA para publicação;
- o) deliberar sobre os casos omissos nas normas reguladoras do IBASMA.
- p) aprovar, anualmente, a Política de Investimentos do IBASMA;

Townsolle





# III – Composição:

O Conselho de Administração será constituído por 06 (seis) membros efetivos, sendo eles:

a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo;

- b) 01 (um) representante dos servidores ativos do Poder Executivo;
- c) 01 (um) representante dos servidores ativos do Poder Legislativo;
- d) 01 (um) representante dos servidores inativos;
- e) Presidente do IBASMA;
- § 1º Os representantes do Poder Executivo e seus suplentes serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 2º O representante dos servidores ativos, e seu suplente, citado na alínea "b", será indicado pela entidade sindical representativa de classe; o citado na alínea "c" e seu suplente, indicado pelo chefe do Poder Legislativo Municipal, ambos nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 3º O representante dos servidores inativos e seu suplente, citado na alínea "d", será indicado pela entidade sindical representativa de classe e nomeado pelo Prefeito Municipal.
- § 4º O mandato dos Conselheiros representantes dos servidores ativos e inativos será de 02 anos, possibilitada a recondução.
- § 5º O Presidente e o Secretário do Conselho Administrativo serão eleitos por seus pares para mandato coincidente com o do colegiado.
- § 6º O Presidente do Conselho Administrativo deterá, além de seu voto pessoal, o de qualidade em caso de empate nas votações.

## IV - Funcionamento:

- O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente por convocação do seu Presidente ou, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros;
- a) as reuniões do Conselho instalar-se-ão com a presença da maioria absoluta de seus membros.

JOHNSON





- b) o Conselho deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate nas deliberações, além do seu, o voto de qualidade.
- c) fica assegurado aos membros do Conselho de Administração, uma gratificação, a título de serviços extraordinários, por sua participação no CONSAD, no valor equivalente a 02 (duas) UFISA's.
- § 1º Fica limitada a percepção de uma gratificação, mencionada no "caput", desta alínea, independentemente do número de reuniões realizadas.
- § 2º O pagamento da gratificação mencionada na alínea "c" fica condicionado a presença nas reuniões do Conselho.

# 1.2 - Conselho Fiscal (CONFIS)

#### I – Definição:

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do IBASMA, cabendo zelar pela sua gestão econômico-financeira.

# II - Competência:

- a) examinar e emitir parecer sobre as contas apuradas nos balancetes;
- b) dar parecer sobre o balanço anual, contas e atos da Diretoria-Executiva, bem como sobre o cumprimento do plano de custeio e coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses apresentadas;
- c) examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do IBASMA;
- d) lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames procedidos;
- e) relatar, ao Conselho de Administração, as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;
- f) solicitar, motivadamente, ao Conselho de Administração, a contratação de assessoramento de técnico ou empresa especializada, sem prejuízo do controle de contas externo.

# III - Outras competências:

Joursello





- a) fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Diretoria-Executiva ou pelo Conselho de Administração;

## IV - Composição:

O Conselho Fiscal será constituído por 04 (quatro) membros efetivos, sendo eles:

- a) 02 representantes do Poder Executivo;
- b) 01 representante dos servidores ativos;
- c) 01 representante dos servidores inativos;
- § 1º Os representantes do Poder Executivo e seus suplentes serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 2º Os 02 (dois) representantes, dos servidores ativos e inativos, e seus suplentes, citados nas alíneas "b" e "c", serão indicados pela entidade sindical representativa de classe e nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 3º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, possibilitada a recondução, com remuneração e normas idênticas às estabelecidas para o Conselho de Administração CONSAD.
- § 4º As indicações para a composição do Conselho deverão recair preferencialmente, sobre servidores segurados que tenham conhecimento em área afim.

#### V - Funcionamento:

- a) O Presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos seus pares;
- b) O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente, por convocação de seu Presidente;
- c) As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

# 1.3 - Diretoria-Executiva (DIREX)

## I – Definição:

Musello





A Diretoria Executiva é o órgão ao qual cabe dar execução aos objetivos do IBASMA, consoante a legislação em vigor e as diretrizes e normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração.

# II - Competência:

- a) orientar e acompanhar a execução das atividades do IBASMA;
- b) aprovar manuais e instruções de caráter técnico, operacional ou administrativo, de acordo com as diretrizes e normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração;
- c) autorizar a baixa e a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais sobre os mesmos, observados padrões e valores máximos a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- d) autorizar a assinatura de contratos, acordos e convênios;
- e) aprovar o Plano de Contas e suas alterações;
- f) propor ao Conselho de Administração o orçamento-programa e suas alterações;
- g) instruir as matérias sujeitas a deliberação do Conselho de Administração;
- h) submeter ao Conselho de Administração suas contas e o Balanço-Geral do exercício;
- i) aprovar a proposta de alteração do Quadro de Pessoal do IBASMA e seu respectivo Plano de Carreiras e Vencimentos;
- j) aprovar as promoções anuais estabelecidas no Plano de Carreiras dos Servidores do IBASMA.

# IV – Composição:

A Diretoria-Executiva é composta por 03 (três) Diretores do IBASMA, sendo um Presidente, de livre nomeação e exoneração por ato do Prefeito e por um Diretor do Departamento de Administração e Finanças, um Superintendente de Previdência, todos de livre nomeação e exoneração por ato do Presidente, devendo a preferência recair em pessoa que possua experiência reconhecida nas áreas financeira, contábil, previdenciária, jurídica ou de administração de pessoal, além de reputação ilibada. Com relação à Diretoria do Departamento de Administração

Harrollo





e Finanças, será obrigatório que a pessoa escolhida possua Certificação Profissional correspondente ao CPA 10 ou CGRPPS ou análoga.

#### V - Funcionamento:

A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada trinta dias e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente para deliberar, sobre assuntos do interesse geral Autarquia, e suas resoluções serão tomadas por maioria de votos, fixados em 2 (dois) o "quórum" mínimo para a realização da reunião.

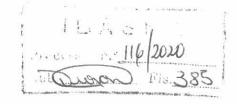
#### 1.4 - Comitê de Investimentos (COMINV)

O Comitê de Investimentos do IBASMA, órgão auxiliar no processo decisório de alocação dos recursos do RPPS instituído de acordo com a Portaria nº 519/2011, do Ministério da Previdência Social e suas alterações posteriores com as seguintes atribuições:

- a) opinar, sobre a política de investimentos proposta pela Diretoria Executiva e suas eventuais revisões, para posterior encaminhamento e aprovação pelo Conselho de Administração;
- b) monitorar e avaliar o desempenho obtido na gestão da política de investimentos do RPPS, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos na Resolução (Resoluções) nº 3.922, de 25/11/2010 ou a que lhe substituir ou alterar, observando critérios de liquidez e rentabilidade;
- c) orientar a alocação dos ativos financeiros do RPPS de acordo com sua política de investimentos, com o cenário econômico observado e com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Previdência Social, observando, ainda, as características do passivo vinculado aos planos previdenciários mantidos pelo IBASMA
- d) observar, na gestão dos ativos financeiros do RPPS, a legislação e demais normas incidentes sobre o mercado de valores mobiliários, visando ainda à preservação de padrões técnicos, éticos e de prudência;
- e) proceder à seleção e ao credenciamento de administradores, gestores e demais prestadores de serviços relacionados à gestão de investimentos, indicando ainda os critérios de remuneração e pagamento de taxas a agentes e instituições;

Through 12





- f) O Comitê de Investimento reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente por convocação do seu Presidente ou, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros;
- g) Fica assegurado aos membros do Comitê de Investimento, uma gratificação, a título de serviços extraordinários, por sua participação no COMINV, no valor equivalente a 03 (três) UFISA's:
- h) Fica limitada a percepção de uma gratificação, mencionada na alínea "g", independentemente do número de reuniões realizadas.
- i) O pagamento da gratificação mencionada na alínea "g" fica condicionado a presença nas reuniões do Comitê de Investimento;
- j) O Comitê de Investimento terá sua composição definida por ato do Presidente do IBASMA.

#### 2. - ÓRGÃOS EXECUTIVOS

#### 2.1 - Presidência (PRES)

- O Presidente, além das atribuições próprias da qualidade de membro da Diretoria-Executiva, compete:
- a) definir políticas e diretrizes previdenciárias para os segurados e seus dependentes;
- b) administrar, orientar, coordenar e controlar as atividades do regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Município de ARARUAMA;
- c) estabelecer critérios e diretrizes para a elaboração de normas e programas que garantam o amparo previdenciário, social e financeiro aos segurados do IBASMA e seus dependentes;
- d) baixar atos de gestão necessários à administração do IBASMA;
- e) nomear e exonerar os cargos comissionados do IBASMA:
- f) decidir sobre aplicações financeiras;
- g) representar a autarquia em juízo ou fora dele;

Tetrosello





- h) celebrar, aditar e rescindir acordos, convênios, contratos e outros instrumentos de ajustes, observadas as normas aplicáveis;
- i) visar os cheques emitidos pelo Diretor de Administração e Finanças;
- i) convocar os Conselhos de Administração e Fiscal, nos casos previstos em Lei;
- k) deferir ou indeferir benefícios de natureza previdenciária;
- l) constituir comissões e grupos de trabalho;
- m) determinar a instauração de sindicâncias e de inquérito administrativo e aplicar penalidades;
- n) autorizar licitações e aprovar o seu resultado;
- o)abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, em conjunto com o Diretor do Departamento de Administração e Finanças ou, na sua ausência, pelo Superintendente de Previdência;
- p) aprovar normas reguladoras de aplicação de multas e parcelamento de débitos;
- q) aprovar o balanço geral da autarquia, seus balancetes, processos de tomadas de contas e demais demonstrativos a serem submetidos aos órgãos fiscalizadores e autoridades superiores;
- r) promover o planejamento interno;
- s) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria-Executiva;
- t) baixar os atos que consubstanciem as decisões da Diretoria-Executiva;
- u) praticar os atos de urgência "ad referendum" da Diretoria-Executiva ou do Conselho de Administração, submetendo a sua decisão a consideração do órgão competente, na primeira reunião que se realizar após o fato;
- v) baixar os atos relativos à administração de pessoal;
- w) apreciar recursos interpostos de atos de prepostos ou empregados do IBASMA;
- x) arrendar os bens próprios do IBASMA, obedecida a legislação pertinente;

Jourselle





- y) submeter a aprovação do Conselho de Administração alienação dos próprios do IBASMA, após avaliação por instituições habilitadas, obedecidas as normas legais;
- z) delegar competência, nos casos que couber.

## 2.1.1 - Assessor Executivo (AXEC)

À Assessoria Executiva, subordinada diretamente ao Presidente, compete:

prestar assistência direta e imediata ao Presidente;

assessorar a Diretoria Executiva na organização, coordenação, direção e controle das atividades do IBASMA;

orientar, coordenar e supervisionar a preparação dos atos e despachos que devam ser submetidos à apreciação do Presidente;

assessorar a Diretoria Executiva em todas as etapas do processo de comunicação social;

selecionar e encaminhar para os demais órgãos, interno e externo, as informações de interesse veiculadas na imprensa;

coordenar atividades editoriais do IBASMA;

coordenar as atividades relativas à publicação dos atos do IBASMA;

exercer quaisquer atividades que lhe seja atribuída pelo Presidente.

# 2.1.2 - Procuradoria Jurídica (PROJUR)

À Procuradoria Jurídica, subordinada diretamente ao Presidente, compete:

- a) assessorar a Presidência em matéria jurídica de interesse do IBASMA;
- b) defender os legítimos direitos e interesses do IBASMA;
- c) propor o estabelecimento de normas legais e regulamentares relacionadas com os serviços a serem prestados pelo IBASMA;

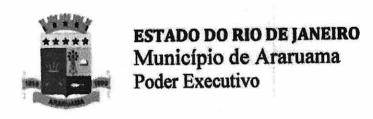
torusello





- d) manifestar-se sobre matéria jurisdicional e atos normativos de interesse do IBASMA;
- e) orientar os casos de alienação, transferência ou locação de bens móveis e imóveis do IBASMA;
- f) dar ciência aos diversos órgãos do IBASMA de quaisquer matéria jurídica de seu interesse, alertando sobre alterações da legislação;
- g) acompanhar o andamento das demandas jurídicas de qualquer natureza do IBASMA;
- h) emitir parecer sobre a conveniência e legalidade dos contratos e convênios de interesse do IBASMA:
- i) cooperar com os órgãos encarregados de licitação, na elaboração de editais;
- j) apreciar e orientar sindicâncias e inquéritos administrativos determinados pelo Presidente;
- k) consultar a Procuradoria Geral do Município sobre matérias que não haja orientação normativa ou pronunciamento oficial.
- l) representar o IBASMA, nos termos e limites dos poderes que lhe forem outorgados;
- m) emitir pareceres, elaborar minutas de convênios, termos de compromisso, contratos, ou outros instrumentos obrigacionais em que o IBASMA seja parte ou interveniente;
- n) reunir, classificar, guardar e conservar toda a legislação e jurisprudência de interesse do IBASMA;
- o) minutar as informações dos Mandados de Segurança;
- p) coordenar a instrução dos processos judiciais de sua área de atuação de interesse do IBASMA;
- q) apresentar trimestralmente à Diretoria-Executiva relatórios das atividades relativas a sua área de atuação;
- r) pronunciar-se sobre as questões jurídicas, que lhes forem submetidas;

100 AD 2000s





s) acompanhar e pronunciar-se sobre todos os processos de interesse do IBASMA, oriundos do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual e Federal e do Ministério da Previdência.

# 2.1.3 - Assessoria de Coordenação Técnica de Controle Interno (ASTECOIN)

À Assessoria de Coordenação Técnica de Controle Interno, subordinada diretamente ao Presidente, compete:

- a) acompanhar o cumprimento das diligências baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- b) promover, na área de sua jurisdição, análise e fiscalização periódica nos atos dos ordenadores, agentes recebedores, tesoureiros ou pagadores, inclusive dos responsáveis por almoxarifados, bens móveis e de pessoal, emitindo parecer técnico fundamentado, visando à elaboração de prestação de contas do ordenador de despesas;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização técnico-contábil-financeiro, visando a salvaguarda dos bens e a verificação de exatidão e da regularidade das contas e execução do orçamento, obedecidas as normas vigentes;
- d) manter, elaborar e controlar as diligências do TCE/RJ, auxiliando no seu atendimento;
- e) exercer o controle interno através de inspeções, fiscalização, avaliações, diligências e revisões programadas, objetivando preservar o patrimônio do IBASMA;
- f) promover a Tomada de Contas do ordenador de despesa;
- g) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;

# 2.2 - Diretoria do Departamento de Administração e Finanças (DAFIN)

Ao Diretor do Departamento de Administração e Finanças, além das responsabilidades próprias de membro da Diretoria-Executiva, compete:

 a) planejar, organizar, dirigir e controlar a execução das atividades relacionadas à contabilidade geral, tesouraria e aos investimentos do IBASMA;

KAANBELLO





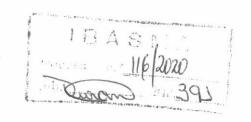
- b) submeter a Diretoria-Executiva:
- b.1 o plano de contas e as suas alterações básicas;
- b.2 o balanço, os balancetes e as demais demonstrações financeiras;
- b.3 o sistema de apropriação de custos;
- c) organizar e supervisionar o sistema de registro e escrituração contábil;
- d) promover e acompanhar a execução do orçamento do IBASMA;
- e) elaborar, periodicamente, relatórios gerenciais pertinentes a sua área;
- f) emitir e assinar os cheques, sendo substituído nesta tarefa, no caso de impedimento eventual, pelo Superintendente de Previdência;
- g) assinar notas de empenho;
- h) acompanhar e controlar as aplicações financeiras e a política de investimentos do IBASMA;
- i) Planejar, organizar, dirigir e controlar a execução das atividades relacionadas à administração de pessoal, material e serviços gerais, ao controle e a avaliação dos bens patrimoniais e das atividades relacionadas com o apoio às demais áreas do IBASMA;
- j) Fornecer suporte técnico e operacional a todas as Unidades Administrativas do IBASMA;
- k) promover a execução das atividades da administração geral do IBASMA, mantendo arquivo atualizado;
- propor o Plano Diretor de Informática do IBASMA;
- m) controlar as atividades relativas à administração dos imóveis pertencentes ao IBASMA;

### 2.3.1 - Divisão Financeira (DFI)

À Divisão Financeira, subordinada diretamente ao Superintendente de Administração e Finanças, compete:

Jourselle





- a) coordenar e executar todas as atividades relativas à tesouraria do IBASMA;
- b) executar as atividades relativas à execução da programação de desembolso referentes aos contratos, fornecedores e prestadores de serviços do IBASMA;
- c) emitir guias para recolhimento de tributos, taxas, impostos e contribuições de sua responsabilidade;
- d) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;
- e) elaborar e acompanhar o fluxo de caixa do IBASMA;
- f) elaborar e emitir os demonstrativos aos diversos Bancos, órgãos oficiais ou governamentais, bem como para atender a necessidades atuariais, em atendimento a legislação vigente;
- g) efetuar todos os pagamentos referentes à folha de pagamento e eventuais despesas realizadas pelo IBASMA;
- h) acompanhar toda a movimentação bancária bem como todas as aplicações do IBASMA.

## 2.3.2 - Divisão de Contabilidade (DCO)

À Divisão de Contabilidade, subordinada diretamente ao Superintendente de Administração e Finanças, compete:

- a) coordenar, orientar e acompanhar todas as atividades relativas a execução orçamentária, procedendo a estudos, controle e análise através do Sistema Integrado de Informações Contábeis, avaliando o desempenho do órgão e elaborando relatórios mensais para remessa à Diretoria Executiva e ainda, supervisionando a execução das despesas e realização das receitas do IBASMA;
- b) efetivar o registro contábil de todos os atos e fatos da gestão patrimonial e financeira do IBASMA, promovendo a escrituração de todos os instrumentos previstos na legislação;
- c) elaborar e manter atualizado o plano de contas do IBASMA;

Journal 19





- d) encaminhar, por intermédio da Presidência, a relação dos responsáveis por bens e valores ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro TCE/RJ;
- e) organizar e expedir, conforme orientação superior, nos prazos determinados, os balançeses, balanços e outras demonstrações contábeis;
- f) orientar, coordenar e instruir, do ponto de vista técnico, na esfera de sua competência, as unidades operacionais;
- g) analisar as propostas de créditos adicionais/suplementares e de alteração do detalhamento de despesa;
- h) controlar e acompanhar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IBASMA;
- i) orientar a aplicação e a apresentação das prestações de contas de adiantamentos, bens patrimoniais e almoxarifado;
- j) manter atualizado o registro dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por dinheiro, valores e outros bens;
- k) manter os documentos relativos aos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, arquivados à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo, e dos agentes de controle interno e externo no exercício de suas funções institucionais, zelando pela sua perenidade;
- l) elaborar e emitir os demonstrativos previdenciários, conforme legislação vigente;
- m) elaborar e emitir os demonstrativos aos diversos Bancos, órgãos oficiais ou governamentais, bem como para atender a necessidades atuariais, em atendimento a legislação vigente;
- n) efetuar os ajustes das rotinas contábeis;
- o) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;
- p) emitir guias para recolhimento de tributos, taxas, impostos e contribuições de sua responsabilidade;
- q) manter o registro e controle contábil dos bens patrimoniais;

20





- r) proporcionar aos auditores as facilidades necessárias ao desempenho de suas funções;
- s) propor sistemática para apropriação dos custos, executando-a e orientando os demais órgãos quanto ao fornecimento das informações necessárias;
- t) desenvolver estudos sobre o comportamento dos custos do IBASMA;
- u) preparar mapas e demonstrativos de custos e acompanhamento orçamentário, encaminhando-os as Diretorias;

## 2.3.3 - Divisão de Controle de Receitas (DCR)

À Divisão de Controle de Receitas, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:

- a) coordenar e executar todas as atividades relativas ao controle das receitas do IBASMA;
- b) emitir guias para recolhimento das contribuições patronais;
- c) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;
- d) acompanhar toda a movimentação das receitas do IBASMA, em especial àquelas relativas a contribuição patronal.

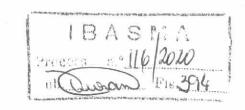
## 2.3.4 - Divisão de Administração (DAM)

À Divisão de Administração, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:

- a) executar todas as atividades relativas a gestão de pessoal, inclusive com as relacionadas com o preparo e comando de pagamento do pessoal do IBASMA, mantendo os controles estabelecidos pelas normas internas e legislação vigente;
- b) preparar estudos e planos específicos que lhe sejam solicitados pela Diretoria Executiva;
- c) providenciar e controlar as requisições de passagens e registrar as diárias referentes às viagens a serviços;

White 21





- d) manter organizado e controlar a sistematização da legislação em geral de interesse do IBASMA, bem como a documentação, livros e publicações;
- e) coordenar e supervisionar todas as atividades relativas aos estagiários e bolsistas a serviço do IBASMA;
- f) executar outras atividades solicitadas pelo Diretor de Administração;

### 2.3.5 - Divisão de Serviços Gerais (DSG)

À Divisão de Serviços Gerais, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:

- a) coordenar e supervisionar as atividades relativas aos suprimentos e bens e serviços do IBASMA, procedendo ao final de cada exercício o inventário anual dos bens patrimoniais;
- b) coordenar e supervisionar as atividades de transportes do IBASMA,
- c) mantendo o controle e o uso adequado das viaturas e dos combustíveis;
- d) coordenar, organizar e zelar pelas atividades de protocolo e arquivo geral do IBASMA, executando os serviços de guarda, recepção e encaminhamento de expediente diversos;
- e) manter o registro dos bens patrimoniais;
- f) manter o controle e registro dos materiais de expediente e dos permanentes;
- g) manter o controle do estoque de materiais;

coordenar as atividades relativas ao almoxarifado, observando, no que couber, os procedimentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

executar outras atividades solicitadas pelo Diretor de Administração;

## 2.3.6 - Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)

À Divisão de Tecnologia da Informação, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:

Journal 22





- a) elaborar o Plano Diretor de Informática do IBASMA;
- b) elaborar, implantar e acompanhar os sistemas operacionais destinados a todas as áreas de atuação do IBASMA;
- c) desenvolver estudos visando a aplicação de métodos de informática;
- d) dar suporte técnico e operacional a todos os setores do IBASMA.

# 2.4 – Superintendência de Previdência (DPV)

Ao Superintendente de Previdência, além das responsabilidades próprias de membro da Diretoria-Executiva, compete:

- a) a coordenação do planejamento da seguridade social, incluindo seus benefícios e projetos previdenciários, bem como a coordenação do atendimento aos beneficiários e segurados;
- b) submeter à Diretoria-Executiva do IBASMA:
- b.1 os programas anual e trienal para consecução da política previdenciária;
- b.2 os planos de benefícios;
- b.3 normas e procedimentos relativos ao processo de concessão de benefícios previdenciários;
- c) promover a organização e atualização dos cadastros dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas;
- d) desenvolver estudos, análises e diagnósticos das condições sócio-econômicas dos servidores segurados do IBASMA;
- e) promover o atendimento das necessidades atuariais;
- f) propor e coordenar a execução de reavaliações atuariais periódicas do IBASMA;
- g) promover a gestão de benefícios previdenciários, incluindo a folha de pagamento, do IBASMA;
- h) coordenar o atendimento aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas;
- i) manter, atualizado semestralmente, quadro dos benefícios concedidos pelo IBASMA;

Morralle





- j) apresentar, mensalmente, à Diretoria Executiva relatórios das atividades de sua área de atuação;
- k) apoiar tecnicamente os órgãos do IBASMA em matéria previdenciária;
- l) preparar informações e subsídios técnicos previdenciários para o Presidente;
- m) pronunciar-se acerca de atos reguladores de previdência, bem como de recurso em matéria previdenciária;

### 2.4.1 - Divisão de Benefícios (DBE)

À Divisão de Benefícios, subordinada diretamente ao Superintendente de Previdência, compete:

- a) supervisão da execução de normas que regulamentam a habilitação dos servidores e beneficiários;
- b) examinar e instruir processos dos diversos benefícios e direitos:
- c) manter o cadastro de servidores ativos, inativos e pensionistas do IBASMA atualizado;
- d) apresentar, mensalmente, ao Superintendente de Previdência relatórios das atividades de sua área de competência;
- e) proceder aos cálculos, revisões e controle dos benefícios previdenciários;
- f) coordenar, controlar, supervisionar todas as atividades relativas ao pagamento da folha de servidores inativos e de pensionistas;
- g) levantar e controlar os descontos efetuados em folha de pagamento de servidores inativos e de pensionistas, visando repasse devido às consignatárias e entidades financeiras, em conformidade com os dispositivos legais;
- h) cumprir outras competências delegadas pelo Superintendente de Previdência;
- i) orientar os servidores segurados e os órgãos competentes, quanto aos procedimentos de concessão de benefícios;

10 mselle





 j) abrir, encaminhar e informar processos referentes aos benefícios concedidos pelo IBASMA;

### 2.4.2 - Divisão de Projetos Previdenciários (DPP)

À Divisão de Projetos Previdenciários, subordinada diretamente ao Superintendente de Previdência, compete:

- a) promoção de estudos das alternativas de benefícios;
- b) manter o acompanhamento dos dados atuariais e do plano de custeio;
- c) elaborar notas técnicas sobre benefícios e outras situações previdenciárias do IBASMA, para apreciação da Diretoria Executiva;
- d) apresentar, mensalmente, ao Superintendente de Previdência relatórios das atividades de sua área de competência;
- e) cumprir outras competências delegadas pelo Superintendente de Previdência;
- f) promover o IBASMA junto aos servidores, distribuindo os informativos e dando atendimento às solicitações dos mesmos;
- g) manter intercâmbio com órgãos e entidades públicas e privadas, com o fim de obter cooperação, assistência técnica e promoção do desenvolvimento de planos, programas e projetos da autarquia;
- h) coordenar e supervisionar todos os projetos previdenciários do IBASMA;
- i) coordenar e supervisionar todos os projetos assistenciais do IBASMA;
- j) coordenar os trabalhos relativos à compensação financeira entre os regimes previdenciários;

### 2.4.3 - Divisão de Perícias Médicas (DPM)

À Divisão de Perícias Médicas, subordinada diretamente ao Superintendente de Previdência, compete:

a) desenvolver atividades relativas ao planejamento, coordenação, supervisão, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, de

Thurselle 25





trabalhos médico-periciais inerentes ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, das autarquias e das fundações públicas municipais.

- b) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e realizar atividades relacionadas a exames médicos-periciais, juntas médicas e análises processuais, relativos a benefícios previdenciários (RPPS), assim como os previstos no Regime Jurídico dos Servidores Municipais, das autarquias e das fundações públicas municipais.
- c) emitir pareceres médicos-periciais fundamentados, na esfera de suas atribuições.
- d) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar atividades médicospericiais relativas à Reabilitação Profissional.
- e) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e realizar avaliações de laudos e exames de profissionais e serviços credenciados.
- f) supervisionar requisições, requisitar e analisar exames complementares e pareceres especializados de profissionais e serviços credenciados, laudos e declarações médico-hospitalares, bem como documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária relativos à saúde do trabalhador.
- g) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar atividades de auditoria de ações médicos-periciais.
- h) planejar, coordenar e participar de equipes multidisciplinares para análise e proposição de soluções de problemas específicos pertinentes à área médicopericial.
- i) planejar, coordenar e participar de reuniões e de grupos de trabalho relativos a atividades médicos-periciais e saúde do trabalhador, visando à interação com órgãos públicos, empresas, sindicatos e outras instituições da sociedade civil organizada.
- j) planejar, coordenar e participar de estudos e pesquisas que visem à elaboração e a sistematização de normas e padrões técnicos para as atividades médicospericiais.
- k) planejar, coordenar e participar de atividades de apuração, processamento e análise estatística de dados administrativos, técnicos e epidemiológicos, propondo

26 townsello





ações e alimentando os setores pertinentes e demais órgãos competentes, conforme previsto na legislação e atos normativos do Município.

- l) coordenar, orientar e supervisionar equipes auxiliares em atividades específicas. Orientar e prestar informações sobre normas e padrões aplicáveis às atividades médico-periciais.
- m) elaborar relatórios e notas técnicas no nível de suas atribuições.

### CAPÍTULO V

### DAS SUBSTITUIÇÕES

- 6 São substitutos natos, sem acréscimos remuneratórios e sem prejuízos de suas atribuições, em suas faltas ou impedimentos:
- a) O Superintendente da Superintendência de Previdência pelo Superintendente de Controle Interno a ser designado por ato expresso do Presidente;
- b) O Procurador Jurídico da Procuradoria por um servidor a ser designado por ato expresso do Presidente;
- c) O Diretor do Departamento de Administração e Finanças pelo Assessor Executivo a ser designado por ato expresso do Presidente;
- d) O Assessor Executivo por um servidor a ser designado por ato expresso do Presidente;
- e) Os Chefes de Divisão, por um servidor, indicado pelo respectivo Chefe, a ser designado por ato expresso do Presidente.

### CAPÍTULO VI

### **DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS**

- Art. 7º Aplicar-se-ão a título de vencimento, aos cargos criados conforme Anexo III, os valores definidos nas legislações correlatas.
- Art. 8º Incidirão, a título de vencimento, aos cargos permanentes criados conforme Anexo IV, os valores definidos nas legislações respectivas, sem

Dursello 27





prejuízo das garantias e vantagens pecuniárias aplicadas aos servidores estatutários da administração direta.

Parágrafo único – Inclui-se às premissas elencadas no caput deste artigo as gratificações instituídas através da lei complementar nº: 072 de 26 de março de 2012 ou outras que vierem eventualmente a alterá-la ou substituí-la.

### **CAPÍTULO VII**

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração por proposta da Diretoria Executiva.

Art. 10 - São pré-requisitos para investidura de integrantes nos órgãos elencados no art. 5º item 1 - órgão colegiado, 1.1, 1.2, e 1.4; e no item 2 - órgão executivo, 2.1, sem prejuízo dos demais atributos inerentes previstos na presente lei, impositivamente aquelas consonantes com as legislações infraconstitucionais, de forma especial com a Lei Federal nº 9.717/1998.

### ANEXO II

### CARGOS EM COMISSÃO A SEREM TRANSFORMADOS

| CARGO                                | SIMBOLO | QUANTIDADE |
|--------------------------------------|---------|------------|
| PRESIDENTE                           |         | 01         |
| ASSESSOR TÉCNICO                     |         | 03         |
| CONTROLADOR INTERNO                  |         | 01         |
| ASSESSOR ESPECIAL                    |         | 01         |
| VICE PRESIDENTE                      |         | 01         |
| COORDENADOR DE PREVIDÊNCIA           |         | 01         |
| COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA           |         | 01         |
| DIRETOR DE DEPARTAMENTO FINANCEIRO   |         | 01         |
| DIRETOR DE DEPARTAMENTO ASSISTENCIAL |         | 01         |







| DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE BENEFICIOS  E SEGURIDADE | 01   |
|-----------------------------------------------------|------|
| DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO              | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE ALMOXARIFADO                    | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS                | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE PROTOCOLO                       | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS E<br>PATRIMÔNIO         | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVO                         | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE ZELADORIA E<br>TRANSPORTE       | . 01 |
| CHEFE DE DIVISÃO DE ORÇAMENTO                       | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE FINANÇAS                        | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE AUTORIZAÇÕES E<br>FATURAMENTO   | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS                        | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS                | 01   |
| CHEFE DE DIVISÃO DE BENEFÍCIOS                      | 01   |
| TOTAL                                               | 25   |







### ANEXO III

# CARGOS EM COMISSÃO A SEREM CRIADOS

| CARGO                                                 | QUANTIDADE |
|-------------------------------------------------------|------------|
| PRESIDENTE                                            | 01         |
| SUPERINTENDENTE DE PREVIDÊNCIA                        | 01         |
| PROCURADOR JURÍDICO                                   | 01         |
| ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE CONTROLE INTERNO | 01         |
| ASSESSOR EXECUTIVO                                    | 01         |
| DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS   | 01         |
| CHEFE DE DIVISÃO                                      | 09         |
| TOTAL                                                 | 15         |







### ANEXO IV

### **QUADRO GERAL DE PESSOAL**

### **QUADRO PERMANENTE**

### 1 - GRUPO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

| ESCOLARIDADE      | CARGOS<br>CONCORRENTES  | CARGOS                   | QUANTITATIVO |
|-------------------|-------------------------|--------------------------|--------------|
| SUPERIOR COMPLETO | PROCURADOR<br>JURÍDICO  | PROCURADOR               | 02           |
|                   | ASSISTENTE<br>SOCIAL    | CONTADOR                 | 01           |
|                   |                         | GESTOR<br>PREVIDENCIÁRIO | 02           |
| 1                 | ANALISTA DE<br>SISTEMAS |                          |              |
|                   |                         | ASSISTENTE<br>SOCIAL     | 01           |
| 10                |                         | MÉDICO PERITO            | 03           |
|                   | TOTAL                   |                          | 09           |

### 2- GRUPO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

| ESCOLARI           | DADE  | CARGOS<br>CONCORRENTE    | s  | CARGOS                    | QUANTITATIVO |
|--------------------|-------|--------------------------|----|---------------------------|--------------|
| ENSINO<br>COMPLETO | MÉDIO | TÉCNICO<br>CONTABILIDADE | DE | TÉCNICO<br>PREVIDENCIÁRIO | 10           |
| ii<br>I            |       |                          |    |                           |              |







| STENTE<br>INISTRATIVO | TÉCNICO<br>INFORMÁTICA | EM |    |
|-----------------------|------------------------|----|----|
|                       |                        |    | 02 |

# 3- GRUPO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

| ESCOLARIDADE                   | CARGOS<br>CONCORRENTES      | CARGOS                   | QUANTITATIVO |
|--------------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------|
| ENSINO FUNDAMENTAL<br>COMPLETO | OFICIAL<br>ADMINISTRATIVO I | AGENTE<br>PREVIDENCIÁRIO | 10           |
| <                              | AUXILIAR<br>ADMINISTRATIVO  |                          |              |
|                                | TOTAL                       | <u></u>                  | 10           |







### ANEXO V

| CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DE NÍVEL SUPERIOR DO QUADRO PERMANENTE | ATRIBUIÇÕES TÍPICAS                                                                                                                                                                   | ESCOLARIDADE<br>EXIGIDA                                                    |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| PROCURADOR                                                          | Emitir pareceres com interpretação das Leis ou quaisquer atos administrativos, bem como nos procedimentos administrativos de licitações e participar de quaisquer questões judiciais; | Formação em<br>Direito, com devido<br>registro profissional<br>na OAB.     |
|                                                                     | Assistir o Procurador Chefe da<br>Procuradoria, cooperando na<br>elaboração de anteprojetos de<br>Lei, regulamentos e outros atos<br>demandados;                                      |                                                                            |
|                                                                     | Opinar sobre providências de ordem jurídica de interesse da autarquia;                                                                                                                |                                                                            |
|                                                                     | Elaborar minutas padronizadas de contratos e convênios;                                                                                                                               |                                                                            |
| CONTADOR                                                            | Assessoramento em todos os assuntos relativos a contabilidade;                                                                                                                        | Formação em<br>Ciências Contábeis,<br>com devido registro<br>profissional. |







|                          | and the second s |                                                                                                  |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                          | Realizar escrituração contábil e<br>analítica das operações<br>financeiras e patrimoniais;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                  |
|                          | Promover o registro contábil dos bens patrimoniais;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                  |
|                          | Assinar os balancetes anuais e mensais, os resumos, quadros demonstrativos, diários e outros solicitados pela chefia imediata;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                  |
|                          | Desempenhar outras funções<br>típicas de contabilidade<br>solicitadas pela chefia<br>imediata;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                  |
| GESTOR<br>PREVIDENCIÁRIO | Elaborar políticas voltadas para ,<br>área previdenciária;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Formação em administração de empresas,                                                           |
|                          | Estudar e relatar sobre matéria previdenciária;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | engenharia, atuária, direito, estatística, ciências contábeis ou economia, com o devido registro |
|                          | Emitir pareceres em procedimentos administrativos relativos a benefícios previdenciários;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | profissional.                                                                                    |
|                          | Participar e acompanhar sistematicamente a gestão do IBASMA;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                  |
|                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                  |







Sugerir e apreciar as propostas alteração política da previdenciária do IBASMA; Coordenar, acompanhar apreciar a execução dos planos e programas previdenciários do IBASMA: quanto Dirimir dúvidas aplicação de normas regulamentares do IBASMA; Desempenhar qualquer função típica de previdência solicitada pela chefia imediata; Formalizar sugestões, visando melhoria sistema previdenciário do IBASMA: Planejar, coordenar, orientar sobre todas as atividades típicas de previdência, mantendo intercâmbio com o Ministério da Fazenda - MF. Elaborar implementar políticas que dão suporte às acões na área social.

> Elaborar, implementar projetos na área social, baseados na identificação das necessidades individuais e coletivas, visando







o atendimento e a garantia dos direitos enquanto cidadãos da população usuária dos serviços desenvolvidos pela Instituição.

Propor e administrar benefícios sociais no âmbito da comunidade do IBASMA e da população usuária dos serviços da mesma.

Formação em Serviço Social, com o devido registro profissional

### ASSISTENTE SOCIAL

Planejar e desenvolver pesquisas para análise da realidade social e para encaminhamento de ações relacionadas a questões que emergem do âmbito de ação do serviço social.

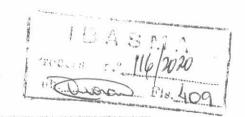
Propor, coordenar, ministrar e avaliar treinamento na área social.

Participar e coordenar grupos de estudos, equipes multiprofissionais e interdisciplinares, associações e eventos relacionados a área de serviço social.

Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados a matéria especifica do serviço social.







Desempenhar tarefas administrativas inerentes a funcão.

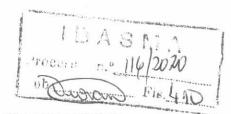
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Emitir pareceres médicopericiais fundamentados, na esfera de suas atribuições.

Planejar, coordenar, orientar, supervisionar executar atividades médico-periciais Reabilitação relativas Profissional.

Analisar exames complementares e pareceres especializados de profissionais servicos credenciados, laudos e declarações médicohospitalares, bem como documentos previstos na legislação trabalhista previdenciária relativos à saúde do trabalhador





| CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO | ATRIBUIÇÕES TÍPICAS | ESCOLARIDADE<br>EXIGIDA                      |
|------------------------------|---------------------|----------------------------------------------|
|                              |                     |                                              |
|                              |                     |                                              |
| -                            |                     |                                              |
| ±                            |                     |                                              |
|                              |                     |                                              |
|                              |                     |                                              |
| MÉDICO PERITO                |                     |                                              |
|                              |                     |                                              |
|                              | •                   | Medicina, com o devido registro profissional |
|                              |                     | Formação em                                  |
|                              | †<br>-              |                                              |







| DE NÍVEL MÉDIO DO QUADRO PERMANENTE |                                                                                                |                          |
|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| TÉCNICO<br>PREVIDENCIÁRIO           | Supervisionar e orientar a concessão de benefícios previdenciários e administrativos do IBASMA | Ensino Médio<br>Completo |
|                                     | Emitir pareceres em<br>procedimentos administrativos<br>solicitados pela chefia<br>imediata;   |                          |
|                                     | Analisar processos de benefícios previdenciários;                                              |                          |
|                                     | Acompanhar e avaliar o controle da execução dos planos de benefícios do IBASMA                 |                          |
|                                     | Executar quaisquer atividades típicas de previdência, solicitadas pela chefia imediata.        |                          |







| TÉCNICO DE<br>CONTABILIDADE | Executar as atividades relativas a execução orçamentária, controlando e analisando informações contábeis;  Efetivar o registro contábil de todos os atos e fatos da gestão financeira e patrimonial do IBASMA; | Ensino Médio com formação e registro técnico profissionalizante e comprovada experiência em contabilidade |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                             | Organizar e expedir, nos<br>prazos determinados, os<br>balancetes, balanços e outras<br>demonstrações contábels;                                                                                               |                                                                                                           |
|                             | Promover o acompanhamento técnico- contábil- financeiro, visando à salvaguarda dos bens e a verificação de exatidão e da regularidade das contas e execução do orçamento, obedecidas às normas vigentes;       |                                                                                                           |
| *                           | Executar todas as atividades relativas à área contábil solicitadas pela chefia imediata.                                                                                                                       |                                                                                                           |
|                             |                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                           |
|                             |                                                                                                                                                                                                                | Ensino Médio completo com                                                                                 |

Howard





| TÉCNICO EM<br>INFORMÁTICA                               | Elaborar o Plano Diretor de<br>Informática do IBASMA;                                                                                                         | registro técnico<br>profissionalizante e<br>comprovada<br>experiência em |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
|                                                         | Elaborar, implantar e acompanhar os sistemas operacionais destinados a todas as áreas de atuação do IBASMA;                                                   | informática                                                              |
|                                                         | Desenvolver estudos visando a aplicação de métodos de informática;                                                                                            |                                                                          |
|                                                         | Fornecer suporte técnico e operacional a todas as gerências e diretorias do IBASMA;                                                                           |                                                                          |
|                                                         | Elaborar periodicamente relatórios gerenciais pertinentes a sua área.                                                                                         |                                                                          |
| CARGOS DE<br>PROVIMENTO EFETIVO DE<br>NÍVEL FUNDAMENTAL | ATRIBUIÇÕES TÍPICAS                                                                                                                                           | ESCOLARIDADE<br>EXIGIDA                                                  |
| AGENTE<br>PREVIDENCIÁRIO                                | Executar tarefas básicas de concessão de benefícios previdenciários;  Executar quaisquer atividades de apoio administrativo solicitados pela chefia imediata. | Ensino Fundamenta<br>Completo                                            |

Ollo

W ...





## DECRETO Nº 145 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

ESTABELECE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARARUAMA, no uso de suas atribuições e competência conferidas por Lei, e

Considerando, as comemorações face ao "Dia do Servidor Público", no próximo dia 28 de outubro do ano em curso – segunda-feira, e que nossos valorosos servidores merecem desfrutar do evento em sua homenagem;

#### DECRETA:

- Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo no próximo dia 28 (segunda-feira) de outubro de 2019, para todas as categorias de trabalhadores e atividades desenvolvidas no Município de Araruama, a exceção dos serviços públicos considerados essenciais como saúde, força tarefa da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, e demais serviços em virtude de exigências técnicas, ou por motivo de interesse público, não possam ser interrompidos.
- Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Gabinete da Prefeita. 25 de outubro de 2019

> Lívia Bello "Lívia de Chiquinho" Prefeita

# REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 134 DE 10 DE OUTUBRO DE 2019.

"Regulamenta a concessão de auxílio alimentação aos Servidores do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Araruama, títulares dos cargos de Supervisor Educacional; Orientador Pedagógico e Orientador Educacional do Magistério Municipal de que trata a Lei nº 2.277 de 19 de dezembro de 2018."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAURAMA, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições e competência legal prevista no inciso VII, do Art. 69, da Lei Orgânica do Municipio, e de acordo com a Lei Municipal nº 2.277 de 19 de dezembro de 2018:

#### DECRETA

- Art. 1º. Fica regulamentado, o auxillo alimentação de que trata a Lei Municipal Nº 2.277/2018, em favor dos Servidores do quadro efetivo do Magistério Municipal, titulares dos cargos de Supervisor Educacional; Orientador Pedagógico e Orientador Educacional, cujo valor mensal é de R\$300,00 (trezentos reais).
- Art. 2°. Em cumprimento ao disposto no § 2°, do artigo 1° da Lei Municipal n° 2277/2018, farão jus ao beneficio os titulares dos cargos definidos no Art. 1°, enquanto estiverem no efetivo exercício das funções do cargo.
- Art. 3º. Os Servidores que acumulam cargos, somente farão jus à percepção de um auxilio alimentação por mês,

nos termos do § 3º, da Lei Municipal nº 2.277/2018.

- § 1º. Não farão jus ao recebimento do auxílio alimentação os Servidores que não estiverem em efetivo exercício das funções, ou seja, quando no gozo de licença para o tratado da própria saúde; de licença prêmio; licença sem vencimentos; licença para o tratamento de saúde em pessoas da familia e de quaisquer outras licenças; em gozo de férias; em processo de readaptação; em fim por qualquer motivo que o afaste do efetivo exercício de suas atividades.
- § 2º. No cômputo do auxílio alimentação serão considerados os dias úteis do mês de referência, descontada a proporcionalidade do dia não trabalhado.
- Art. 4°. O beneficio será concedido através de cartão magnético, com chip, sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal, no limite mensal do valor de R\$300,00 (trezentos reais) para uso exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais do gênero e nos limites do Município de Araruama/RJ.
- Art, 5º. Os cartões personalizados com o nome do servidor e protegidos contra roubo e extravio, por meio de senha pessoal e intransferível, serão entregues em envelope lacrado e com manual básico de utilização, na Secretaria de Administração Municipal, situada no 2º piso do Paço Municipal na Avenida John Kennedy, nº 129 Centro Araruama/RJ.
- § 1º. Os cartões deverão ser entregues em embalagens que permitam a conservação de suas características originais, intactas e limpas de quaisquer tipos de resíduos e sem violações.
- § 2º. Os cartões com defeitos de origem que impossibilitem sua utilização, serão substituídos com emissão de 2ª vias no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação do beneficiário.
- § 3º. O Departamento de Recursos Humanos informará à empresa responsável em até 02 (dois) dias antes da data do crédito, os valores que deverão ser creditados em cada cartão.
- Art. 6º. O Município de Araruama fará pagamento à empresa administradora dos cartões do crédito (auxilio alimentação), via depósito bancário em conta corrente de titularidade da empresa, em até 10 (dez) dias após a efetivação do crédito e mediante apresentação da nota fiscal e dos comprovantes de crédito nos cartões.

Parágrafo Único. Para possibilitar a liberação dos pagamentos, a empresa administradora será comunicada pelo DERHU – Departamento de Recursos Humanos, para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, proceda a regularização de suas pendências.

Art. 7°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1° de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Gabinete da Prefeita, 10 de outubro de 2019.

> Lívia Bello "Lívia de Chiquinho" Prefeita

# REPUBLICAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 154 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.

IBASMA

Processo nº 16 1000 Rus wan Fis. 414

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA E SOBRE O QUADRO GERAL DE PESSOAL DO INSTI-TUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARARUA-MA – IBASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

(Projeto de Lei Complementar nº 05 de autoria do Poder Executivo).

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos I e IX do artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Araruama.

FAZ SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL DE ARA-RUAMA aprovou e ela sanciono a seguinte LEI COM-PLEMENTAR:

- Art. 1º Fica alterada e consolidada a estrutura básica organizacional do Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, conforme anexo I que acompanha a presente Lei.
- Art, 2º Ficam transformados os atuais cargos de provimento em comissão, anexo II, nos cargos em comissão, na forma do anexo III.

Parágrafo Único – O cargo comissionado de Presidente, previsto nesta estrutura, seguirá a política estabelecida pelo Poder Executivo municipal para fins de remuneração dos Secretários Municipais.

- Art. 3º Fica autorizado o IBASMA a estabelecer, através de Portaria, o seu regimento interno,
- § 1º Serão destinados aos servidores titulares de cargo efetivo do IBASMA, o percentual mínimo de 10% (dez por cento) dos cargos de provimento em comissão, conforme disposto no artigo 37, inciso V da Constituição Federal:
- § 2º Os cargos de Superintendente de Previdência, Chefe de Divisão de Beneficios, Chefe de Divisão de Administração, serão destinados, exclusivamente, aos servidores titulares de cargo efetivo do IBASMA, conforme disposto no parágrafo anterior.
- Art. 4º -Até o preenchimento dos cargos de provimento efetivo, instituídos por lei própria que disporá sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do IBASMA, e realizados através de concurso público, fica autorizado o IBASMA a contratar em caráter temporário e, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, pessoal técnico necessário para a manutenção e a continuidade de suas atividades operacionais e administrativas, pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual periodo, uma única vez.

Parágrafo único – o Presidente do IBASMA estabelecerá em ato próprio, devidamente justificado, a quantidade e a respectiva remuneração dos servidores temporários a serem contratados na forma do caput, bem como a prorrogação do prazo, em caso de necessidade.







Continuação Pág. 37 - REPUBLICAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 164

- Art. 5º Fica reorganizado, na forma desta Lei, o Quadro Geral de Pessoal do Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, entidade autárquica pública, instituída pela Lei nº 1.129/2002.
- Art, 6º O Quadro Geral de Pessoal do IBASMA compõe-se de um Quadro Permanente e de Quadro em Extinção, de acordo com as disposições e os anexos desta Lei.
- Art. 7º Para efeito desta Lei, a estrutura do Quadro Geral de Pessoal do IBASMA – Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais de Araruama, baseia-se nos seguintes conceitos:
- CARGO é o conjunto de deveres, responsabilidades, tarefas, atribuições e autoridade atribuidas a um funcionário com posição definida na estrutura organizacional do IBASMA, com denominação própria, matrícula e enquadramento na forma desta Lei;
- CARREIRA é o desenvolvimento funcional durante a sua vida profissional;
- CATEGORIA é o enquadramento do funcionário no desenvolvimento de sua carreira de primeira, segunda e terceira, de acordo com o tempo de serviço;
- Art. 8º O Quadro Permanente tem por finalidade compreender os cargos de provimento efetivos, distribuídos por categorias funcionais e escalonados em carreiras, correlacionados com o nível de escolaridade, conforme anexo IV.
- Art. 9º O ingresso nos cargos do Quadro Permanente do IBASMA, dar-se-á por concurso público de provas ou de provas e títulos e no nível inicial da carreira fixada para a respectiva categoría funcional.
- Art. 10 Os atuais servidores titulares de cargos efetivos do IBASMA, serão enquadrados, através de portaria do Presidente do IBASMA, por transposição no Quadro Permanente, respeitada a linha de concorrência estabelecida no anexo IV desta lei.
- Art. 11 Os servidores públicos do IBASMA ocupantes de cargo efetivo constante do anexo IV, à disposição de qualquer outro órgão, poderão optar expressamente pelo enquadramento no Quadro Permanente instituído por esta lei, desde que retornem ao IBASMA num prazo de 30 (trinta) dias.
- Art. 12 Os destinatários do Quadro em Extinção, que compreende todos os cargos efetivos do IBASMA, excetuando-se aqueles elencados como concorrentes no anexo IV desta lei, permanecerão nos seus respectivos cargos efetivos até a sua vacância, fazendo jus a todo e qualquer abono, reajuste ou aumento concedidos aos servidores municipais em caráter geral.
- Parágrafo único O Presidente do IBASMA providenciará, num prazo de 60 (sessenta) dias, a publicação da relação dos integrantes do Quadro em Extinção do IBAS-MA, além dos cargos vagos em extinção.
- Art. 13 Ficam definidas as atribuições típicas dos cargos do Quadro Permanente, de acordo com o anexo V.

- Art. 14 Fica estipulada a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, para todo o pessoal do IBASMA.
- Art. 15 Fica vedada a cessão de servidor do IBASMA com ônus para a autarquia.
- Art. 16 Os servidores públicos do Quadro Geral de Pessoal de que trata esta Lei, terão direito ao adicional de tempo de serviço, bem como todo e qualquer abono, reajuste ou aumento concedido aos servidores municipais de Araruama em caráter geral, bem como, seguirão todas as regras e normas estabelecidas no Estatuto do servidor público de Araruama.
- Art. 17 Fica assegurado aos servidores do IBASMA, efetivos ou não, designados para atuar como membros das comissões de trabalho, instituídas no âmbito do IBASMA, por ato do presidente, uma gratificação, correspondente a 5 (cinco) UFISA's.
- § 1º Fica vedado a acumulação da referida gratificação, caso o servidor venha a ser designado em mais de uma comissão de trabalho.
- § 2º A gratificação de que trata o caput deste artigo será paga, mensalmente, enquanto durar os trabalhos da comissão, e que deram causa a sua constituição.
- § 3º No caso das comissões de trabalho, destinadas a realização de licitações de compras e serviços, a gratificação de que trata o caput deste artigo, será paga, da sequinte forma:
- a) Na Comissão Permanente de Licitação CPL, a gratificação será paga, aos membros designados, em caráter permanente, enquanto perdurar essa designação;
- b) Na Comissão de Pregão, a gratificação será paga, toda vez que for realizado um certame licitatório, com essa característica, no âmbito do IBASMA.
- Art. 18 Fica o Poder Executivo autorizado a declarar, por proposta da Diretoria Executiva do IBASMA, após aprovação do Conselho de Administração da entidade, a desnecessidade de cargos do Quadro em Extinção, colocando o respectivo ocupante em disponibilidade, na forma do art. 41, parágrafo 3º da Constituição da República, quando o mesmo não estiver exercendo atividades específicas de seu cargo efetivo.
- Art, 19 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes no IBASMA.
- Art. 20 Esta Lei entrará em vigor quarenta e cinco dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita,14 de outubro de 2019.

Livia Soares Bello da Silva "Lívia de Chiquinho" Prefeita

#### ANEXO I

#### CAPÍTULO I

#### DA FINALIDADE

Art. 1º - O Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, entidade pública autárquica, criada pela Lei nº 4.60/1982, posteriormente revogada pela Lei nº 1.129/2002, atualmente vigente, é o órgão gestor do regime próprio de previdência social dos servidores municipais de Araruama, que tem a finalidade de ger todos os assuntos relativos à previdência, garantindo aos segurados e a seus dependentes o amparo e a concessão de benefícios da previdência social.

#### CAPÍTULO II

#### DA ORGANIZAÇÃO

- Art. 2º O Instituto de Previdência do Município de Araruama IBASMA, é dotado de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, gozando de todos os benefícios, privilégios, inclusive processuais, e imunidades do Município de Araruama.
- Art. 3º O Tesouro municipal, responde solidariamente pelas obrigações assumidas pelo IBASMA, derivadas do dever de custeio dos valores devidos por proventos de aposentadorias e pensões e outros beneficios Previdenciários.
- Art. 4º O Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, será dirigido por um Presidente, que, na sua ausência, será substituído pelo Superintendente de Previdência.

#### CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA

Art. 5º - O Instituto de Previdência do Município de Araruama - IBASMA, terá a seguinte estrutura básica:

#### 1 - Órgãos Colegiados:

- 1.1 Conselho de Administração (CONSAD)
- 1.2 Conselho Fiscal (CONFIS)
- 1.3 Diretoria-Executiva (DIREX)
- 1.4 Comitê de Investimentos (COMINV)

#### 2 - Órgãos Executivos

- 2.1 Presidência (PRES)
- 2.1.1 Assessoria Executiva (AXEC)
- 2.1.2 Procuradoria Jurídica (PROJUR)
- 2.1.3 Assessoria de Coordenação de Controle Interno





#### Continuação Pág. 38 - ANEXO I

#### (ASTECOIN)

- 2.2 Diretoria do Departamento de Administração e Finanças (DAFIN)
  - 2.2.1 Divisão Financeira (DFI)
  - 2.2.2 Divisão de Contabilidade (DCO)
  - 2.2.3 Divisão de Controle de Receitas (DCR)
  - 2.2.4 Divisão de Administração (DAM)
  - 2.2.5 Divisão de Serviços Gerais (DSG)
  - 2.2.6 Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
  - 2.3 Superintendência de Previdência (SUPREV)
  - 2.3.1 Divisão de Benefícios (DBE)
  - 2.3.2 Divisão de Projetos Previdenciários (DPP)
  - 2.3.3 Divisão de Perícias Médicas (DPM)

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DEFINIÇÕES, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTOS DOS ÓRGÃOS

Art. 6º - Os Órgãos integrantes da estrutura básica do Instituto de Previdência do Município de Araruama -IBASMA eraco as seguintes definições, competências e

#### 1 - ÓRGÃOS COLEGIADOS

- 1.1 Conselho de Administração (CONSAD)
- I Definição:
- O Conselho de Administração é o órgão de direção uperior e consulta, cabendo-lhe fixar os objetivos e a política previdenciária e de investimentos do Instituto de Previdência do Município de Araruama IBASMA, e sua ação será desenvolvida pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.
  - II Competência:
- a) fixar as diretrizes gerais de gestão, investimento e alocação dos recursos;
  - b) exercer a supervisão das operações do IBASMA;
- c) examinar e aprovar, anualmente, a avaliação atuarial e o plano de custeio;
- d) deliberar sobre o orçamento-programa e suas alterações;
- e) examinar e aprovar a prestação de contas da Diretoria-Executiva e o balanço geral do exercício respectivo;
- f) deliberar sobre os planos e programas, anuais e plurianuais:

- g) aceitar doações, com ou sem encargos;
- h) julgar os recursos interpostos aos atos do Presidente e da Diretoria-Executiva, bem como as contas anuais e relatórios:
- i) determinar a realização de inspeções e auditagens, de qualquer natureza;
- j) aprovar operações e aplicações de capitais em importância por ele fixado:
- k) aprovar fixação de taxas, contribuições e de preços a serem aplicados nas atividades, programas e serviços;
  - I) deliberar sobre a compra e venda de bens imóveis;
- m) autorizar concessão de gratificações, abonos, prêmios a título de bonificação, por proposta da Diretoria-Executiva:
- n) elaborar e aprovar por maioria de seus membros o seu regimento interno, remetendo-o ao Presidente do IBASMA para publicação;
- o) deliberar sobre os casos omissos nas normas reguladoras do IBASMA.
- p) aprovar, anualmente, a Política de Investimentos do IBASMA;
  - III Composição:
- O Conselho de Administração será constituído por 06 (seis) membros efetivos, sendo eles:
  - a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo;
- b) 01 (um) representante dos servidores ativos do Poder Executivo;
- c) 01 (um) representante dos servidores ativos do Poder Legislativo;
  - d) 01 (um) representante dos servidores inativos;
  - e) Presidente do IBASMA;
- § 1º Os representantes do Poder Executivo e seus suplentes serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 2º O representante dos servidores ativos, e seu suplente, citado na alínea "b", será indicado pela entidade sindical representativa de classe; o citado na alínea "c" e seu suplente, indicado pelo chefe do Poder Legislativo Municipal, ambos nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 3º O representante dos servidores inativos e seu suplente, citado na alínea "d", será indicado pela entidade sindical representativa de classe e nomeado pelo Prefeito Municipal.
- § 4º O mandato dos Conselheiros representantes dos servidores ativos e inativos será de 02 anos, possibilitada a recondução.

§ 5° - O Presidente e o Secretário do Conselho Administrativo serão eleitos por seus pares para mandato coincidente com o do colegiado.

BASMA

Processo nº 116/2020

§ 6º - O Presidente do Conselho Administrativo deterá, além de seu voto pessoal, o de qualidade em caso de empate nas votações.

#### IV - Funcionamento:

- O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente por convocação do seu Presidente ou, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros:
- a) as reuniões do Conselho instalar-se-ão com a presença da maioria absoluta de seus membros.
- b) o Conselho deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate nas deliberações, além do seu, o voto de qualidade.
- c) fica assegurado aos membros do Conselho de Administração, uma gratificação, a título de serviços extraordinários, por sua participação no CONSAD, no valor equivalente a 02 (duas) UFISA's.
- § 1º Fica limitada a percepção de uma gratificação, mencionada no "caput", desta alínea, independentemente do número de reuniões realizadas.
- § 2º O pagamento da gratificação mencionada na alínea "c" fica condicionado a presença nas reuniões do Conselho.
  - 1,2 Conselho Fiscal (CONFIS)
  - I Definição:
- O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do IBAS-MA, cabendo zelar pela sua gestão econômico-financeira.
  - II Competência:
- a) examinar e emitir parecer sobre as contas apuradas nos balancetes;
- b) dar parecer sobre o balanço anual, contas e atos da Diretoria-Executiva, bem como sobre o cumprimento do plano de custeio e coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses apresentadas;
- c) examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do IBASMA;
- d) lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames procedidos;
- e) relatar, ao Conselho de Administração, as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;
- f) solicitar, motivadamente, ao Conselho de Administração, a contratação de assessoramento de técnico ou empresa especializada, sem prejuízo do controle de contas externo.





#### Continuação Pág. 39 - ANEXO I

- III Outras competências:
- a) fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

Processo nº 116 13050 Rub. You Fls. 495

- b) manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Diretoria-Executiva ou pelo Conselho de Administração;
  - IV Composição:
- O Conselho Fiscal será constituído por 04 (quatro) membros efetivos, sendo eles:
  - a) 02 representantes do Poder Executivo;
  - b) 01 representante dos servidores ativos;
  - c) 01 representante dos servidores inativos;
- § 1º Os representantes do Poder Executivo e seus suplentes serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 2º Os 02 (dois) representantes, dos servidores ativos e inativos, e seus suplentes, citados nas alíneas "b" e "c", serão indicados pela entidade sindical representativa de classe e nomeados pelo Prefeito Municipal.
- § 3º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, possibilitada a recondução, com remuneração e normas idênticas às estabelecidas para o Conselho de Administração CONSAD.
- § 4º As indicações para a composição do Conselho deverão recair preferencialmente, sobre servidores segurados que tenham conhecimento em área afim.
  - V Funcionamento:
- a) O Presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos seus pares;
- b) O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente, por convocação de seu Presidente;
- c) As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.
  - 1.3 Diretoria-Executiva (DIREX)
  - I Definição

A Diretoria Executiva é o órgão ao qual cabe dar execução aos objetivos do IBASMA, consoante a legislação em vigor e as diretrizes e normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração.

- II Competência:
- a) orientar e acompanhar a execução das atividades do IBASMA;
- b) aprovar manuais e instruções de caráter técnico, operacional ou administrativo, de acordo com as diretrizes e normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração;

- c) autorizar a baixa e a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais sobre os mesmos, observados padrões e valores máximos a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- d) autorizar a assinatura de contratos, acordos e convênios:
  - e) aprovar o Plano de Contas e suas alterações;
- f) propor ao Conselho de Administração o orçamento -programa e suas alterações;
- g) instruir as matérias sujeitas a deliberação do Conselho de Administração;
- h) submeter ao Conselho de Administração suas contas e o Balanço-Geral do exercício;
- i) aprovar a proposta de alteração do Quadro de Pessoal do IBASMA e seu respectivo Plano de Carreiras e
- j) aprovar as promoções anuais estabelecidas no Plano de Carreiras dos Servidores do IBASMA.
  - IV Composição:

A Diretoria-Executiva é composta por 03 (três) Diretores do IBASMA, sendo um Presidente, de livre nomeação e exoneração por ato do Prefeito e por um Diretor do Departamento de Administração e Finanças, um Superintendente de Previdência, todos de livre nomeação e exoneração por ato do Presidente, devendo a preferência recair em pessoa que possua experiência reconhecida nas áreas financeira, contábil, previdenciária, jurídica ou de administração de pessoal, além de reputação ilibada. Com relação à Diretoria do Departamento de Administração e Finanças, será obrigatório que a pessoa escolhida possua Certificação Profissional correspondente ao CPA 10 ou CGRPPS ou análoga.

#### V - Funcionamento:

A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada trinta dias e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente para deliberar, sobre assuntos do interesse geral Autarquia, e suas resoluções serão tomadas por maioria de votos, fixados em 2 (dois) o "quórum" mínimo para a realização da reunião.

### 1.4 - Comitê de Investimentos (COMINV)

O Comitê de Investimentos do IBASMA, órgão auxiliar no processo decisório de alocação dos recursos do RPPS instituído de acordo com a Portaria nº 519/2011, do Ministério da Previdência Social e suas alterações posteriores com as seguintes atribuições:

- a) opinar, sobre a política de investimentos proposta pela Diretoria Executiva e suas eventuais revisões, para posterior encaminhamento e aprovação pelo Conselho de Administração;
- b) monitorar e avaliar o desempenho obtido na gestão da política de investimentos do RPPS, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos

- na Resolução (Resoluções) nº 3.922, de 25/11/2010 ou a que lhe substituir ou alterar, observando critérios de liquidez e rentabilidade;
- c) orientar a alocação dos ativos financeiros do RPPS de acordo com sua política de investimentos, com o cenário econômico observado e com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Previdência Social, observando, ainda, as características do passivo vinculado aos planos previdenciários mantidos pelo IBASMA
- d) observar, na gestão dos ativos financeiros do RPPS, a legislação e demais normas incidentes sobre o mercado de valores mobiliários, visando ainda à preservação de padrões técnicos, éticos e de prudência;
- e) proceder à seleção e ao credenciamento de administradores, gestores e demais prestadores de serviços relacionados à gestão de investimentos, indicando ainda os critérios de remuneração e pagamento de taxas a agentes e instituições;
- f) O Comitê de Investimento reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente por convocação do seu Presidente ou, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros:
- g) Fica assegurado aos membros do Comitê de Investimento, uma gratificação, a título de serviços extraordinários, por sua participação no COMINV, no valor equivalente a 03 (três) UFISA's:
- h) Fica limitada a percepção de uma gratificação, mencionada na alínea "g", independentemente do número de reuniões realizadas.
- i) O pagamento da gratificação mencionada na alínea "g" fica condicionado a presença nas reuniões do Comitê de Investimento:
- j) O Comitê de Investimento terá sua composição definida por ato do Presidente do IBASMA.
  - 2. ÓRGÃOS EXECUTIVOS
  - 2.1 Presidência (PRES)
- O Presidente, além das atribuições próprias da qualidade de membro da Diretoria-Executiva, compete:
- a) definir políticas e diretrizes previdenciárias para os segurados e seus dependentes;
- b) administrar, orientar, coordenar e controlar as atividades do regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Município de ARARUAMA;
- c) estabelecer critérios e diretrizes para a elaboração de normas e programas que garantam o amparo previdenciário, social e financeiro aos segurados do IBASMA e seus dependentes;
- d) baixar atos de gestão necessários à administração lo IBASMA;
  - e) nomear e exonerar os cargos comissionados do





### Continuação Pág. 40 - ANEXO I

#### IBASMA:

- f) decidir sobre aplicações financeiras:
- g) representar a autarquia em juízo ou fora dele:
- n) celebrar, aditar e rescindir acordos, convênios, contratos e outros instrumentos de ajustes, observadas as normas aplicáveis;
- i) visar os cheques emitidos pelo Diretor de Administração e Finanças;
- j) convocar os Conselhos de Administração e Fiscal, nos casos previstos em Lei;
- k) deferir ou indeferir beneficios de natureza previdenciária;
  - I) constituir comissões e grupos de trabalho;
- m) determinar a instauração de sindicâncias e de inquérito administrativo e aplicar penalidades;
  - n) autorizar licitações e aprovar o seu resultado;
- o)abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, em conjunto com o Diretor do Departamento de Administração e Finanças ou, na sua ausência, pelo Superintendente de Previdência;
- p) aprovar normas reguladoras de aplicação de multas e parcelamento de débitos;
- q) aprovar o balanço geral da autarquia, seus balancetes, processos de tomadas de contas e demais demonstrativos a serem submetidos aos órgãos fiscalizadores e autoridades superiores;
  - r) promover o planejamento interno;
- s) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoa-Executiva;
- t) baixar os atos que consubstanciem as decisões da Diretoria-Executiva;
- u) praticar os atos de urgência "ad referendum" da Diretoria-Executiva ou do Conselho de Administração, submetendo a sua decisão a consideração do órgão competente, na primeira reunião que se realizar após o fato;
  - v) baixar os atos relativos à administração de pessoal;
- w) apreciar recursos interpostos de atos de prepostos ou empregados do IBASMA;
- x) arrendar os bens próprios do IBASMA, obedecida a legislação pertinente;
- y) submeter a aprovação do Conselho de Administração alienação dos próprios do IBASMA, após avaliação por instituições habilitadas, obedecidas as normas legais;
  - z) delegar competência, nos casos que couber.
  - 2.1.1 Assessor Executivo (AXEC)

À Assessoria Executiva, subordinada diretamente ao Presidente, compete:

prestar assistência direta e imediata ao Presidente:

assessorar a Diretoria Executiva na organização, coordenação, direção e controle das atividades do IBASMA:

orientar, coordenar e supervisionar a preparação dos atos e despachos que devam ser submetidos à apreciação do Presidente.

assessorar a Diretoria Executiva em todas as etapas do processo de comunicação social;

selecionar e encaminhar para os demais órgãos, interno e externo, as informações de interesse veiculadas na imprensa:

coordenar atividades editoriais do IBASMA;

coordenar as atividades relativas à publicação dos atos do IBASMA:

exercer quaisquer atividades que lhe seja atribuída pelo Presidente.

2.1.2 - Procuradoria Jurídica (PROJUR)

À Procuradoria Jurídica, subordinada diretamente ao Presidente, compete:

- a) assessorar a Presidência em matéria jurídica de interesse do IBASMA;
- b) defender os legítimos direitos e interesses do IBASMA:
- c) propor o estabelecimento de normas legais e regulamentares relacionadas com os serviços a serem prestados pelo IBASMA:
- d) manifestar-se sobre matéria jurisdicional e atos normativos de interesse do IBASMA;
- e) orientar os casos de alienação, transferência ou locação de bens móveis e imóveis do IBASMA;
- f) dar ciência aos diversos órgãos do IBASMA de quaisquer matéria jurídica de seu interesse, alertando sobre alterações da legislação;
- g) acompanhar o andamento das demandas jurídicas de qualquer natureza do IBASMA;
- h) emitir parecer sobre a conveniência e legalidade dos contratos e convênios de interesse do IBASMA;
- i) cooperar com os órgãos encarregados de licitação, na elaboração de editais;
- j) apreciar e orientar sindicâncias e inquéritos administrativos determinados pelo Presidente;
- k) consultar a Procuradoria Geral do Município sobre matérias que não haja orientação normativa ou pronun-

ciamento oficial.

I) representar o IBASMA, nos termos e limites dos poderes que lhe forem outorgados;

Processo nº 116/2020
RubQueco FIE 416

- m) emitir pareceres, elaborar minutas de convênios, termos de compromisso, contratos, ou outros instrumentos obrigacionais em que o IBASMA seja parte ou interveniente:
- n) reunir, classificar, guardar e conservar toda a legislação e jurisprudência de interesse do IBASMA;
- o) minutar as informações dos Mandados de Segu-
- p) coordenar a instrução dos processos judiciais de sua área de atuação de interesse do IBASMA;
- q) apresentar trimestralmente à Diretoria-Executiva relatórios das atividades relativas a sua área de atuação;
- r) pronunciar-se sobre as questões jurídicas, que lhes forem submetidas;
- s) acompanhar e pronunciar-se sobre todos os processos de interesse do IBASMA, oriundos do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual e Federal e do Ministério da Previdência.
- 2.1.3 Assessoria de Coordenação Técnica de Controle Interno (ASTECOIN)
- À Assessoria de Coordenação Técnica de Controle Interno, subordinada diretamente ao Presidente, compete:
- a) acompanhar o cumprimento das diligências baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- b) promover, na área de sua jurisdição, análise e fiscalização periódica nos atos dos ordenadores, agentes recebedores, tesoureiros ou pagadores, inclusive dos responsáveis por almoxarifados, bens móveis e de pessoal, emitindo parecer técnico fundamentado, visando à elaboração de prestação de contas do ordenador de despesas;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização técnico-contábil-financeiro, visando a salvaguarda dos bens e a verificação de exatidão e da regularidade das contas e execução do orçamento, obedecidas as normas vigentes;
- d) manter, elaborar e controlar as diligências do TCE/RJ, auxiliando no seu atendimento;
- e) exercer o controle interno através de inspeções, fiscalização, avaliações, diligências e revisões programadas, objetivando preservar o patrimônio do IBASMA;
- f) promover a Tomada de Contas do ordenador de despesa;
- g) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;
- 2.2 Diretoria do Departamento de Administração e Finanças (DAFIN)







Continuação Pág. 41 - ANEXO I

- Ao Diretor do Departamento de Administração e Finanças, além das responsabilidades próprias de membro da Diretoria-Executiva, compete:
- a) planejar, organizar, dirigir e controlar a execução das atividades relacionadas à contabilidade geral, tesouraria e aos investimentos do IBASMA;
  - b) submeter a Diretoria-Executiva:
  - b.1 o plano de contas e as suas alterações básicas;
- b.2 o balanço, os balancetes e as demais demonstrações financeiras;
  - b.3 o sistema de apropriação de custos;
- c) organizar e supervisionar o sistema de registro e escrituração contábil;
- d) promover e acompanhar a execução do orçamento do IBASMA:
- e) elaborar, periodicamente, relatórios gerenciais pertinentes a sua área:
- f) emitir e assinar os cheques, sendo substituído nesta tarefa, no caso de impedimento eventual, pelo Superintendente de Previdência;
  - n) assinar notas de empenho:
- h) acompanhar e controlar as aplicações financeiras e a política de investimentos do IBASMA;
- i) Planejar, organizar, dirigir e controlar a execução das atividades relacionadas à administração de pessoal, material e serviços gerais, ao controle e a avaliação dos bens patrimoniais e das atividades relacionadas com o apoio às demais áreas do IBASMA;
- j) Fornecer suporte técnico e operacional a todas as Unidades Administrativas do IBASMA;
- k) promover a execução das atividades da administração geral do IBASMA, mantendo arquivo atualizado;
  - I) propor o Plano Diretor de Informática do IBASMA;
- m) controlar as atividades relativas à administração dos imóveis pertencentes ao IBASMA;
  - 2.3.1 Divisão Financeira (DFI)
- À Divisão Financeira, subordinada diretamente ao Superintendente de Administração e Finanças, compete:
- a) coordenar e executar todas as atividades relativas à tesouraria do IBASMA;
- b) executar as atividades relativas à execução da programação de desembolso referentes aos contratos, fornecedores e prestadores de serviços do IBASMA;
- c) emitir guias para recolhimento de tributos, taxas, impostos e contribuições de sua responsabilidade;

- d) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;
  - e) elaborar e acompanhar o fluxo de caixa do IBASMA;
- f) elaborar e emitir os demonstrativos aos diversos Bancos, órgãos oficiais ou governamentais, bem como para atender a necessidades atuariais, em atendimento a legislação vigente;
- g) efetuar todos os pagamentos referentes à folha de pagamento e eventuais despesas realizadas pelo IBASMA;
- h) acompanhar toda a movimentação bancária bem como todas as aplicações do IBASMA.
  - 2 3 2 Divisão de Contabilidade (DCO)
- À Divisão de Contabilidade, subordinada diretamente ao Superintendente de Administração e Finanças, compete:
- a) coordenar, orientar e acompanhar todas as atividades relativas a execução orçamentária, procedendo a estudos, controle e análise através do Sistema Integrado de Informações Contábeis, avaliando o desempenho do órgão e elaborando relatórios mensais para remessa à Diretoria Executiva e ainda, supervisionando a execução das despesas e realização das receitas do IBASMA;
- b) efetivar o registro contábil de todos os atos e fatos da gestão patrimonial e financeira do IBASMA, promovendo a escrituração de todos os instrumentos previstos na legislação:
- c) elaborar e manter atualizado o plano de contas do IBASMA;
- d) encaminhar, por intermédio da Presidência, a relação dos responsáveis por bens e valores ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ;
- e) organizar e expedir, conforme orientação superior, nos prazos determinados, os balancetes, balanços e outras demonstrações contábels;
- f) orientar, coordenar e instruir, do ponto de vista técnico, na esfera de sua competência, as unidades operacionais;
- g) analisar as propostas de créditos adicionais/suplementares e de alteração do detalhamento de despesa;
- h) controlar e acompanhar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IBASMA;
- i) orientar a aplicação e a apresentação das prestações de contas de adiantamentos, bens patrimoniais e almoxarifado;
- j) manter atualizado o registro dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por dinheiro, valores e outros bens;
- k) manter os documentos relativos aos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, arquivados à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanha-

- mento administrativo, e dos agentes de controle interno e externo no exercício de suas funções institucionais, zelando pela sua perenidade;
- l) elaborar e emitir os demonstrativos previdenciários, conforme legislação vigente;
- m) elaborar e emitir os demonstrativos aos diversos Bancos, órgãos oficiais ou governamentais, bem como para atender a necessidades atuariais, em atendimento a legislação vigente;
  - n) efetuar os ajustes das rotinas contábeis;
- o) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;
- p) emitir guias para recolhimento de tributos, taxas, impostos e contribuições de sua responsabilidade;
- q) manter o registro e controle contábil dos bens patrimoniais:
- r) proporcionar aos auditores as facilidades necessárias ao desempenho de suas funções;
- s) propor sistemática para apropriação dos custos, executando-a e orientando os demais órgãos quanto ao fornecimento das informações necessárias;
- t) desenvolver estudos sobre o comportamento dos custos do IBASMA:
- u) preparar mapas e demonstrativos de custos e acompanhamento orçamentário, encaminhando-os as Diretorias;
  - 2.3.3 Divisão de Controle de Receitas (DCR)
- À Divisão de Controle de Receitas, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:
- a) coordenar e executar todas as atividades relativas ao controle das receitas do IBASMA;
- b) emitir guias para recolhimento das contribuições patronais;
- c) assessorar a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal, no que couber e for solicitado;
- d) acompanhar toda a movimentação das receitas do IBASMA, em especial àquelas relativas a contribuição patronal.
  - 2.3.4 Divisão de Administração (DAM)
- À Divisão de Administração, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:
- a) executar todas as atividades relativas a gestão de pessoal, inclusive com as relacionadas com o preparo e comando de pagamento do pessoal do IBASMA, mantendo os controles estabelecidos pelas normas internas e legislação vigente;
  - b) preparar estudos e planos específicos que lhe sejam





Continuação Pág. 42 - ANEXO I

solicitados pela Diretoria Executiva;

- c) providenciar e controlar as requisições de passagens e registrar as diárias referentes às viagens a serviços;
- d) manter organizado e controlar a sistematização da legislação em geral de interesse do IBASMA, bem como a documentação, livros e publicações;
- e) coordenar e supervisionar todas as atividades relativas aos estagiários e bolsistas a serviço do IBASMA;
  - f) executar outras atividades solicitadas pelo Diretor e Administração;
  - 2.3.5 Divisão de Serviços Gerais (DSG)
- À Divisão de Serviços Gerais, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:
- a) coordenar e supervisionar as atividades relativas aos suprimentos e bens e serviços do IBASMA, procedendo ao final de cada exercício o inventário anual dos bens patrimoniais;
- b) coordenar e supervisionar as atividades de transportes do IBASMA.
- c) mantendo o controle e o uso adequado das viaturas e dos combustíveis;
- d) coordenar, organizar e zelar pelas atividades de protocolo e arquivo geral do IBASMA, executando os serviços de guarda, recepção e encaminhamento de expediente diversos;
  - e) manter o registro dos bens patrimoniais;
- f) manter o controle e registro dos materiais de expediente e dos permanentes;
  - g) manter o controle do estoque de materiais;
- coordenar as atividades relativas ao almoxarifado, observando, no que couber, os procedimentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

executar outras atividades solicitadas pelo Diretor de Administração;

- 2,3,6 Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
- À Divisão de Tecnologia da Informação, subordinada diretamente ao Diretor de Administração e Finanças, compete:
  - a) elaborar o Plano Diretor de Informática do IBASMA;
- b) elaborar, implantar e acompanhar os sistemas operacionais destinados a todas as áreas de atuação do IBASMA:
- c) desenvolver estudos visando a aplicação de métodos de informática;
- d) dar suporte técnico e operacional a todos os setores do IBASMA.

- 2.4 Superintendência de Previdência (DPV)
- Ao Superintendente de Previdência, além das responsabilidades próprias de membro da Diretoria-Executiva,
- a) a coordenação do planejamento da seguridade social, incluindo seus benefícios e projetos previdenciários, bem como a coordenação do atendimento aos beneficiários e segurados;
  - b) submeter à Diretoria-Executiva do IBASMA:
- b.1 os programas anual e trienal para consecução da política previdenciária;
  - b.2 os planos de benefícios;
- b.3 normas e procedimentos relativos ao processo de concessão de benefícios previdenciários;
- c) promover a organização e atualização dos cadastros dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas;
- d) desenvolver estudos, análises e diagnósticos das condições sócio-econômicas dos servidores segurados do IBASMA:
  - e) promover o atendimento das necessidades atuariais;
- f) propor e coordenar a execução de reavaliações atuariais periódicas do IBASMA;
- g) promover a gestão de benefícios previdenciários, incluindo a folha de pagamento, do IBASMA;
- h) coordenar o atendimento aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas;
- i) manter, atualizado semestralmente, quadro dos beneficios concedidos pelo IBASMA;
- j) apresentar, mensalmente, à Diretoria Executiva relatórios das atividades de sua área de atuação;
- k) apoiar tecnicamente os órgãos do IBASMA em matéria previdenciária;
- I) preparar informações e subsídios técnicos previdenciários para o Presidente;
- m) pronunciar-se acerca de atos reguladores de previdência, bem como de recurso em matéria previdenciária;
  - 2.4.1 Divisão de Benefícios (DBE)
- À Divisão de Benefícios, subordinada diretamente ao Superintendente de Previdência, compete:
- a) supervisão da execução de normas que regulamentam a habilitação dos servidores e beneficiários;
- b) examinar e instruir processos dos diversos benefícios e direitos;
  - c) manter o cadastro de servidores ativos, inativos e

pensionistas do IBASMA atualizado;

 d) apresentar, mensalmente, ao Superintendente de Previdência relatórios das atividades de sua área de competência;

IBASN

Processo nº 116 00

- e) proceder aos cálculos, revisões e controle dos benefícios previdenciários:
- f) coordenar, controlar, supervisionar todas as atividades relativas ao pagamento da folha de servidores inativos e de pensionistas:
- g) levantar e controlar os descontos efetuados em folha de pagamento de servidores inativos e de pensionistas, visando repasse devido às consignatárias e entidades financeiras, em conformidade com os dispositivos legais;
- h) cumprir outras competências delegadas pelo Superintendente de Previdência:
- i) orientar os servidores segurados e os órgãos competentes, quanto aos procedimentos de concessão de beneficios:
- j) abrir, encaminhar e informar processos referentes aos beneficios concedidos pelo IBASMA;
  - 2.4.2 Divisão de Projetos Previdenciários (DPP)
- À Divisão de Projetos Previdenciários, subordinada diretamente ao Superintendente de Previdência, compete:
  - a) promoção de estudos das alternativas de beneficios:
- b) manter o acompanhamento dos dados atuariais e do plano de custeio;
- c) elaborar notas técnicas sobre beneficios e outras situações previdenciárias do IBASMA, para apreciação da Diretoria Executiva;
- d) apresentar, mensalmente, ao Superintendente de Previdência relatórios das atividades de sua área de competência;
- e) cumprir outras competências delegadas pelo Superintendente de Previdência;
- f) promover o IBASMA junto aos servidores, distribuindo os informativos e dando atendimento às solicitações dos mesmos;
- g) manter intercâmbio com órgãos e entidades públicas e privadas, com o fim de obter cooperação, assistência técnica e promoção do desenvolvimento de planos, programas e projetos da autarquia;
- h) coordenar e supervisionar todos os projetos previdenciários do IBASMA;
- i) coordenar e supervisionar todos os projetos assistenciais do IBASMA;
- j) coordenar os trabalhos relativos à compensação financeira entre os regimes previdenciários;







#### Continuação Pág. 43 - ANEXO I

2.4.3 - Divisão de Perícias Médicas (DPM)

À Divisão de Perícias Médicas, subordinada diretamente ao Superintendente de Previdência, compete:

- a) desenvolver atividades relativas ao planejamento, coordenação, supervisão, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, de trabalhos médico-periciais inerentes ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, das autarquias e das fundações públicas municipais.
- b) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e realizar atividades relacionadas a exames médicos-periciais, juntas médicas e análises processuais, relativos a beneficios previdenciários (RPPS), assim como os previstos no Regime Jurídico dos Servidores Municipais, das autarquias e das fundações públicas municipais.
- c) emitir pareceres médicos-periciais fundamentados, na esfera de suas atribuições.
- d) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar atividades médicos-periciais relativas à Reabilitação
- e) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e realizar avaliações de laudos e exames de profissionais e serviços credenciados.
- f) supervisionar requisições, requisitar e analisar exames complementares e pareceres especializados de profissionais e serviços credenciados, laudos e declarações médico-hospitalares, bem como documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária relativos à saúde do trabalhador.
- g) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar atividades de auditoria de ações médicos-periciais.
- h) planejar, coordenar e participar de equipes multidisciplinares para análise e proposição de soluções de problemas específicos pertinentes à área médico-pericial.
- i) planejar, coordenar e participar de reuniões e de grupos de trabalho relativos a atividades médicos-periciais e saúde do trabalhador, visando à interação com órgãos públicos, empresas, sindicatos e outras instituições da sociedade civil organizada.
- j) planejar, coordenar e participar de estudos e pesquisas que visem à elaboração e a sistematização de normas e padrões técnicos para as atividades médicos-periciais.
- k) planejar, coordenar e participar de atividades de apuração, processamento e análise estatística de dados administrativos, técnicos e epidemiológicos, propondo ações e alimentando os setores pertinentes e demais órgãos competentes, conforme previsto na legislação e atos normativos do Município.
- coordenar, orientar e supervisionar equipes auxiliares em atividades específicas. Orientar e prestar informações sobre normas e padrões aplicáveis às atividades médicopericiais.

 m) elaborar relatórios e notas técnicas no nível de suas atribuições.

#### CAPÍTULO V

#### DAS SUBSTITUIÇÕES

- 6 São substitutos natos, sem acréscimos remuneratórios e sem prejuízos de suas atribuições, em suas faltas ou impedimentos:
- a) O Superintendente da Superintendência de Previdência pelo Superintendente de Controle Interno a ser designado por ato expresso do Presidente;
- b) O Procurador Jurídico da Procuradoria por um servidor a ser designado por ato expresso do Presidente;
- c) O Diretor do Departamento de Administração e Finanças pelo Assessor Executivo - a ser designado por ato expresso do Presidente;
- d) O Assessor Executivo por um servidor a ser designado por ato expresso do Presidente;
- e) Os Chefes de Divisão, por um servidor, indicado pelo respectivo Chefe, a ser designado por ato expresso do Presidente.

#### CAPÍTULO VI

#### DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS

- Art. 7º Aplicar-se-ão a título de vencimento, aos cargos criados conforme Anexo III, os valores definidos nas legislações correlatas.
- Art. 8º Incidirão, a título de vencimento, aos cargos permanentes criados conforme Anexo IV, os valores definidos nas legislações respectivas, sem prejuízo das garantias e vantagens pecuniárias aplicadas aos servidores estatutários da administração direta.

Parágrafo único – Inclui-se às premissas elencadas no caput deste artigo as gratificações instituídas através da lei complementar nº: 072 de 26 de março de 2012 ou outras que vierem eventualmente a alterá-la ou substituí-la.

#### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração por proposta da Diretoria Executiva.
- Art. 10 São pré-requisitos para investidura de integrantes nos órgãos elencados no art. 5º item 1 órgão colegiado, 1.1, 1.2, e 1.4; e no item 2 órgão executivo, 2.1, sem prejuízo dos demais atributos inerentes previstos na presente lei, impositivamente aquelas consonantes com as legislações infraconstitucionais, de forma especial com a Lei Federal nº 9.717/1998.

#### **ANEXO II**

| , mane ii                                                    |         |            |  |  |
|--------------------------------------------------------------|---------|------------|--|--|
| CARGOS EM COMISSÃO A SEREM<br>TRANSFORMADOS                  |         |            |  |  |
| CARGO                                                        | SÍMBOLO | QUANTIDADE |  |  |
| PRESIDENTE                                                   |         | 01         |  |  |
| ASSESSOR TÉCNICO                                             |         | 03         |  |  |
| CONTROLADOR IN-<br>TERNO                                     |         | 01         |  |  |
| ASSESSOR ESPECIAL                                            |         | 01         |  |  |
| VICE PRESIDENTE                                              |         | 01         |  |  |
| COORDENADOR DE<br>PREVIDÊNCIA                                |         | 01         |  |  |
| COORDENADOR DE<br>ASSISTÊNCIA                                |         | 01         |  |  |
| DIRETOR DE DEPAR-<br>TAMENTO FINANCEI-<br>RO                 |         | 01         |  |  |
| DIRETOR DE DEPAR-<br>TAMENTO ASSISTEN-<br>CIAL               |         | 01         |  |  |
| DIRETOR DE DEPAR-<br>TAMENTO DE BENEFÍ-<br>CIOS E SEGURIDADE |         | 01         |  |  |
| DIRETOR DE DEPAR-<br>TAMENTO ADMINIS-<br>TRATIVO             |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE ALMOXARIFADO                          |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE RECURSOS HUMA-<br>NOS                 |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE PROTOCOLO                             |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE COMPRAS E PA-<br>TRIMÔNIO             |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE ARQUIVO                               |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE ZELADORIA E<br>TRANSPORTE             |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE ORÇAMENTO                             |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE FINANÇAS                              |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE AUTORIZAÇÕES E<br>FATURAMENTO         |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE SERVIÇOS                              |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE PERÍCIAS MÉDI-<br>CAS                 |         | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO<br>DE BENEFÍCIOS                            |         | 01         |  |  |
| TOTAL                                                        |         | 25         |  |  |





#### ANEXO III

| CARGOS EM COMISSÃO A SEREM CRIADOS                            |            |  |  |
|---------------------------------------------------------------|------------|--|--|
| CARGO                                                         | QUANTIDADE |  |  |
| PRESIDENTE                                                    | 01         |  |  |
| SUPERINTENDENTE DE<br>PREVIDÊNCIA                             | 01         |  |  |
| PROCURADOR JURÍ-<br>DICO                                      | 01         |  |  |
| ASSESSORIA DE COOR-<br>DENAÇÃO TÉCNICA DE<br>CONTROLE INTERNO | 01         |  |  |
| ASSESSOR EXECUTIVO                                            | 01         |  |  |
| DIRETOR DO DEPAR-<br>TAMENTO DE ADMINIS-<br>TRAÇÃO E FINANÇAS | 01         |  |  |
| CHEFE DE DIVISÃO                                              | 09         |  |  |
| TOTAL                                                         | 15         |  |  |

|                                  | TOTAL                                    |                                       | 14 |
|----------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------------|----|
|                                  | ASSISTEN-<br>TE ADMI-<br>NISTRATI-<br>VO | TÉCNICO<br>EM INFOR-<br>MÁTICA        | 02 |
| ENSINO<br>MÉDIO<br>COMPLE-<br>TO | OFICIAL<br>ADMINIS-<br>TRATIVO II        | TÉCNICO<br>EM CON-<br>TABILIDA-<br>DE | 02 |
|                                  | TÉCNICO<br>DE CON-<br>TABILIDA-<br>DE    | TÉCNICO<br>PREVI-<br>DENCIÁ-<br>RIO   | 10 |

3- GRUPO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

| NS | DE |  |
|----|----|--|

QUADRO PERMANENTE

1 - GRUPO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

ANEXO IV

QUADRO GERAL DE PESSOAL

| ESCOLA-<br>RIDADE         | CARGOS<br>CONCOR-<br>RENTES   | CARGOS                             | QUANTITA-<br>TIVO |
|---------------------------|-------------------------------|------------------------------------|-------------------|
|                           |                               | PROCURA-<br>DOR                    | 02                |
|                           | PROCURA-<br>DOR JURÍ-<br>DICO | CONTA-<br>DOR                      | 01                |
| SUPERIOR<br>COMPLE-<br>TO | ASSISTEN-<br>TE SOCIAL        | GESTOR<br>PREVI-<br>DENCIÁ-<br>RIO | 02                |
|                           | ANALISTA<br>DE SISTE-<br>MAS  | ASSISTEN-<br>TE SOCIAL             | 01                |
|                           |                               | MÉDICO<br>PERITO                   | 03                |
|                           | TOTAL                         |                                    | 09                |

2- GRUPO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

| ESCOLA-<br>RIDADE CONCOR<br>RENTES | - CARGOS | QUANTITA-<br>TIVO |
|------------------------------------|----------|-------------------|
|------------------------------------|----------|-------------------|

| ESCOLA-<br>RIDADE                           | CARGOS<br>CONCOR-<br>RENTES                                         | CARGOS                             | QUANTITA-<br>TIVO |
|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| ENSINO<br>FUNDA-<br>MENTAL<br>COMPLE-<br>TO | OFICIAL<br>ADMINIS-<br>TRATIVO I<br>AUXILIAR<br>ADMINIS-<br>TRATIVO | AGENTE<br>PREVI-<br>DENCIÁ-<br>RIO | 10                |
|                                             | TOTAL                                                               |                                    | 10                |

#### ANEXO V

| CARGOS DE<br>PROVIMENTO<br>EFETIVO DE NÍ-<br>VEL SUPERIOR<br>DO QUADRO<br>PERMANENTE | ATRIBUIÇÕES<br>TÍPICAS | ESCOLARIDA-<br>DE EXIGIDA |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------|
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------|

|            | Emitir pareceres com interpreta- ção das Leis ou quaisquer atos administrativos, bem como nos procedimentos administrativos de licitações e participar de quaisquer questões judiciais; |                                                                            |  |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|--|
| PROCURADOR | Assistir o Procu-<br>rador Chefe da<br>Procuradoria,<br>cooperando na<br>elaboração de<br>anteprojetos de<br>Lei, regulamen-<br>tos e outros atos<br>demandados;                        | Formação em Di-<br>reito, com devido<br>registro profissio-<br>nal na OAB. |  |
|            | Opinar sobre<br>providências de<br>ordem jurídica<br>de interesse da<br>autarquia;                                                                                                      |                                                                            |  |
|            | Elaborar minutas<br>padronizadas de<br>contratos e con-<br>vênios;                                                                                                                      |                                                                            |  |
|            | Assessoramento<br>em todos os as-<br>suntos relativos<br>a contabilidade;                                                                                                               |                                                                            |  |
|            | Realizar escri-<br>turação contábil<br>e analítica das<br>operações finan-<br>ceiras e patrimo-<br>niais;                                                                               |                                                                            |  |
| CONTADOR   | Promover o re-<br>gistro contábil<br>dos bens patri-<br>moniais;                                                                                                                        | Formação em<br>Ciências Contá-<br>beis, com devido                         |  |
|            | Assinar os ba-<br>lancetes anuais<br>e mensais, os re-<br>sumos, quadros<br>demonstrativos,<br>diários e outros<br>solicitados pela<br>chefia imediata;                                 | registro profissio-<br>nal.                                                |  |
|            | Desempenhar<br>outras funções<br>típicas de conta-<br>bilidade solicita-                                                                                                                |                                                                            |  |

bilidade solicitadas pela chefia imediata;







Continuação Pág. 45 - ANEXO V

GESTOR PRE-VIDENCIÁRIO

Elaborar politicas voltadas para área previden-

Estudar e relatar sobre matéria previdenciária;

Emitir pareceres em procedimentos administrativos relativos a benefícios previdenciários:

Participar e acompanhar sistematicamente a gestão do IBAS-

Sugerir e apreciar as propostas de alteração da política previdenciária do IBAS-

Coordenar, acompanhar e apreciar a execução dos planos e programas previdenciários do IBASMA:

Dirimir dúvidas quanto à aplica-ção de normas regulamentares do IBASMA;

Desempenhar qualquer função típica de previdência solicitada pela chefia ime-

Formalizar sugestões, visando a melhoria do sistema previdenciário do IBASMA:

Planejar, coordenar, orientar sobre todas as atividades típicas de previdência, mantendo intercâmbio com o Ministério da Fazenda - MF.

Formação em

administração de empresas, engenharia, atuária, direito, estatística, ciências contábeis ou economia, com o devido registro profissional.

Elaborar e implementar políticas que dão suporte às ações na área

Flaborar implementar projetos na área social, baseados na identificação das necessidades individuais e coletivas, visando o atendimento e a garantia dos direitos enquanto cidadãos da população usuária dos servicos desenvolvidos pela Instituição.

ASSISTENTE SOCIAL

Propor e administrar beneficios sociais no âmbito da comunidade do IBASMA e da população usuária dos serviços da mesma

Formação em

Serviço Social,

com o devido

registro profis-

sional

Planejar e desenvolver pesquisas para análise da realidade social e para encaminhamento de ações relacionadas a questões que emergem do âmbito de ação do servico social.

Propor, coordenar, ministrar e avaliar treinamento na área social.

Participar e coordenar grupos de estudos, equipes multiprofissionais e interdisciplinares, associações e eventos relacionados a área de serviço social.

Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados a matéria especifica do serviço Desempenhar tarefas administrativas inerentes a função.

Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Emitir pareceres médico-periciais fundamentados, na esfera de suas atribuições.

Planejar, coorsupervisionar e executar atividades médico-periciais relativas à Reabilitação Profissional.

Analisar exames complementares e pareceres especializados de profissionais e serviços credenciados, laudos e declarações médico-hospitalares, bem como documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária relativos à saúde do trabalhador

MÉDICO PERI-

Formação em Medicina, com o devido registro profissional

CARGOS DE **PROVIMENTO EFETIVO DE NÍ-**VEL MÉDIO DO QUADRO PER-MANENTE

ATRIBUIÇÕES **TÍPICAS** 

ATRIBUIÇÕES





| Continuação Pág. 46 - ANEXO V    |                                                                                                                                                           |                                                                                                                               |                           |                                                                                                                  | IEXO V                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                           |  |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
|                                  | Supervisionar e<br>orientar a con-<br>cessão de be-<br>nefícios previ-<br>denciários e ad-<br>ministrativos do<br>IBASMA                                  |                                                                                                                               |                           |                                                                                                                  | Executar todas<br>as atividades<br>relativas à área<br>contábil solicita-<br>das pela chefia<br>imediata.                                                                                              |                                                                                                                           |  |
|                                  | Emitir pareceres<br>em procedimen-<br>tos administra-<br>tivos solicitados<br>pela chefia ime-<br>diata;                                                  |                                                                                                                               |                           |                                                                                                                  | Elaborar o Plano<br>Diretor de Infor-<br>mática do IBAS-<br>MA;                                                                                                                                        |                                                                                                                           |  |
| TÉCNICO PRE-<br>VIDENCIÁRIO      | Analisar proces-<br>sos de beneficios<br>previdenciários;                                                                                                 | Ensino Médio<br>Completo                                                                                                      | ,                         |                                                                                                                  | Elaborar, implan-<br>tar e acompanhar<br>os sistemas ope-<br>racionais desti-                                                                                                                          |                                                                                                                           |  |
|                                  | Acompanhar e<br>avaliar o controle<br>da execução dos<br>planos de benefi-<br>cios do IBASMA                                                              |                                                                                                                               |                           |                                                                                                                  | nados a todas as<br>áreas de atuação<br>do IBASMA;<br>Desenvolver es-                                                                                                                                  | Ensino Médio<br>completo com                                                                                              |  |
|                                  | Executar quais-<br>quer atividades<br>típicas de previ-<br>dência, solicita-<br>das pela chefia<br>imediata.                                              | ais-<br>des<br>evi-<br>ita-                                                                                                   | TÉCNICO EM<br>INFORMÁTICA | métodos de in-<br>formática; te e comprovad<br>experiência el<br>informática  Fornecer suporte<br>técnico e ope- | profissionalizan-<br>te e comprovada<br>experiência em                                                                                                                                                 |                                                                                                                           |  |
|                                  | Executar as ati-<br>vidades relativas<br>a execução orça-<br>mentária, contro-<br>lando e analisan-<br>do informações<br>contábeis;                       |                                                                                                                               | e<br>co<br>n-<br>da       |                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                        | racional a todas<br>as gerências<br>e diretorias do<br>IBASMA;<br>Elaborar perio-<br>dicamente rela-<br>tórios gerenciais |  |
|                                  | Efetivar o registro<br>contábil de todos<br>os atos e fatos da<br>gestão financeira<br>e patrimonial do                                                   |                                                                                                                               |                           |                                                                                                                  | pertinentes a sua<br>área.                                                                                                                                                                             |                                                                                                                           |  |
| TÉCNICO DE<br>CONTABILIDA-<br>DE | IBASMA; Organizar e ex-                                                                                                                                   | Ensino Médio<br>com formação e<br>registro técnico<br>profissionalizan-<br>te e comprovada<br>experiência em<br>contabilidade |                           | CARGOS DE<br>PROVIMENTO<br>EFETIVO DE<br>NÍVEL FUNDA-<br>MENTAL                                                  | ATRIBUIÇÕES<br>TÍPICAS                                                                                                                                                                                 | ESCOLARIDA-<br>DE EXIGIDA                                                                                                 |  |
|                                  | Promover o acompanhamento técnico- contábil- financeiro, visando à salvaguarda dos bens e a verificação de exatidão e da regularidade das contas e execu- |                                                                                                                               |                           | AGENTE PRE-<br>VIDENCIÁRIO                                                                                       | Executar tarefas<br>básicas de con-<br>cessão de bene-<br>ficios previdenci-<br>ários;<br>Executar quais-<br>quer atividades<br>de apoio admi-<br>nistrativo solici-<br>tados pela chefia<br>imediata. | Ensino Funda-<br>mental Completo                                                                                          |  |
|                                  | ção do orçamen-<br>to, obedecidas às<br>normas vigentes;                                                                                                  |                                                                                                                               |                           |                                                                                                                  | routetali                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                           |  |

#### PORTARIA SEADM Nº 392 /2019 15 DE OUTUBRO DE 2019.

BASMA Processo nº 116 12020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 012 de 02 de janeiro de 2017 e considerando o que restou provado no processo administrativo nº 35110/2018.

#### RESOLVE:

CONCEDER a (o) servidor (a) HYVANDRO DA FON-SECA LUIZ, Programador, matrícula nº 2055, 09 (nove) meses de Licença Prêmio referente (s) ao (s) período (s) aquisitivo (s) de 01/07/1993 a 30/06/2005,01/07/2005 a 30/06/2010 e 01/07/2010 a 30/06/2015 de acordo com o despacho de fis.12 do Departamento de Recursos Humanos no Processo nº 35110/2018 de 18/10/2018 e nos termos do Artigo 131 a 135 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Araruama, com início em 01/02/2019 e término em 31/10/2019.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Secretária 15 de outubro de 2019.

Martha Pavão Secretária Municipal de Administração Matrícula nº 9950469

#### PORTARIA SEADM Nº 393 /2019 17 DE OUTUBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 012 de 02 de janeiro de 2017 e considerando o que restou provado no processo administrativo nº 2019/3067

#### RESOLVE:

CONCEDER a (o) servidor (a) GILCILENE FLORES DA SILVA BASTOS, Professora II, matricula nº 2258, 12 (doze) meses de Licença Prêmio referente (s) ao (s) período (s) aquisitivo (s) de 01/04/1999 a 31/03/2004, 01/04/2004 a 31/03/2009, 01/04/2009 a 31/03/2014 e 01/04/2014 a 31/03/2019 de acordo com o despacho de fls.19 do Departamento de Recursos Humanos no Processo nº 3067/2019 de 30/01/2019 e nos termos do Artigo 131 a 135 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Araruama, com início em 21/10/2019 e término em 20/10/2020 .

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se,

Gabinete da Secretária, 17 de outubro de 2019.

Martha Pavão Secretária Municipal de Administração Matrícula nº 9950469